

Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres:

Experiências,
resistências e
estratégias de ação



Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres: experiências, resistências e estratégias de ação

Parceria



Fundo de População
das Nações Unidas



Coordenação e edição da publicação

Mariana Barsted

Revisão

Leila Linhares Barsted e Karla Oldane

Transcrição dos textos

Fernanda Pires

Formatação das referências bibliográficas

Waldyr Cardoso

Desenho gráfico, diagramação e formatação

Mari Taboada

EQUIPE CEPIA

Coordenação Executiva

Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted

Coordenação de Comunicação

Karla Oldane

Mídias Sociais

Juliana Grisolia

Gerente Administrativa

Marina Damião

Assistente Administrativa

Fernanda Pires

Coordenação de Programa

Andrea Romani e Mariana Barsted

Assistentes de Projeto

Débora Pinheiro

Gabriel Brandão

Kézia Yasmin

A CEPIA realiza desde 2003, em caráter regular, cursos de formação em direitos humanos das mulheres voltados para a reflexão sobre os avanços e os obstáculos existentes na sociedade brasileira no que diz respeito à cidadania das mulheres. Os cursos buscam difundir conhecimentos sobre leis nacionais e instrumentos internacionais de proteção aos direitos humanos, sobre políticas públicas e experiências nacionais e internacionais de *advocacy* pelos direitos humanos. A CEPIA estimula nesses cursos o intercâmbio de experiências, a produção de conhecimentos e o debate sobre as estratégias voltadas para a promoção e implementação dos direitos humanos das mulheres.

O Curso de Formação em Direitos Humanos das Mulheres foi desenvolvido, no ano de 2021, sob a forma de **Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres**, que contou com *experts* oriundas da academia, de movimentos sociais, de associações políticas e de instituições de justiça. Foi realizado de forma *online*, considerando o contexto da Covid 19, mas o que poderia ser uma limitação mostrou-se positivo pois atingiu mulheres de diversas cidades brasileiras que não poderiam participar de cursos presenciais. O projeto **Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres**, elaborado pela [CEPIA](#), com o apoio do [Fundo de População das Nações Unidas](#) (UNFPA) e da [Women's Learning Partnership](#) (WLP) teve como objetivo geral contribuir para o empoderamento das mulheres nos espaços políticos, partidários e não partidários, e sociais para que todas consigam alcançar o esperado equilíbrio de participação e de poder na tomada de decisões nos espaços do Estado e da sociedade.

A escolha desse tema, em seus diversos aspectos, diz respeito à baixa representação política das mulheres brasileiras nos espaços de poder, ao aumento da violência política de gênero e à oportunidade de ampliar o debate sobre a cidadania das mulheres em ano de eleições gerais no Brasil.

Como objetivos específicos buscou-se contextualizar a participação das mulheres na política; empoderar as mulheres com informações sobre seus direitos humanos, sobre as leis e instrumentos internacionais que as protegem e sobre políticas públicas para seu exercício; estimular o empoderamento pessoal, social e político das mulheres; fortalecer a participação das mulheres na política e fortalecer suas atuações nos espaços de poder político; contribuir com formação política e conhecimento sobre o contexto e processo eleitoral; e fortalecer e ampliar os conhecimentos de comunicação estratégica e seguntauça digital frente à violência política de gênero.

Com tais objetivos, foram organizados 4 **Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres**, ocorridos no mês de novembro de 2021.

Além da equipe da CEPIA, responsável pelos conteúdos e metodologia, tivemos como expositoras mulheres especialistas, inclusive com experiência em atuação política e com mandatos em curso.

A metodologia adotada se baseou na longa experiência da CEPIA na elaboração e condução de oficinas e encontros formativos, com a priorização do uso de textos enviados às participantes ao fim de cada **Encontro**, assim como perguntas dirigidas às debatedoras especialistas. Esta metodologia priorizou a criação de ambiente inclusivo, seguro e participativo, promovendo o compartilhamento de experiências e a construção conjunta de conhecimentos.

Todas as atividades desenvolvidas foram planejadas pela equipe, em reuniões periódicas. As participantes foram selecionadas a partir de suas experiências, atuações e currículos de envolvimento com a temática de cada **Encontro**.

O programa dos **Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres** incluiu as recomendações de diversos documentos das Nações Unidas, textos de convenções internacionais e protocolos facultativos, e textos que priorizavam a temática de cada **Encontro**, incluindo o envio de uma vasta bibliografia, com livros, indicações de filmes e podcasts.

Todas as expositoras se apresentaram utilizando o recurso de acessibilidade da audiodescrição¹ tornando as falas acessíveis para pessoas com deficiência visual por meio da tradução das imagens em palavras.

1. ["Audiodescrição é importante recurso para acessibilidade"](#)

1

Simultaneamente aos **Encontros** a CEPIA produziu uma série com três podcasts:

Mulheres e Política: a conquista de espaços no poder - sobre a conquista pelo direito ao voto feminino, a luta das sufragistas, a participação das mulheres na política, a mudança do discurso em torno dos papéis políticos e públicos das mulheres ao longo da história, a participação das mulheres na Constituinte, assim como novas estratégias do fazer político. Apresentou também dicas de literatura acadêmica sobre a temática. Este episódio contou com a apresentação de Jacqueline Pitanguy e das convidadas Branca Moreira Alves e Benedita da Silva.

2

Mulheres e Política: conquistas, obstáculos e retrocessos - foi apresentada uma visão geral das discussões sobre a participação eleitoral das mulheres no Brasil, trazendo a questão da sub-representação de mulheres no parlamento e nas assembleias legislativas estaduais e municipais. Questões sobre como a proposta de cotas passam a ser importantes para o aumento da participação política das mulheres e o significado da recente reforma eleitoral e seu impacto sobre a questão orientaram os debates. Este episódio conta com a apresentação de Leila Linhares Barsted e das convidadas Lígia Fabris e Adriana Mota.

3

Violência Política Contra as Mulheres - O que é e quais são as modalidades da violência política contra as mulheres? Como ela se dá? Apresentamos a conceituação desta violência, utilizada como mecanismo de controle para impedir as mulheres de ocuparem os espaços de poder e também foram destacadas as formas de manifestação, os mecanismos de resistência e de fortalecimento das mulheres e formas de denúncia. Além das duas entrevistadas, Mônica Cunha e Simony dos Anjos, o podcast também incluiu depoimentos exclusivos de mulheres que exercem cargos políticos, além de trechos que explicitam a violência política contra as mulheres. Este episódio contou com a apresentação de Mariana Barsted.

Organizamos essa publicação a partir da autorização e das transcrições das falas das expositoras, por elas revistas.

Para facilitar a consulta escolhemos obedecer à ordem cronológica dos **Encontros**, iniciando com a data em que ocorreu, o grande tema de reflexão, a apresentação de uma pequena bio das expositoras e os temas específicos abordados nas falas.

No primeiro dia dos **Encontros** tivemos a participação de Thais Ferreira e Malu Heilborn, tendo como grande tema *Mulheres e Poder* e refletindo conjuntamente sobre gênero e poder, a participação política das mulheres, com perspectiva de gênero: avanços, limites e desafios na luta por direitos e as relações de poder e disputas políticas.

No segundo dia dos **Encontros** contamos com a participação de Silvana Batini, Ligia Fabris e Tainá de Paula, tendo como grande tema *Marco Legal* e pensando sobre o Estado e a sociedade: panorama das políticas públicas para as mulheres no Brasil e a legislação eleitoral brasileira. Ênfase foi dada aos partidos políticos e às discriminações e exclusões de fato das mulheres na política, as ações afirmativas, o patriarcalismo na política legislativa brasileira e sua reafirmação no poder executivo, mulheres e sub-representação e a posição do direito eleitoral.

No terceiro dia as convidadas foram Simony dos Anjos, Rosalina Nhanchote, Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted, tendo como grande tema *Violência política contra as mulheres*, abordando a violência de gênero, violência política de gênero e mecanismos de controle e dominação

sobre a participação política das mulheres. Tratamos sobre gênero e desigualdade, as respostas do Estado às obrigações da Constituição Federal, as Convenções internacionais e a avaliação dos Comitês da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará foram destacadas nas exposições. O conceito e tipificação de violência de gênero e os “remédios” para a violência de gênero.

Por fim, no último **Encontro**, contamos com as presenças de Bárbara Libório e Janaína Costa, para expor e debater os temas *Liderando para ação e comunicação estratégica*, as estratégias de participação política: estadual, municipal e comunitárias; estratégias de *advocacy* e ampliação do campo de alianças, a atuação nos espaços partidários e comunicação estratégica nos processos de mobilização e para ação política, assim como abordamos a segurança digital.

Esperamos que o compartilhamento das ideias e experiências, acúmulos de vivências, estudos e práticas tenha fortalecido a todas as mulheres, em suas especificidades e em suas encruzilhadas², criando espaço para a produção conjunta de conhecimento, criando e fortalecendo estratégias que desafiem o *status quo* e que não impeçam a ocupação dos espaços políticos pelas mulheres, interrompendo padrões de violência e dominação e alcançando a cidadania plena e a justiça social de fato.

Boa leitura!

Equipe da CEPIA

2. AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

MULHERES E PODER

Professora: Thais Ferreira e Malu Heilborn

- Gênero e poder
- Participação política das mulheres: avanços, limites e desafios
- Relações de poder e disputas políticas.

Ementa: O conceito de gênero. O enfoque de gênero na compreensão das estruturas de poder. Os movimentos de mulheres na luta por direitos. As políticas públicas com perspectiva de gênero.

Encontros de Formação e Capacitação Política para Mulheres



ENCONTRO 1 | MULHERES E PODER

Coordenação: Jacqueline Pitanguy



Professora

Thais Ferreira

Ativista comunitária, especialista em políticas públicas para Primeira Infância e Saúde das Mulheres. Entrou na política estimulada pela vereadora Marielle Franco tendo se tornado primeira suplente de deputada estadual em 2018 e vereadora eleita pelo PSOL em 2020. É uma das principais vozes críticas em relação aos obstáculos para a participação efetiva de mulheres negras nos partidos.

Professora

Maria Luiza Heilborn

Mestre e Doutora em Antropologia (MN/UFRJ), Profa. Associada do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ) Sua atuação acadêmica centra-se nos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução e mais recentemente sobre trajetórias de vida, memória e suicídio.



04 de Novembro
9h às 11h - Brasília
Online - Zoom

Acesse o link para o 1º encontro

https://bit.ly/Encontro1_MulheresEPoder

A abertura do primeiro dia do Encontro foi feita por **Jacqueline Pitanguy**, Diretora Executiva da CEPIA:

“Iniciamos nossos **Encontros de Formação e Capacitação Política para as Mulheres**, realizado com o apoio do UNFPA e WLP e gostaríamos de apresentar a CEPIA, que no ano passado completou 30 anos de trabalho contínuo. Atravessamos décadas e políticas diferentes e com um trabalho contínuo pelos direitos humanos das mulheres, na sua diversidade, adotando sempre uma perspectiva de gênero e raça.

A CEPIA desenvolve programas nas áreas de violência e acesso à justiça, direitos sexuais e reprodutivos, formação e empoderamento de mulheres, meninas e jovens, realiza pesquisas, atividades de formação, capacitação e *advocacy*. Proponho que, para vocês conhecerem ainda mais o nosso trabalho e atuação, que acessem nosso site www.cepia.org.br e nossas mídias sociais e que vocês façam parte das nossas redes de parcerias, nossas redes de amigas para que continuemos juntas.

Vou apresentar em duas palavras a WLP, que é uma rede muito interessante de organizações que defendem os direitos das mulheres, atuando em diversos países, particularmente em culturas Islâmicas, na Ásia, África e Oriente Médio. A CEPIA integra essa rede e vamos utilizar materiais da WLP nesses Encontros. Para conhecer melhor a WLP é só acessar o [site](#) da instituição.

Gostaria de agradecer à equipe da CEPIA, uma equipe incrível, Mariana Barsted, Andrea Romani, Karla Oldane e Juliana Griso-

lia pelo empenho, dedicação em organizar esses **Encontros** e gostaria de sobretudo agradecer a vocês. Recebemos mais de 90 inscrições e somos um grupo diverso temos 30 mulheres, de diferentes lugares do Brasil, assim como mulheres do continente africano, sendo 11 moçambicanas e 1 angolana, participantes com diferentes histórias de vida, diferentes bagagens que chegam para compartilhar. Temos a presença das nossas amigas de Moçambique, queremos muito agradecer essa presença, com as quais a CEPIA desenvolve já, há bastante tempo, um diálogo muito proveitoso, de enriquecimento mútuo. Queremos agradecer a Malu Heilborn por estar conosco, dividindo seu grande saber, suas experiências na análise da temática de gênero e por estarmos juntas trabalhando nesses caminhos. Queremos agradecer muito a nossa vereadora Thais Ferreira que vai trazer sua experiência prática nas atividades políticas. Finalmente quero dizer que esse nosso **Encontro** de hoje é um ponto em uma caminhada, é um ponto inicial de um processo de formação contínua desenvolvida pela CEPIA, através de iniciativas diversas, inclusive algumas de vocês já participaram em algumas dessas iniciativas, nós seguimos a nossa caminhada, desejamos muito sucesso a todas nós.

Gostaria de chamar Luana Silva, que está aqui representando o **UNFPA**, Fundo de População das Nações Unidas, e está nos apoiando nessa caminhada e falará algumas palavras. Em seguida vocês estarão com a Kézia Sampaio que é da nossa equipe e será nossa moderadora no dia de hoje. Mais uma vez bem vindas! ”

Luana Silva, Oficial de Programa de Gênero e Questões Étnicas do UNFPA:

“Sou Oficial de Programa para Equidade de Gênero, Raça e Etnia do UNFPA no Brasil, e estou coordenando as ações voltadas para enfrentamento à desigualdade racial e enfrentamento a violência de gênero e questões étnicas.

Estamos bem felizes com esse processo de apoio à CEPIA, que é uma organização que acreditamos. Já temos trabalhado juntas há alguns anos e todos os materiais produzidos pela CEPIA são incríveis. Desde o começo do ano toda a equipe tem se esforçado ao máximo para garantir que esses **Encontros** acontecessem e só conseguimos que acontecesse no final do ano, mas finalmente foi um esforço muito grande das nossas equipes e da disponibilidade de conseguir adequar as agendas para que pudéssemos, então, realizá-lo, porque o tema da participação política é um tema muito caro e muito importante, especialmente nos últimos anos no Brasil.

Nas últimas décadas temos observado como a participação das mulheres enfrenta dificuldades muito maiores, para podermos avançar e garantir a participação de vocês nesse processo. Então sejam bem vindas! A equipe da CEPIA pode contar com o UNFPA Brasil para esse trabalho e com trabalho com as mulheres. Acreditamos muito e desejamos a todas as participantes muita troca de conhecimentos, intercâmbios importantes e que estes **Encontros** sejam incríveis. ”

Kézia Sampaio, Assistente de Programas da CEPIA:

“Sou Kézia Sampaio, tenho 21 anos, faço parte da equipe da CEPIA. Muitas mulheres já estiveram presentes em formações anteriores da CEPIA e acreditamos muito nessa formação continuada, com novas mulheres chegando, a partir de indicação de outras mulheres, visto que não fizemos divulgação de forma aberta.

Tivemos muitas mulheres inscritas e isso é muito bom! A metodologia que utilizamos parte de textos, leituras para casa, disponibilização de materiais que vocês vão receber por *email*, e algumas dinâmicas. Sempre haverá uma mediadora de *chat*, sabendo que temos um espaço seguro e um tempo apertado, 2 (duas) horas de encontro por dia. É importante que todas estejamos comprometidas com o sigilo e cumplicidade desse espaço. Esses **Encontros** serão gravados, caso não haja objeção. Coloquei no *chat* um texto para pensarmos em sugestões de acordos de convivência. ”

Nossas expositoras hoje serão a Malu, Maria Luiza Heilborn, que é mestre e Doutora em Antropologia pela UFRJ, professora associada do Instituto de Medicina Social da UERJ, sua atuação acadêmica centra nos estudos sobre gênero e sexualidade e reprodução e mais recentemente sobre trajetória de vida.

Thaís Ferreira também estará conosco hoje! Ela é ativista comunitária, especialista em políticas públicas para primeira infância e saúde das mulheres, entrou na política estimulada pela vereadora Marielle Franco, tendo se tornado a primeira suplente deputada estadual em 2018, e vereadora eleita pelo PSOL, em 2020, e uma das principais vozes críticas em relação aos obstáculos para participação efetiva de mulheres negras nos partidos. Bem vinda!

THAÍS FERREIRA³

“Obrigada pelo convite! Estou vereadora eleita, no ano de 2020, na Câmara do Rio de Janeiro. Sou uma mulher negra. Aqui tem pessoas que já conheço como participantes, e quero mandar um salve para essas mulheres, que são mulheres que admiro bastante, que com certeza me inspiraram nessa trajetória.



O trabalho de resistência, com certeza, é uma grande inspiração para que eu consiga seguir na prática e efetivando esse lugar de participação, trabalhando pela permanência de mais mulheres na política.

Quando vocês me convidam para falar sobre questões difíceis que a gente enfrenta, a partir do gênero, com todas outras intercessões de desigualdade de estarmos na política, esse é o tipo de convite que não posso recusar. Eu encarei esse convite como uma possibilidade e oportunidade de falar com outras mulheres o que tem acontecido comigo, com uma

3. Ativista comunitária, especialista em políticas públicas para Primeira Infância e Saúde das Mulheres. Entrou na política estimulada pela vereadora Marielle Franco, tendo se tornado primeira suplente de deputada estadual em 2018 e vereadora eleita pelo PSOL em 2020. É uma das principais vozes críticas em relação aos obstáculos para a participação efetiva de mulheres negras nos partidos.

prioridade muito importante no meu fazer. Eu sempre estarei disponível, não só aqui nas aulas, mas em todas outras ocasiões em que cada uma de vocês quiser e puder, buscar uma conversa apenas de desabafo, porque tem acontecido muito, temos muitas mulheres sofrendo com todas as dimensões da política e que ainda têm muita dificuldade de poder verbalizar e serem ouvidas.

Falo também de proposições da nossa mãedata, como a gente auto determinou a nossa atuação parlamentar. Essa atuação é participativa e está aberta à participação de todas(os) e também trabalhamos no pilar de educação política para oportunizar cada vez mais mulheres, pessoas pretas, periféricas que estejam participando nessa atuação conosco.

A minha história na política institucional começa bem antes de eu me candidatar. Eu sempre fui uma ativista comunitária marginal e esse lugar de marginal, ou seja, não é que eu estava marginalizada, estava construindo uma margem de movimento social institucionalizada.

As grandes ONGS também não chegavam ao território de resistência primária, como o bairro de Vaz Lobo, Irajá, zona norte do subúrbio do Rio de Janeiro. E, com essas dificuldades de dialogar com o movimento, eu sempre acompanhei o fazer das mulheres da minha família, que é um fazer da política do cotidiano, mulheres que se arranjavam para não deixar faltar comida para outras mulheres, pessoas que tinham menos que elas, mulheres que se arranjavam para tentar encontrar oportunidades de trabalho para outras mulheres que não tinham oportunidade de trabalho, essas eram as mulheres da minha família. Mulheres que se colocaram também no lugar de marginal, apolíticas, foram invisibilizadas, violentadas pelas políticas institucionais, mas que criaram um arranjo comunitário de quintal para sobreviverem e que outras vidas pudessem florescer a partir dali.

Nesse acompanhamento eu cresci, acompanhando a trajetória dessas mulheres. Eu percebi que precisava fazer mais do que elas fizeram, porque elas oportunizaram para mim essa possibilidade. Eu venho de uma família onde a gente tem hoje como ancestral a Vó Lucinda da Mangueira, a principal parteira do morro da Mangueira. Se vocês não conhecem, procurem saber porque é uma história muito incrível, uma mulher que não aguentava mais ver as crianças nascendo e morrendo, ou as mulheres parindo e morrendo no morro da Mangueira, e se tornou parteira para garantir que todo mundo continuasse vivo. Não foi uma escolha dela, estamos falando dos territórios onde a saúde pública ainda nos é negada, então os acúmulos dessas vivências fez com que eu percebesse que tinha sim que honrar

esse legado de luta, tinha que entender o tempo que eu vivia. Porque elas também estavam gerando crianças e precisavam chegar em outros lugares além desses que eu pude chegar, justamente por elas serem a continuidade dessa ancestralidade.

Esses conceitos sempre foram muito nítidos na minha cabeça, porque essas mulheres oportunizaram esse conhecimento. Juntando essa zona de fatores, essas características, possibilitou uma elaboração mais filosófica. Eu entendo que a mobilização social, a política institucional são os lugares de ativismo, precisavam ser conjugados de uma outra forma. Eu não era aquela forma que os homens brancos, que subiam na nossa rua para as campanhas políticas ou até mesmo as mulheres brancas que também subiam, porque eram filhas ou mulheres de outros políticos, apresentavam para nós. Quando chegavam sempre era para nos colocar no lugar de ausência, no lugar da falha, no lugar da impossibilidade, e sempre nos reforçando como pessoas vitimadas e o quanto a gente não iria conseguir sair desse lugar.

Eu sempre fui estimulada a ver esse lugar crítico sobre essa questão e, em 2016, eu estava com *Mães&Mais*⁴, que é um projeto social que eu construí, a partir de uma vivência minha e de muitas mulheres pobres, pretas e periféricas também, e que foi a questão da perda gestacional tardia, acompanhada de

4. Projeto criado por Thais Ferreira, voltado para a melhoria da atenção às mulheres em cuidados obstétricos, um modelo de clínica popular, gerida por profissionais da saúde e da educação, em sua maioria mulheres negras, com serviços de atenção à saúde de forma acolhedora e humanizada no Rio de Janeiro.

negligência médica e violência obstétrica.

A minha primeira gestação, infelizmente, foi interrompida aos 8 meses por conta desses fatores, por conta dessa sobreposição de desigualdades que atravessaram a minha existência. A partir deste atravessamento violento, eu tive que entender qual era meu lugar, a partir do acúmulo intelectual, do cotidiano não só do saber acadêmico, mas apesar de acumular saberes populares sobre a experiência de trazer mulheres para a vida, de trazer as crianças para a vida, eu ainda estava ali naquele lugar posicionada como aquela que só pode receber violência.

Quando engravidei pela segunda vez eu descobri, em outra dimensão, que todas as mulheres que sofriam como eu sofri eram mulheres que eu poderia olhar para elas e sentir como se fosse um espelho, mulheres pretas, pobres e periféricas distantes das políticas institucionais, fazedoras de cotidiano político e o único capaz de fazer com que a gente sobreviva, lutando por nós, nossas famílias e comunidade.

A partir disso eu criei esse projeto social para levar educação e saúde para as mulheres, famílias e comunidade e, também, oportunizar o que tenho chamado hoje de garantir a dignidade desse começo da vida, que é um trabalho da primeira infância para podermos fazer desenvolvimento infantil, seja de forma integral e apoiando mais que parentalidade, apoiando uma comunidade saudável e positiva, na vivência daquela pessoa que está vivendo a fase da infância, e esse projeto ganhou visibilidade e acabei apresentando ele dentro e fora do Brasil, e ganhamos alguns prêmios.

Acabei recebendo alguns incentivos para continuar tocando o projeto como um negócio social, mas eu entendia que queriam que eu virasse uma empreendedora de palco, com discurso político palatável, com discurso político que não fosse tão crítico, que não falasse tanto de raça, que não falasse tanto de gênero, que não debatesse classe, que eu conseguiria apoio, porque as pessoas só querem ajudar os mais necessitados, a filantropia funciona dessa forma e eu não suncumbi a isso.

Continuei reforçando cada vez mais as questões que atravessam a gente através do fundamento da raça, que coloca a gente nessa posição como

Não tem como apagar nossa história, não tem como seguir colaborando com o epistemicídio.

mulher preta no Brasil. Não tem como apagar nossa história, não tem como seguir colaborando com o **epistemicídio**. Eu não podia fazer isso porque seria totalmente contra as vivências sofridas pelas mulheres da minha família que viveram antes e foram tão importantes para a formação política. E percebendo esse caminho que gostariam que eu trilhasse, percebi que precisava enfrentar a política institucional,

não para chegar ao cargo de poder e somente decidir, não apenas para fazer uma disputa de narrativa sobre a questão da representação, que é urgente e grave, era de fato para possibilitar uma travessia que fosse vida, vida política, de cura política, de possibilidade de existência.

Olhando para todo o cenário eu volto para o ano 2017. Aconteciam movimentações importantes, a questão das mulheres na política no Rio de Janeiro, sobretudo na época existia movimentação da própria Marielle Franco, que puxou mulheres na política, pelo PSOL.

Eu não era uma militante orgânica de partido nenhum, nem de movimento social institucionalizado. Eu era apenas uma mulher preta transitando na política do cotidiano e entendendo como fazer essa transição para política institucional, sem nenhum lugar para se segurar, o que eu tinha era minha comunidade, um acúmulo de vivência, e participando dessas movimentações percebi que tinham outras mulheres com acúmulos muito diferentes que o meu e nossas histórias se conectavam nesse lugar.

Percebi o quanto a política fazia um esforço grande para colocar a gente em algumas caixas ou, as que não coubessem nessas caixas, seriam de fato afastadas das possibilidades viáveis.

Acompanhei esse movimento com bastante cuidado, acompanhei o movimento das escolas de renovação política que surgiram, participei de forma

crítica de algumas delas e até por isso me colocaram no rótulo de que seria vendida ou espiã infiltrada do neoliberalismo. Mais uma vez, sou uma mulher preta desafiando todos os espaços. A minha avó que morreu com 111 anos, não teve condições de descer o morro dela, e não entendia isso, duvidava da minha capacidade crítica e intelectual, porque essa descrença social que castra o corpo de mulheres e quando recai no corpo de mulheres pretas, de fato colocando a gente como mercadoria, é como se a minha intelectualidade estivesse à venda, como se o primeiro homem branco que aparecesse me oferecendo um financiamento, fosse levar até minha alma. Eu não aceitei isso.

Debati muito as histórias das minhas candidaturas, vocês vão encontrar também entraves com as estruturas partidárias de esquerda, isso é público, eu fui boicotada, inviabilizada pela legenda partidária que procurei. Mas o que me segurou, e falo com bastante respeito da Marielle e da família dela, foi essa mulher que representa para nós um legado importante como legisladora e representa um pouco desse lugar realista.

Sim, as nossas cabeças são as primeiras a serem alvejadas, independente do motivo, e isso pode ficar sem resposta como estamos até hoje. Marielle foi a pessoa que falou que tenho que pensar sim no futuro político e eu não quero estar sozinha. Falo isso para todas as mulheres, impossível que tenhamos somente Jurema, somente Benedita, somente eu nesse lugar! Esse lugar tem que ser de todas nós.

Olhando, é um mar onde está faltando muita gente negra nesse lugar que ela impulsionava. Eu falava que não tinha nada a ver com partidos, e ela falava: "só tem". Eu quero ser uma embaixadora de candidatura de mulheres negras e essas reuniões aconteciam na sala da minha casa e, de fato, deu esse despertar de falar, apesar de ter vivências diferentes, apesar de não ser orgânica no partido, apesar de não ter essa trajetória militante institucionalizada, tem gente nesse lugar que enxerga que posso também colaborar, que é importante minha história e que é importante contar essa trajetória.

Nessa inspiração entendi que faria uma campanha política, mas infelizmente o assassinato de Marielle Franco não fez com que ela fosse essa embaixadora das candidaturas. E, apesar de ter colocado um grande holofote para várias candidaturas de mulheres pretas, aquele ocorrido fez com que a pior forma de ser apresentado o político partidário, político de esquerda também aparecesse colocando essas mulheres e poderiam fazer um ecossistema muito colaborativo num lugar com disputa cruel, onde infelizmente as campanhas se atropelavam.

A minha campanha, que foi a primeira campanha para deputada estadual, foi uma campanha quase invisível. Quando perceberam que minha campanha existia, para aquele sistema que não me considerava, já era tarde demais. No final das contas, com 24.759 votos, só me perguntavam quem é essa menina? Como ela conseguiu tantos votos? E a justificativa que davam e tentavam me definir não era que eu tinha um trabalho que era respeitado desde dos 16 anos e eu estava construindo organizações e coletivos marginais.

De fato eu estava oportunizando acesso para pessoas na educação, na cultura, no lazer, depois na saúde e na primeira infância. As respostas que davam era que tinha que ter alguém por trás de mim, alguma figura, algum sistema, algum homem branco, algum dinheiro, algum lugar que me sustentasse para que eu fosse apenas a cara, o *token* e não trouxesse minha verdade, era *brand*, era *marketing* e não consideraram que eu pudesse ter buscado todos esses conhecimentos de forma autônoma e emancipada.

Essas pessoas não consideravam que eu observava de forma crítica, observava o que todos eles faziam para usar isso a meu favor e a favor do meu povo. Olhavam para mim e viam uma mulher com 30 anos, ainda no lugar de "mina", uma forma pejorativa, como se eu não tivesse tanto direito como os outros de estarem ali. Como é que começou essa trajetória que não conhecemos? Onde você estava? Quem é você? Como você conseguiu ter quase 25 mil votos no estado do Rio?

E no passo seguinte a explicação que precisamos dar sobre esse lugar, sobre res-

peito pela nossa história, de não deixar que sejamos apagadas, colocando o fato para nossa oportunidade, de contar o nosso fazer político em primeira pessoa, à frente, de verdade, falar dessa mulher que perdeu um filho, dessa mulher que tem outros dois filhos vivos e acordam de manhã muito cedo e infelizmente não podem ir dormir tarde porque têm que colocar comida na boca dos filhos e colocá-los pra dormir e que mesmo assim constrói um discurso alinhado de tantas outras mulheres, com a colaboração, mesmo que 1 a 1, para poder multiplicar a nossa possibilidade de fazer política.

Isso infelizmente é desconsiderado, onde a gente tem que aprender a ser burocrático, institucional e eleitoreiro, não é nem eleitoral, quando vamos falar sobre disputa eu apresento a vocês esse livro da Ana Carolina Lourenço e Anielle Franco, que fala sobre **Radical Imaginação Política das Mulheres Negras Brasileiras**⁵, depois vocês podem pesquisar movimentos de mulheres negras e o **Instituto Marielle Franco**⁶. Neste livro elas idealizaram juntas, a partir da experiência, que fala através dos dados de como estamos distantes da representação.

A representação é necessária juntamente com as nossas vivências políticas, que acontecem desde o nosso nascimento, com mulheres, sobretudo negras, que são negligenciadas, invisibilizadas ao extremo, violentadas de diversas formas. Nesse se-

5. <https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradicalimaginacaopolitica-2021.pdf>

6. <https://www.institutomariellefranco.org/quem-e-marielle>

gundo processo, mesmo reafirmando minha história, mesmo trabalhando para desconstruir esses mitos, que seria um *token*, uma marionete da nova política de documentos de renovação, eu ainda sofri represálias realmente muito chocantes e vergonhosas, porque meus filhos ouviam as pessoas dizendo que sua mãe não era uma pessoa legal, diziam que eu era mentirosa, que recebia dinheiro de pessoas ruins, diziam que a mãe deles merecia estar na cozinha, que esse não era meu lugar e que seu eu quisesse ser vereadora ou qualquer outra coisa na política eu teria que nascer de novamente. Como ela vai ser isso tudo e ainda ser mãe?

Te colocam no lugar da mãe ruim. Esse tempo de violência muito profunda, mais esse lugar da bestialização também é colocado sobre nós, você vira quase um bicho, uma bruxa, você vira alguém que não pode estar naquele lugar, tem lugar que desumaniza, e um lugar de colocar em dúvida aquele que tem certeza. Meu filho me perguntou: “mãe, isso que estão falando de você é verdade?”. E eu tinha que, ao mesmo tempo fazer política, tinha que desconstruir os pensamentos dos meus filhos para manter o imaginário deles íntegro, isso é muito violento e infelizmente a democracia não dá conta da dimensão da violência que a gente sofre para se manter. Porque apesar das respostas eu ainda não tinha como parar de fazer a movimentação que estava fazendo, mesmo estando em outro estado para sustentar minha família, eu tinha que estar cultivando esse ecossistema político no Rio de Janeiro para me manter viva.

Apesar de primeira suplente, as oportunidades que me ofereceram de trabalho foram oportunidades que não garantiam a sobrevivência da minha família, com 2 filhos, sendo a única pessoa que trabalha, eu não conseguiria dar conta com a oportunidade que me ofereceram, pois tem o pós campanha política também, mesmo comprovando conhecimento acadêmico, a formação, a trajetória, ainda assim as oportunidades que nos oferecem dizem muito. Me foi dito que eu não teria condições de continuar mandatos importantes e acreditavam que, no Rio de Janeiro, com um salário de R\$2.000 reais, eu iria conseguir pagar meu aluguel, proporcionar o bem estar dos meus filhos.

A gente precisa falar desse lugar, precisamos falar que a mobilidade financeira política que uma mulher negra precisa fazer, ela precisa considerar que, infelizmente, a gente precisa dar conta e eu considero uma outra forma de violência. Usam a nossa viabilidade eleitoral, usam nosso capital e depois não valorizam, isso acontece com muitas mulheres que são importantes para chapa partidária. É um erro que não pode continuar sendo co-

metido, mas a gente sabe que vai continuar na realidade.

Em 2020 eu tive a oportunidade de me candidatar mais uma vez, e essa foi uma segunda candidatura, que também eu pensei que seria mais fácil do que a primeira, mas acabou não sendo. Eu sofri ameaças, mais uma vez, uma história pública de que minha candidatura foi negada pela minha própria legenda e também dá outra dimensão que é bem profunda, mas me sinto num espaço seguro.

Vocês imaginam ser uma mulher num partido, numa legenda e apesar de você ser eleita, você sabe que não é a mulher preta que seu partido queria que tivesse sido eleita? Essa é uma reflexão que também faço publicamente, quem conhece minha história sabe que é uma realidade que entristece, porque também sou parte das pessoas que queriam muito mais mulheres eleitas.

Eu não queria ter sido a única vereadora negra eleita pelo PSOL carioca em 2020, queria que tivessem outras mulheres, queria a Rose Cipriano⁷ eleita lá em Caxias, mas é uma realidade falar muito sobre a violência que a gente enfrenta e como não podemos retroceder. Não podemos aceitar que essas violências sejam apagadas ou negligenciadas ou invisibilizadas, se viesse aqui e não falasse com vocês sobre isso eu estaria sendo desonesta e eu não posso ser, esse é um combinado que eu não faço.

A minha candidatura foi ameaçada internamente, e após eu ter conseguido fazer a

7. <https://www.instagram.com/professorarosecipriano/?hl=en>

reversão dessa ameaça, eu recorri nacionalmente ao partido para que eu conseguisse me candidatar, para que eu tivesse esse direito de me candidatar. Vim fazendo buscas, desde a minha última candidatura, que não foram bem sucedidas junto ao Rio de Janeiro, mas, nacionalmente, em 2020, consegui a garantia da legenda. Mas apesar da legenda, eu não tive o direito a investimento, ao fundo eleitoral. O que ficou pra mim foi a parcela obrigatória, você tem um pouco de panfletos, um contador e advogados gratuitos que são disponibilizados para todas as candidaturas de mulheres e pessoas LGBTQIA+, mas de fundo de dinheiro eu não tive 1 real.

Isso também fala sobre a dimensão da questão da violência política de gênero e racial, que vai impedir que nós sejamos viáveis, porque onde é que você vai tirar grana? Eu tinha um benefício de uma trajetória de bom capital político, onde pessoas financiaram minha campanha através de “vaquinha”, poucas doações grandes, apesar de terem me colocado nesse lugar de receber dinheiro de empresários, quando você vai ver o empresário me deu R\$500,00, e falam que ele me deu R\$50.000,00! É uma discrepância importante, percebo que nesse lugar nossas campanhas seguem sendo as campanhas que menos recebem financiamento, campanha de mulheres em geral, mais campanha de mulheres negras, campanha de mulheres negras LGBTQIA+, mulheres negras LGBTQIA+ e mães são colocadas nesse lugar de descrédito, infelizmente são as menos financiadas.

A minha campanha foi barata perto da realidade das campanhas para vereadores no

Rio, onde o teto era de R\$1.529.000,00 (um milhão quinhentos e vinte e nove mil) eu fiz uma campanha com R\$70.000,00 (setenta mil) arrecadados através de doações, prestações de contas sempre aprovadas pelo TSE, e ainda assim a gente consegue com esse trabalho comunitário, fazer mais votos que outras candidaturas maiores de homens brancos que receberam investimento do fundo eleitoral e que tinham outras possibilidades de acesso à grana e de autofinanciamento, que não era a minha realidade.

Então, nessa dimensão, vamos ter um lugar de retiradas dos nossos direitos de participação, de ecossistema eleitoral, com chances de vencer, as nossas candidaturas são postas nesse lugar de candidaturas laranjas porque te dão a legenda, mas não viabilizam uma construção de uma campanha digna e respeitosa com você e sua trajetória. Participei de outros sistemas de discussão com mulheres candidatas e todas elas Brasil adentro relataram essas questões, agora sou candidata, tenho um número, mas não tenho uma equipe minha, não tenho contador, tenho dificuldade de advogado, eu não sei fazer redes sociais, não tem informação para alguém me ajudar a fazer meu próprio discurso, esse lugar político ele te pede que você esteja eloquente, que esteja sabendo discursar, que você tenha esse lugar como se isso fosse o definitivo para você ser uma pessoa na política. O tempo de televisão não é pra todas, por mais que falem que vão garantir o tempo de TV para candidaturas de mulheres, de mulheres pretas, eu nunca tive tempo de televisão e tenho aí duas eleições bem sucedidas, mesmo que a primeira não tenha sido uma eleição vencedora, foi uma eleição com muitos votos com quase 25 mil votos, e a segunda foi uma eleição vencedora com 14.284 votos no nosso município aqui no RJ, sem tempo de TV, sem esse dinheiro do fundo.

Infelizmente sem aquele apoio, quando a gente busca a legenda a história parece que vai mudar e eu não tenho nenhuma intenção de trocar de partido. Fazer essa disputa interna também é importante para garantir que nossas mulheres pretas continuem, que nossas mulheres LGBTQIA+ continuem alinhadas com nosso programa, principalmente poder fazer a disputa nos espaços confortáveis, para estarmos nesses lugares de diligências, de decisões, para aceitarmos mais que as pessoas que vierem depois de nós, veem uma outra lição. Eu não estarei no lugar de candidata, estarei no lugar de apoiadora de outras candidaturas e não vai ser possível ficar tranquila quando eu sei que tem mulheres importantes pra nossa política, que fortaleceriam nosso sistema democrático no Rio, que farão campanhas com dificuldades, precisamos nos colocar nesses espaços e garantir que outras possam vir.

Esse lugar é de uma matemática estridente, eles fazem a matemática que mulher preta tira voto de mulher preta, mulher tira voto de mulher, mas homem nunca tira voto de homem, porque a maior parte dos eleitos são eles, todos iguais, com as mesma roupas com os mesmos discursos, disputando no mesmo território, mas sempre eles são eleitos. Não

Não podemos cair mais nesse mito, precisamos fazer essa disputa prioritária que é a disputa de ampliar as ferramentas e mecanismos de garantias de mulheres na política, seja na disputa partidária, seja na institucionalidade através dos projetos de leis (...)

podemos cair mais nesse mito, precisamos fazer essa disputa prioritária que é a disputa de ampliar as ferramentas e mecanismos de garantias de mulheres na política, seja na disputa partidária, seja na institucionalidade através dos projetos de leis como aquele que tramitou sobre violência política de gênero na Câmara federal.

Aqui no Rio nós também temos a iniciativa do dia Marielle Franco de enfrentamento à violência política contra mulheres, uma iniciativa do Instituto Marielle Franco que se tornou uma iniciativa da bancada do PSOL na Câmara, e é para a gente fazer essa visibilização, essa mobilização contra essa violência política de gênero, seja nos coletivos, na organização da sociedade civil como a CEPIA, pra gente poder fazer essa discussão, fazer formação, esses papos são muito importantes para garantir

que as mulheres saibam sim as ameaças, as fraquezas que ainda temos, mais que estejamos juntas para criar estratégias para que essas fraquezas e ameaças apesar de existentes, e que vão continuar aí por um bom tempo, não sejam os nossos maiores impeditivos.

Precisamos fazer essa movimentação de ir esfarelado, e vai ser pouco a pouco, essas ferramentas, ainda esses mecanismos de opressão que continuam tirando a gente desse lugar político. Hoje na Câmara somos 51 vereadores, 2 mulheres pretas, 3 mulheres negras: a vereadora Tânia Bastos⁸, eu e Tainá de Paula⁹, e entendemos a necessidade do fortalecimento de mulheres nas pautas que não são só de mulheres. Fazemos o enfrentamento do orçamento público, o enfrentamento na questão do planejamento urbano, em nossas pautas falamos muito que justiça social é política de mulher. Colocam no lugar de pequena política, colocam no lugar da desigualdade, veem o lado apenas da pobreza e esquecem as outras

8. <http://www.camara.rio/vereadores/tania-bastos>

9. <http://www.camara.rio/vereadores/taina-de-paula>

dimensões das opressões, mas tenho aprendido e entendido, através do fazer, que quem trabalha com justiça social, são as políticas mulheres. E temos tão pouca justiça social, porque ainda estamos sub representadas na política, mas todo o apanhado histórico retrata o quanto a participação e a manutenção dessas mulheres na política por um longo período faz com que a sociedade se envolva melhor e o ecossistema político se desenvolva melhor de diversas maneiras. Isso não é um impeditivo para nossa vida, engajar minha família é importante, criar essa consciência política nas nossas crianças desde cedo é importante porque é nesse lugar que fazemos o cuidado, que a gente fala de dignidade, cidadania, na dimensão da alimentação, na nutrição. É assim que vamos garantir que a nossa cidadania plena possa existir um dia.

Acredito na restituição da humanidade, a partir das nossas crianças, as infâncias são uma prioridade na minha construção política desde sempre. Muito do que consigo fazer hoje, da elaboração que trago, vem dessa oportunidade de ter tido essa primeira infância digna, apesar de um ambiente de pobreza e de desigualdade. Eu tive a dignidade mínima garantida, emocional, física, segurança para que eu pudesse estar protegida daquilo que me rodeava para chegar íntegra aos meus 33 anos, entregando essa possibilidade não só para meus filhos, meu filho mais velho que tem 8 anos e já tem amigos que não estão mais aqui porque morreram de bala perdida. Não entender o que isso significa e de fato não alcançar a dimensão real da sustentabilidade, a política sustentável, a política que vai garantir o avanço e não de retrocesso, é uma política que integra e ela mantém a integridade daqueles que são integrados por ela, essa política não desmonta, ela não desumaniza ela não retrocede, e só pode ser feita a partir do pensamento de nós mulheres, da gestão da vida, nosso lugar de governança e liderança também na política que é muito mais saudável.

Foi esse olhar de mulher, mulheres mães, mulheres pretas que trouxeram outras vidas até aqui. Eu pretendo continuar minha caminhada política trazendo esses desafios para o centro da mesa, não escondendo que, por mais que eu seja hoje uma mulher eleita na Câmara do Rio de Janeiro, isso não significa que o lugar político institucional está mantido.

Infelizmente a execução de Marielle nos mostra que não, imagina você ser essa pessoa potente que todos tiveram a oportunidade de conhecer e se tornar representação para muitas, mas só ter projetos de lei aprovados após sua morte. A falta de respeito com mulheres enquanto legisladoras

é ruim, reduzem nossos projetos, nossas iniciativas, somos interrompidas, as nossas falas não tem nenhuma atenção dos outros colegas vereadores. Hoje temos um marco histórico muito sério ali dentro, mas ainda assim a gente sabe o que acontece e como sofremos.

Esse ano eu sofri violência psicológica por parte de um ex companheiro que me ameaçou, me esfaqueou. Até mesmo por estar num lugar de poder, "agora você virou vereadora tem que fazer tudo que eu quero..." Essa história eu denunciei para incentivar outras mulheres a denunciarem também. Eu fiquei conhecida na Câmara do Rio, aquela que está sendo ameaçada pelo marido, que apanhou, sempre buscam uma forma de violentar, vulne-

Não podemos retroceder e admitir nenhum tipo de violência conosco e nem com as outras que virão a partir de nós.

rabilizar a nossa participação plena, eu não sou só aquela que foi ameaçada, fui ameaçada e denunciei estou com medida protetiva inspirando outras mulheres a fazerem o mesmo.

Não podemos retroceder e admitir nenhum tipo de violência conosco e nem com as outras que virão a partir de nós. Ainda assim aparece esse lugar de reconhecimento e de reducionismo de nossas existências, era o que eu tinha para compartilhar com

vocês, o lugar da prática, e tem sido viver como vereadora. Ainda temos alguns anos pela frente, é meu primeiro ano nessa legislatura e espero poder acompanhar vocês em outros anos, se convidada para falar eu vou sempre dividir os desafios!

Seguiremos na construção de uma relação saudável a partir da minha legenda, vamos ter desafios nas eleições de 2022 e que sigamos conectadas e podendo compartilhar mais que uma aula. Essas experiências que fazem com que a gente fique no lugar de inspiração, no lugar de respeito, mas no lugar de sermos incentivadas para a ação, quero que vocês ajam e participem e que contem com a Mãedata Thaís Ferreira como uma mulher preta, mãe na política, para que nós possamos nos fortalecer nesse ecossistema que é ainda muito cruel pra todas nós, muito obrigada.💙



Pergunta no chat: "Interessante saber esse boicote das mulheres nas candidaturas políticas dentro dos próprios partidos, Thaís você acha que uma forma de evitar isso poderia ser a maior filiação das mulheres no partido?"

“Sim. A gente precisa fazer esse processo formativo para entrarmos nos partidos que escolhemos e que representem mais nossos ideais. Devemos entrar preparadas para nos posicionarmos, porque têm partidos com suas tendências, suas correntes, ele precisa participar dessa movimentação de construção que é isso que nos legitima nesses espaços e disputar esses lugares de tomada de decisão que são as diligências do partido.”

Pergunta no chat: "Como consegue superar tudo isso?"

“É muita fé, acreditar no nosso axé! Sou uma pessoa do candomblé e é muito importante cuidar da nossa espiritualidade. Eu cuido de quem me move, entendo as minhas missões nesse lugar, não negligencio essa dimensão que, de fato, se não fossem essas energias que habitam em mim e a partir delas eu vou caminhando, muito provavelmente eu não teria resiliência para fazer esse enfrentamento. Coloco esse lugar da minha fé, da minha ancestralidade, dos orixás da minha vida para falar que é muito importante e não pode ser negligenciado, se eu não cuidar da minha cabeça a gente não consegue cuidar de muitas outras.”

Pergunta no chat: "Qual seria o melhor caminho para políticas para crianças e jovens tendo em vista o triste cenário brasileiro?"

“As iniciativas institucionais de políticas públicas são sempre as mais abrangentes, não tem como disputar com esse lugar. Infelizmente vivemos esse momento de retrocesso e desmonte de tudo que a gente tinha na infância e sofremos também com a nossa crise de efetivação de tudo que preconiza o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#). Nesse sentido valem muito as iniciativas que acontecem a partir das microesferas, na mãedata criamos a escola *Cidadania para infância livre*, vamos fazer um roteiro itinerante nas ruas para trabalhar a conscientização para as crianças. Estamos sempre envolvendo todos nossos projetos, a participação das crianças, seja incentivando as famílias, e até colocando crianças no plenário para discutir sobre políticas públicas como já fizemos. Todas essas iniciativas apontam um caminho muito pequeno, mas abrem um horizonte para aqueles meninos e meninas participarem, queremos estar nas escolas. A pandemia foi um impeditivo, mas a partir desse momento de suavização, para entender se é possível fazer educação política nas escolas no município do Rio de Janeiro, também disponibilizando todo material que a gente cria para as pessoas a partir da publicação, se tornam importantes para que todos possam usar. Queremos fazer um projeto de uma lei orgânica ilustrada para que as crianças entendam como funciona a cidade, como ela se transforma a partir dessa legislação que é tão importante.”

Kézia Sampaio, Assistente de Programas da CEPIA:

“Muito obrigada pela sua fala, sua experiência, Thais! Falando por todas, estamos muito felizes de ouvir você! Agradecemos pelo seu compromisso com a legenda de mulheres! Vou chamar agora a Malu Heilborn e passo a palavra a ela.”

MALU HEILBORN¹⁰

“É um prazer imenso escutar a Thais! Eu fui eleitora dela nas eleições passadas. Meu nome é Maria Luiza, mas sou conhecida como Malu, tenho 67 anos. Trabalho em uma Universidade muito pouco amigável para quem tem problema de mobilidade, então, antes da pandemia, uma parte do meu trabalho já era feito em casa.



Tenho o prazer de conhecer Leila e Jacqueline desde 1974, quando eu tinha 20 anos e começamos a nos reunir em grupos de reflexão feminista. Essa foi a minha escola no feminismo, com essas mulheres. Eu tinha lido *Segundo Sexo*, da [Simone Beauvoir](#), que nitidamente foi o que me fez reorientar toda minha perspectiva de vida em relação ao que eu sentia na minha infância. Embora tenha tido uma infância nascida em camadas médias, uma família que era muito tradicional em questão do que é ser menina e menino, eu me sentia muito aprisionada naquele modelo de que os meninos podem e as meninas não podem. Eu queria tudo que não podia, dei muito trabalho para minha mãe, eu era uma menina rebelde e nesse sentido eu não acompanhava o modelo esperado de docilidade, de calma. Também falo rápido e alto para o padrão do que deveria ser uma moça bem educada.

O fato de gostar de desafios me fez não querer esse lugar de mulher dona de casa, mãe de família; eu quis ter uma vida profissional desde muito cedo

¹⁰. Mestre e Doutora em Antropologia (MN/UFRJ), Profa. Associada ao Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IMS/UERJ). Sua atuação acadêmica centra-se nos estudos sobre gênero, sexualidade e reprodução e mais recentemente sobre trajetórias de vida, memória e suicídio.

e sabia que queria trabalhar. Saí de casa, queria sair daquela sensação de uma casa que me aprisionava, assim que entrei na faculdade de história, sou historiadora de formação, fui buscar na antropologia a razão da permanente desigualdade entre homens e mulheres. Isso me deixava muito perturbada, porque desde muito cedo eu fiquei comprometida com essa ideia de que precisava ampliar o espaço das mulheres, as possibilidades de estar no mundo e não ter um destino, que combinava o fato da minha branquitude, do meu pertencimento de classe, de encontrar um marido, casar e ter filhos. Eu não queria isso para mim.

A ideia de ter acesso ao conhecimento me interessava e uma dessas ideias foi provocada por uma avó paterna que me disse: “minha filha as mulheres podem ser inteligentes, mas não podem demonstrar que são inteligentes, elas têm que ir comendo os homens por pedaços, fazendo que eles façam o que a gente quer, mas não podem perceber, porque isso incomoda os homens”. E tudo o que eu queria era mostrar que eu era inteligente e tinha capacidade. Compreendi que nada é só talento nato, a gente aprende no decorrer da vida a ganhar competências e essas competências são produtos de aprendizados. Assim, esse compromisso meu com a questão da educação é a paixão que me move ainda de ser uma professora e hoje uma professora de pós graduação.

Trabalho há muitos anos na temática de gênero porque foi isso que me fez ir para a antropologia e tentar entender o porquê da existência de um lugar diferenciado para as mulheres, um lugar onde encontramos sempre uma diferença de poder ou de prestígio. Por que isso acontece? Isso me fez ir para a antropologia e sair do caminho do estudo sobre história.

Quando a gente olha o material de etnografia da sociedade ainda existente e das sociedades que já desapareceram, a partir dos relatos de antropólogos, etnógrafos, missionários dos séculos XVI, XVII que descrevem o lugar da mulher na sociedade, vemos sempre explicações que consideram que a primeira forma de organização de sociedade era divisão sexual no trabalho e, nesse sentido consideraram durante muito tempo, que as sociedades humanas se dividem entre homens e mulheres, a partir da condição corporal dos seres humanos, a partir de um binarismo sexual. Essa ideia de sexo, um sexo anatômico que concebem uma separação das tarefas masculinas e femininas, sendo as tarefas masculinas aquelas que do ponto de vista das sociedades são as mais valorizadas, produto do trabalho dos homens considerados superiores ao produto do trabalho das mulheres.

Numa análise de diversas sociedades ditas simples, sociedades ainda existentes no Brasil, sociedades indígenas ou sociedades que já conhecem um nível de organização social como sociedades tribais, sociedades africanas, muitas delas estudadas por antropólogos, o que encontramos sempre é um lugar das mulheres participando da tomada de decisões coletivas da vida social; as mulheres tomam conta, por força e uma especialização dos corpos, dos machos e fêmeas de nascer com aparelhos reprodutivos diferentes, as mulheres geram as crianças e amamentam essas crianças e cuidam dessas crianças até uma certa idade nas sociedades mais simples, e depois os meninos são separados desse universo materno feminino e são levados para instituições que os instituem como homens.

Toda essa ideia de que é necessário escrever a masculinidade e feminilidade, o que é ser homem ou mulher em cada cultura, é um processo social, cultural de entrar na sociedade no corpo das pessoas. É a partir de autores e mulheres autoras, pesquisadoras, algumas ligadas ao feminismo e outras não, que começa a se estruturar, no final dos anos 60 e início dos anos 70, o conceito de gênero. Porque a gente não fala mais só de mulheres e homens.

A partir da Simone Beauvoir, uma filósofa francesa que escreveu o livro *O Segundo Sexo*, em 1949, e que só chegou ao Brasil na década de 1960, que influenciou muito as mulheres. Simone de Beauvoir fala da subalternidade das mulheres, por isso a ideia do segundo sexo, uma subalternidade da mulher na vida social. Simone traz uma

discussão super importante em relação à ideia de sujeito universal, o sujeito da filosofia, em que o sujeito homem é pensado como o dono da razão e as mulheres são concebidas como donas dos afetos ou do cuidado, e o papel ligado à maternidade tem uma importância muito forte.

Simone de Beauvoir vai chamar a atenção numa frase que se tornou clara *Não se nasce mulher, torna-se mulher*, o que hoje em dia nós temos a partir do conceito de gênero e que na verdade se nasce mulher e torna-se mulher, mas também se nasce homem e torna-se homem, ou seja, a ideia de que não existe nada na biologia e nada no psiquismo das pessoas que faça com que elas e eles se comportem ou atuem no mundo social, a partir de uma determinação dos corpos. Isso são convenções da cultura, convenções do modo que a gente atribui determinados significados, determinados valores, ser homem, ser mulher, ou masculino ou feminino, constituem isso que nós chamamos de conceito de gênero. Esse conceito de gênero começa de maneira muito forte, vibrante a partir do próprio feminismo, entra no acesso aos cursos superiores, e a formação acadêmica começa a produzir, em diversas áreas na literatura, na história, na política, na antropologia, até mesmo na filosofia que é mais resistente.

Simone nunca chegou no panteão da filosofia, mas passa a existir todo um processo de resgate da capacidade de filosofar da Simone. Há um investimento muito forte das pesquisadoras mulheres, e depois os homens também, de pegar essas con-

quistas da elaboração das ideias em torno dessa fabricação cultural dos corpos e comportamentos das nossas condutas, de maneira a pensar na masculinidade menos que se nasce dos hormônios ou testosterona, e mais que tem a ver com a razão social. Assim, esse termo, o conceito de gênero, é um termo que tem uma história, uma elaboração muito profunda.

Debater o conceito é importante para análise da vida coletiva, mas movimentos de mulheres questionam a validade de usar o conceito de gênero. Há muitas críticas que vêm sobretudo da ideia, dos anos 80, de que o gênero substitui a palavra mulher, que de alguma maneira tirava o foco da ação política das mulheres ao tratar da ideia de política de gênero e abafava o conteúdo político das ações das mulheres. Enquanto um grupo político, esse é um debate que não cessa de acontecer, ele não pára de acontecer e cada vez mais se desdobrando se sofisticando intelectualmente no sentido de mostrar quais são as implicações da teoria de gênero para o pensar da vida coletiva.

Eu coordeno no [Instituto de Medicina Social](#), da UERJ, um programa chamado Gênero, Sexualidade e Saúde que tenta pensar essas dimensões de maneira articulada à categoria de raça e etnia, e se tornou fundamental para pensar qualquer situação social. As mulheres ligadas aos estudos de gênero têm investido muito forte em impregnar o mundo das ciências sociais, da psicologia, da política, da história, da antropologia, das letras, sobre especificidade do lugar da fala de mulheres, e determinadas autoras ligadas ao feminismo negro chamaram atenção de que é impossível só falar de gênero sem falar simultaneamente da questão raça e etnia.

Uma advogada norte-americana [Kimberle Crenshaw](#) constituiu um determinado conceito, que hoje em dia é fundamental para pensar as estruturas de poder e de gênero, que é o conceito de interseccionalidade. Kimberle Crenshaw chama a atenção que não é possível analisar o mundo social sem considerar a questão de gênero, raça e classe simultaneamente.

Cada vez mais todo esforço da Antropologia tem sido de sinalizar o fato de que não dá para pensar classe, gênero, raça e geração, sem compreender quais são as condições de local de moradia, a localidade, o espaço geográfico que você habita. Todas essas questões são analisadas através de um termo que nós os antropólogos chamamos de marcadores de diferença social, usamos esses termos porque o trabalho de um antropólogo, de um analista social, é buscar determinados termos que sejam bem direcionados a determinados aspectos da vida social.

Eu ouvi a Thais falar de violências e pensei: ela tem razão, são violências que acontecem sob a forma de ações de coerção, de pressão e de desigualdade. A desigualdade social produz uma violência, mas uma violência distinta daquela que nós chamamos de violência. A violência passa ser

A violência passa ser um resultado da estrutura de desigualdade e essas desigualdades são criadas por esses eixos de organização da vida social que são profundamente desiguais, a sociedade brasileira ela é uma sociedade em que a descolonização foi parcial, as estruturas que foram colocadas pela metrópole portuguesa persistem no Brasil e não foram resolvidas ainda, a presença terrível da escravidão que não desapareceu do Brasil, o sistema escravocrata a herança nefasta daquilo que foi exatamente a exploração de um determinado seguimento de pessoas, isso não desaparece da sociedade brasileira (...)

um resultado da estrutura de desigualdade e essas desigualdades são criadas por esses eixos de organização da vida social que são profundamente desiguais, a sociedade brasileira ela é uma sociedade em que a descolonização foi parcial, as estruturas que foram colocadas pela metrópole portuguesa persistem no Brasil e não foram resolvidas ainda, a presença terrível da escravidão que não desapareceu do Brasil, o sistema escravocrata a herança nefasta daquilo que foi exatamente a exploração de um determinado seguimento de pessoas, isso não desaparece da sociedade brasileira e evidentemente que tenhamos esse vínculo de fraternidade.

As mulheres de Moçambique que participam desse evento e que falam a mesma língua que nós, sabem que no caso de Moçambique o processo de descolonização foi bem mais complicado e mais complexo. Somos todos periféricos. O poder permeia toda a vida social criando determinadas esferas de quem manda e de quem obedece, sobretudo distribuindo de maneira absolutamente desigual esses feixes de prestígio e de autoridade como o direito à fala, criam uma teia desigual sobre o conjunto da nossa vida coletiva, nossa vida em sociedade e obviamente as pessoas negras, as mulheres negras sofrem muito mais a desigualdade do que as mulheres brancas, e mesmo tendo a mesma classe social as negras terão menos empregos, menos acessos a determinadas condições de vida. Obviamente também as mulheres brancas sofrem ainda os efeitos do sexismo e da depreciação por parte dos homens em relação aos lugares de sua atuação.

No Brasil, vivemos no momento um retrocesso civilizatório com uma agenda conservadora de extrema direita que usa todas as imagens da misoginia e da diminuição do valor das mulheres usando o discurso de que o lugar das mulheres é a casa. Tentam restaurar ou reforçar uma supremacia masculina dentro de casa - o homem manda e a mulher obedece. A experiência que eu tive como uma mulher, com quase 70 anos, na minha infância reapareceu como uma espécie de legitimidade. Esse é um processo extremamente duro para quem já passou por situações de contextos conservadores e conseguiu, em algum momento, vislumbrar uma concepção de sociedade mais igualitária. O que vemos é a permanência da ideia de que homens e mulheres não estão no mesmo patamar do uso da razão e da racionalidade e dos recursos que podem fazer jus.

O Brasil é um país com taxa altíssima de feminicídio. Permanece a ideia do direito do homem de matar a mulher. Outro dia, por exemplo, vimos um juiz perdoando um réu pelo argumento de estupro consentido. Voltamos ao nível de retrocesso civilizatório, conforme apontou o historiador e sociólogo alemão de origem judaica [Norbert Elias](#). Ele sempre chama a atenção de que as conquistas alcançadas não podem ser tomadas como garantia e por isso é necessária uma luta permanente pela manutenção de um pacto de coexistência. No caso das mulheres é importante a ideia de que nós não somos subalternas aos homens, nós devemos buscar nossos projetos, devemos brigar por espaços de legitimidade feminina, sobretudo a legitimidade da voz e participação no âmbito da política.

As mulheres em especial as mulheres negras são sabotadas através de pequenos elementos da sua vida pessoal: "você deveria ser uma melhor mãe por que você está na política e não deveria está aí"...O lugar da política é lugar natural dos homens. Mas não existe esse lugar natural dos homens, como diz uma colega [Hildete Pereira de Melo](#): toda vez que uma mulher entra na política, um homem sai, e essa ideia de que o homem tem que sair para uma mulher entrar é uma disputa política permanente em relação aos espaços.

Thais chamou atenção sobre a falta de acesso a fundo partidário, ao dinheiro, ao apoio na campanha. É uma disputa de milímetro a milímetro para assegurar as conquistas que nós tivemos e que nós conseguimos e que não são garantidas. Temos que nos manter permanentemente vigilantes frente a essas estruturas de poder que tentam nos descaracterizar a partir do uso da vida pessoal ou da sua beleza. A mulher que tem sua agenda ligada ao empoderamento das mulheres e que está ligada ao mundo público

necessita propor políticas para as mulheres com uma nova visão da vida coletiva. Não podemos deixar sermos diminuídas através de comentários e abusos sexuais. É comum desqualificar as mulheres pela sua aparência física, de ser mal amada e outros preconceitos. Precisamos reagir e manter a cabeça aberta para todos os espaços. Somos seres dotados de razão como todo e qualquer homem.

Nos colocamos na nossa vida privada não como um destino natural, mas como um compromisso político e ético de pensar sobre a criação dos filhos, a relação conjugal e o cuidado com os idosos. Essa é uma área importantíssima nas teorias de gênero que se referem ao cuidado que as mulheres prestam às crianças, aos idosos, para além da dimensão profissional do trabalho. Essa é uma área supernova na teoria de gênero que vem da área da sociologia do trabalho e é uma área super crítica que tem revolucionado toda a maneira de pensar a esfera doméstica como um lugar de reproduções, não só da nova geração, mas também do cuidado da geração idosos. Sabemos o que o trabalho do cuidado significou na vida das mulheres durante a pandemia. A ideia do cuidado não advém dos nossos instintos. É importante que possamos perceber que toda e qualquer atividade que nós exercemos na nossa vida tem uma dimensão de distribuição de poder e é exatamente pensar criticamente sobre essas estruturas de poder, ainda que sejam micro estruturas de poder dentro da casa, dentro da família, na relação com os irmãos, na relação com os filhos, na relação companheiro(a). Precisamos ter a cabeça aberta para não reproduzirmos estereótipos de gênero, desigualdade de raça e etnia e se estamos desconsiderando as pessoas que estão sob nosso cuidado, imaginando uma autoridade sobre elas, um poder de constranger a autonomia dessas pessoas. As mulheres que estão aqui têm esse compromisso e por isso estão buscando formação e capacitação cada vez mais intensas, o que a CEPIA sabe fazer muito bem. Não existe lugar sem poder, mesmo dentro de casa temos poder, poder em todos os lugares que discriminam as mulheres e onde posso mudar a realidade social, onde posso investir a minha energia para criar um mundo melhor.💡

Pergunta no chat: "O Segundo Sexo, de Simone Beauvoir, é instigante no sentido de não incluir outras femilidades, reforçando etnocentrismo e eurocentrismo nas teorias brancas para construir políticas que reforçam a exclusão e o silenciamento. Como incluir mulheres negras e indígenas no cenário político respeitando suas formas ancestrais de feminilidade? Como envolver políticas públicas que embarcam tamanha diversidade de feminilidade que não são estereótipos ocidentais? E será que o gênero, que está construído como categoria ocidental, dá conta da experiência de todas as mulheres?"

“A Simone Beauvoir é uma mulher do tempo dela que escreve e é comprometida com o processo de autonomização e de dependência em relação ao Império Colonial Francês, ela não pensa em mulheres indígenas nem nas mulheres negras, o máximo que ela consegue é pensar um pouco nas mulheres do Oriente Médio e mulheres Islâmicas e, de fato, ela tem limitações nesse sentido, em função do momento e no grau de reflexão da ideia da branquitude.

O trabalho de Achille Mbembe¹¹, **Crítica da razão negra**, fala de como o racismo foi desenvolvido como modelo legitimador da opressão e da exploração, ao serviço do capitalismo, o qual necessitava de pressupostos raciais para subsistir. Assim, sinaliza que a razão branca tem determinados parâmetros de construção do seu raciocínio. Existe uma produção ligada ao feminismo africano, sobretudo das mulheres de determinados países que foram colonizados pela Inglaterra, que questionam o uso da categoria de gênero como pertinente e que tem muito a ver com a lógica da evolução ocidental das sociedades centrais e não dá conta das suas especificidades tribais africanas e sociedades indígenas.”

11. Crítica da Razão Negra, escrita por Achille Mbembe (2014).

MARCO LEGAL

Professoras: Silvana Batini, Lígia Fabris e Tainá de Paula

- O Estado e a sociedade: Panorama das Políticas Públicas para as Mulheres no Brasil
- A Legislação Eleitoral brasileira

Ementa: Partidos políticos e discriminação de fato. Discriminação e exclusão de fato da mulher da política e as ações afirmativas. As ações afirmativas no Brasil têm sido eficazes? O patriarcalismo da política legislativa brasileira e sua reafirmação no poder executivo. Mulheres e sub-representação. A posição do direito eleitoral.

Encontros de Formação e Capacitação Política para Mulheres

ENCONTRO 2 | MARCO LEGAL
Coordenação: Leila Linhares Barsted

Professora
Silvana Batini
Procuradora Regional da República do Ministério Público Federal e Professora da FGV Direito Rio. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Penal e Direito Eleitoral.

Professora
Tainá de Paula
Vereadora do Rio, mãe, arquiteta e urbanista, ativista das lutas urbanas. Terceira mulher negra na história do PT Rio de Janeiro a se tornar vereadora. A mulher mais votada da esquerda em 2020. Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos.

Professora
Lígia Fabris
Advogada, professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (Rio) e doutoranda em Direito na Universidade Humboldt de Berlim. Coordena o Programa Diversidade da FGV, participa do Fórum Mais Mulheres na Política que atua em apoio às mulheres candidatas do Estado do Rio de Janeiro.

11 de Novembro
9h às 11h - Brasília
Online - Zoom

Acesse o link para o 2º encontro
https://bit.ly/Encontro2_MarcoLegal

Débora Pinheiro, Assistente de Programas da CEPIA:

“Olá mulheres, meu nome é Débora Pinheiro, faço parte da equipe da CEPIA, sejam muito bem vindas! Vou chamar a Leila Linhares Barsted que é Coordenadora Executiva da CEPIA e que fará a abertura do dia de hoje.”

A abertura do segundo dia do Encontro foi feita por Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da CEPIA:

“Bom dia a todas, sou Leila Linhares Barsted fundadora e Coordenadora Executiva da CEPIA. É um prazer estar aqui nesse segundo dia dos **Encontros** da CEPIA, apoiados pela WLP e pelo UNFPA. No nosso primeiro encontro conversamos sobre *Mulheres e Poder* quando estiveram conosco a vereadora Thais Ferreira e a professora Maria Luiza Heilborn que apresentaram importantes reflexões sobre esse tema.

Hoje vamos conversar sobre o *Marco Legal no Brasil, Estado e a sociedade: Panorama das Políticas Públicas para as Mulheres e a Legislação Eleitoral brasileira e os desafios para participação política das mulheres na nossa atualidade*.

Prendemos discutir pontos de grande importância sobre participação política das mulheres que incluem discriminação de gênero, de raça e etnia, de classe, de orientação sexual e que têm como consequência a baixa representatividade das mulheres nos espaços institucionais de poder.

Queremos refletir sobre os avanços e os recuos da legislação eleitoral e sobre os caminhos e desafios que vamos enfrentar para superar essa sub-representação nos espaços de poder. Coloco duas perguntas: é possível reverter esse quadro considerando a histórica exclusão das mulheres nos espaços de poder no Estado? Por que queremos entrar na política partidária e disputarmos as eleições?

Sabemos que na vida social, as mulheres tradicionalmente têm uma grande representação e atuação nas suas associações de moradores, nas associações de comunidades, nas favelas, produzindo saberes, promovendo ações educativas e políticas para melhorar a situação das pessoas que ali vivem. As mulheres estão à frente nas denúncias sobre as truculências dos agentes do Estado, estreitam laços de solidariedade com suas comunidades, o que ficou evidenciado de uma maneira muito forte nesse período da

Covid-19. Não se pode subestimar o protagonismo das mulheres nos seus diversos territórios.

Por outro lado, em contraposição a essa notável participação das mulheres na vida social, sabemos que tem sido difícil sua presença nos espaços de poder, seja nas intuições do Estado ou mesmo nos partidos, desde os partidos mais conservadores até os partidos mais progressistas, apesar de sermos quase 52% do eleitorado brasileiro.

Mesmo tendo havido um pequeno aumento nas eleições de 2018, nossa representação na Câmara dos Deputados alcança somente 15% e no Senado Federal não chega a 13%. Nas Assembleias Legislativas e nas Câmaras Municipais também a representação das mulheres é muito baixa. Tivemos alguns avanços nas últimas eleições com ampliação de mulheres negras eleitas e também, pela primeira vez, com a eleição de mulheres trans, mas estamos longe de alcançar patamares de igualdade.

Em nosso continente temos exemplos de grandes avanços como no México, que chega a ter 50% de participação política das mulheres, na Argentina onde direito à paridade é assegurado por lei, além do Chile e de tantos outros países vizinhos. Nesse momento em que vivemos contextos políticos, econômicos e sociais tão difíceis para nossa população e graves ameaças à democracia, que ainda é muito excludente, estamos diante do avanço de forças autoritárias e, ao mesmo tempo, estamos às

vésperas de um ano eleitoral decisivo para nossas pautas de defesa dos direitos humanos.

Nesse sentido, é cada vez mais importante mobilizarmos as mulheres para atuação política, seja dentro ou fora dos partidos políticos; fortalecer a atuação política daquelas que desejam entrar nos espaços de poder do Estado. É sobre isso que vamos conversar hoje com nossas 3 professoras convidadas.

Tainá de Paula é vereadora, mãe, arquiteta, urbanista, ativista das lutas urbanas, terceira mulher negra na história do PT eleita no município do Rio de Janeiro a se tornar vereadora, foi a mais votada candidata de esquerda na eleição de 2020 e é presidente da Comissão de Assuntos Urbanos.

A nossa segunda expositora é Lígia Fabris, professora da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), membro do *Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política* (do qual a CEPIA também faz parte). Lígia, como advogada, representou a CEPIA e a FGV junto ao Supremo Tribunal Federal, na ação direta de inconstitucionalidade de **ADI 5617**, que tratou do acesso das mulheres aos recursos dos fundos partidários.

Nossa terceira professora é Silvana Batini, Procuradora Regional da República, professora da Faculdade de Direito da Fundação Getúlio Vargas, especialista em direito eleitoral.

Sejam muito bem vindas!”

TAINÁ DE PAULA¹²

“Olá, saúdo esse espaço, a CEPIA, sempre presente e que tem se dedicado aos debates das mulheres, da diversidade e igualdade social.

Leila pontuou muito bem angústias e preocupações não só do Brasil. É importante pontuar que a democracia brasileira nunca inseriu de fato centralidade à participação de mulheres no protagonismo político, por mais que tenha historicamente construído **a história do lobby do batom**¹³ na Constituinte, que tenha feito avanços do ponto de vista legislativo nacional, quero fazer referência a **Lei Maria da Penha** que é uma legislação extraordinária construída a várias mãos ao longo do Brasil, na **Lei do Femicídio** que é um complemento, promulgada no governo de Dilma Rousseff. Existe um acúmulo de investimento nas nossas inteligências de saberes mulheristas e feministas no ato da política institucional.

É muito importante que se diga da nossa ampla dificuldade no seio da sociedade a partir do machismo, a partir da misoginia, questões que se espalham para a esfera política. Trago alguns elementos que até chegar a legislação, e há eliminadores concretos, mas não tão técnicos específicos do ponto de vista de legislação, que precisam ser avaliados. O sistema político partidário brasileiro é um fracasso e é preciso que a gente desenhe uma reforma política de fato com equidade, com garantia de direitos. Nós precisamos, em alguma janela da democracia brasileira, avaliar como a gente avança na democracia de representação do Brasil.

O Presidencialismo já se provou extremamente frágil à instabilidade democrática, ele é tóxico ao ambiente das mulheres. A instabilidade política que nós fomos jogadas na última quadra fez com que várias lideranças deixassem de fazer política ou enfrentassem o feminicídio político. A Marielle Franco foi o maior caso de feminicídio político que se tem notícias de norte a sul do Brasil, mas obviamente diversas mulheres sofrem violência política e se afastam do exercício político, mesmo continuando em vida, não na



12. Vereadora do Rio, mãe, arquiteta e urbanista, ativista das lutas urbanas. Terceira mulher negra na história do PT Rio de Janeiro a se tornar vereadora. A mulher mais votada da esquerda em 2020. Presidente da Comissão de Assuntos Urbanos.

13. <https://cepia.org.br/2022/03/23/lobby-do-batom/>

cena política, não na arena política. O que faz isso é a grande fragilidade política, é sinônimo de misoginia e de afastamento das mulheres da cena política.

Esse é um debate que é preciso fazer, é preciso debater que a nossa democracia não acolhe mulheres, não acolhe as maiorias minorizadas: pobres, negros, indígenas, pessoas com deficiências (PCDs) são excluídas numa democracia frágil ou em processo de enfraquecimento. Outro debate que precisa ser feito é o sistema político da forma que ele opera. A reforma de Eduardo Cunha estabelece uma mudança que é o fundo eleitoral construindo as múltiplas possibilidades de doação de financiamento. Não defendo o financiamento privado de campanhas, mas quando institucionalizamos o fundo eleitoral, nós criamos mais um limitador de enfrentamento que é a distribuição interna dos partidos políticos, que sempre foi um grande problema na nova legislação de Cunha. Não é a nova legislação de Cunha que faz com que as mulheres não acessem fundo eleitoral, as mulheres sempre tiveram dificuldade de acesso ao fundo partidário político, que não é de menor monta na reforma de Cunha.

Quando se cria um super fundo único e participativo, é fato que a burocracia, o engessamento, as instâncias partidárias, a construção tanto na direita quanto na esquerda, a tese que exclui mulheres dos partidos de direita de acessar o fundo e a tese dos partidos de esquerda que exclui mulheres de acessar o fundo. Nos partidos de direita há uma consolidação de que as figuras que estão a mais tempo no poder,

os antigos parlamentares, aqueles que já são ricos teoricamente, não precisariam roubar o fundo eleitoral. O PSDB faz muito esse discurso no seus congressos, nas suas reuniões nacionais, “nós já temos dinheiro, nós já somos donos do dinheiro, não precisamos ser corruptos e roubar entre nós, vamos instituir a transparência, a anti corrupção, e nada mais justo que nós homens tenhamos também a detenção e organização e privilégio de organizar o fundo eleitoral”, aí vem o resultado da prioridade. Chapa de mulheres de partidos de direita, a tragédia que é a distribuição do fundo eleitoral com alto marcador de machismo.

Nos partidos de esquerda a discussão e a capacidade dirigente só acontecem quando se tem tempo de organizar e estruturar para se manter sem exercer outro trabalho para além da política. Isso se uma pequena casta de dirigentes, quando se olha a cúpula dirigente do PT e do PSOL. Os dirigentes partidários estão entranhados numa lógica de perpetuar seus privilégios institucionalizados pela burguesia brasileira, tanto direita quanto esquerda performam nessa estrutura onde as mulheres negras ganham metade do que as mulheres brancas ganham. Estamos na base da pirâmide onde temos muitas dificuldades de manter os pouquíssimos postos de trabalho regulares que não sejam precarizados.

Num Brasil que se precariza, claro que mulheres não vão ter condições econômicas de fazer política. Fazer política é reunir pessoas e gastar dinheiro nessa reunião, é pagar o próprio transporte e ter como pagar a creche para sua criança. Existe um custo

que não é só de vida, é custo econômico que deveria ser estimulado. O fundo partidário deveria ser utilizado para formação do quadro partidário, obviamente os partidos deveriam desde 2016 institucionalizar secretarias, diretórios específicos para as mulheres a partir da resolução do TSE.

É preciso discutir mulheres na política eternamente nos partidos, mas não há nenhuma determinação sobre paridade nos dirigentes, os homens são muito espertos e começaram a “construir” mulheres para ocupar essas cadeiras, e as mulheres votam para os homens nos diretórios executivos, é mais uma forma de burlar o machismo.

Claro que no futuro próximo é preciso que todos os partidos políticos tenham paridade nos seus assentos, antes da paridade dos assentos dos executivos nacionais, estaduais e municipais dos partidos dos trabalhadores, as mulheres sequer acessavam o fundo, o fundo era distribuído para todos os candidatos em geral e colocado no rol de prioridade. As mulheres do executivo, para fazer sua própria política, exigem que pelo menos o dinheiro referente ao fundo eleitoral e ao fundo partidário sejam reservados para candidaturas de mulheres prioridades.

O segundo maior problema que a gente avança, nós conseguimos, está em 2021, pelo menos figurar em listas de prioridades, mas esse dinheiro não vai para todas as mulheres candidatas, existe uma escolha política de algumas mulheres dentro dos partidos políticos no período de pré campanha. Há toda uma diferença na capacidade eleitoral, na performance eleitoral

que uma mulher consegue dinheiro antecipado para se estruturar, para conseguir realizar suas reuniões, para bancar sua comunicação, em média a comunicação custa R\$100.000,00 a R\$ 200.000,000 reais.

Para uma campanha bem estruturada, é fundamental que exista um recurso de forma antecipada para que as mulheres estruturarem as suas campanhas, isso não acontece. Eu fui o 6º orçamento do PT RJ. Existia uma vereadora eleita e a prioridade eleitoral naquele ano de 2020 do Partido dos Trabalhadores e das Trabalhadoras foi para a vereadora eleita. As figuras sem mandato tiveram acesso a tempo de televisão e acesso ao fundo eleitoral durante o período eleitoral e isso já ajuda muito, mas o certo é que as mulheres tenham acesso ao fundo partidário, acesso ao fundo eleitoral, independente da prioridade política que se determine de forma nada transparente.

Com todas as dificuldades para que essa transparência e idoneidade interna dos partidos políticos aconteça, as mulheres precisam se organizar fora da estrutura partidária. Nós falamos pouco sobre isso, sobre movimento de mulheres, principalmente nos movimentos feministas, é preciso talvez vencer certo desconforto que é o exercício político, a tarefa que é fazer política. As mulheres se esquivam muito, porque existem milhares de prioridades do que encarar o homem branco de 2021.

É preciso que a gente se organize e enfrente a realidade que é muito violenta, é muito cruel, mas precisa ser enfrentada, criar formas de organização, se esta é uma ONG internacional que vem desdobrando uma

parceria, construindo, formulando. Lígia Fabris participou do debate conosco e já vem acompanhando os desdobramentos, que é de uma Escola do Parlamento aqui na Câmara dos Vereadores.

A **Running Start** é uma ONG que forma, ajuda, custeia mulheres que estão na primeira parte da juventude, desde 16 anos, que querem se enveredar na política, isso é fundamental: as mulheres acessarem espaço corporativo, espaço de fala, que orientem suas carreiras na universidade para um exercício político, isso é fundamental, isso acontece de uma forma muito natural com os homens desde o período escolar. É fundamental investir

na formação de lideranças femininas, para um exercício político institucional, as mulheres precisam se entender nessas cenas políticas, isso é uma educação, uma pedagogia, um letramento que não acontece.

O outro sentido é nos organizarmos cada vez mais na judicialização dos partidos, eu não posso judicializar o PT, eu queria que a mulherada fizesse uma *advocacy* de processar o PT, PSB, PSDB e os partidos que não cumprem cota. Os partidos preferem pagar multa, milhões em multa, do que dar milhões para mulheres que podem tirar a vaga de um homem eleito, isso é sério, e não nos organizamos internamente nos partidos porque nós não queremos ser massacradas. É muito importante que nessa quadra da história exista uma *advocacy*

que entenda do porquê, como e acompanhe esse processo do não cumprimento das cotas e do acesso ao fundo de televisão.

Nós precisamos ter mais entendimento do processo eleitoral, talvez a consulta da Benedita da Silva ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), que gerou a obrigatoriedade do STF, pode ter ocasionado minha eleição, se não fosse essa consulta eu não teria acessado o tempo de televisão. O Lindbergh Farias teve acesso a 90 *spots* na TV, com a consulta eu pude pedir 18 *spots*, olha a disparidade, mas foi fundamental e muito potente as mulheres, as pessoas das cidades que a gente não consegue alcançar no limite financeiro que nós temos, acessar a televisão. As pessoas vêem, as pessoas assistem, as pessoas escutam no rádio, não apenas homens brancos para votar. Eu posso votar em uma mulher negra! Fiquemos de pé, organizemos essas mulheradas e vamos invadir os partidos políticos desse país.👉

É fundamental investir na formação de lideranças femininas, para um exercício político institucional, as mulheres precisam se entender nessas cenas políticas, isso é uma educação, uma pedagogia, um letramento que não acontece.

Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da CEPIA:

“Tainá, muito obrigada por nos trazer tantas questões que em muito explicam porque a participação política ainda é muito difícil para as mulheres. Passo a palavra para Lígia Fabris.”

LÍGIA FABRIS¹⁴

“Bom dia, gostaria de agradecer à CEPIA pelo convite, é um prazer estar aqui nesse curso com tantas mulheres incríveis, referências no tema.

Eu preparei uma pequena apresentação com alguns dados e referências legislativas. Meu objetivo é falar especialmente sobre a importância das cotas na representação de mulheres, do desenho que temos, seus problemas e suas potencialidades: dos obstáculos que as mulheres enfrentam para entrar na vida política, a dificuldade de acesso aos recursos para impulsionar a candidatura. Vou explicar previamente nosso papel e as questões em jogo na [ADI 5617](#) que foi julgada pelo Supremo, onde tive a honra de representar a CEPIA. Nossa manifestação nesta ação foi produto de uma construção conjunta, com alunas e alunos da FGV Direito Rio e em intenso diálogo com a minha colega, Professora Silvana Batini, e outros professores da instituição (Fabris, 2019)¹⁵. Apresentarei as questões jurídicas em questão e o que conseguimos avançar nessa ação, além de abordar a atuação do *Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política*.

Para o tema das cotas é importante retomar os marcos de sua implementação no Brasil. As cotas são um instrumento que, historicamente e por todo o mundo, é utilizado para fazer avançar a presença de mulheres na política e buscar superar o *déficit* de representação das mulheres na política. São também chamadas de “ações afirmativas” porque buscam promover certo



14. Professora da Escola de Direito da Fundação Getúlio Vargas (FGV), membro do *Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política*. Lígia representou a CEPIA e a Faculdade de Direito da FGV junto ao STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nº 5.617, que tratava do acesso das mulheres aos recursos dos fundos partidários.

15. FABRIS, Lígia. “Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas”. In: Revista Direito e Práxis, nº 10, 2019, pp. 593-629.

grupo social discriminado e subrepresentado, com o objetivo de criar igualdade de oportunidades e distribuição justa para todos (Baer, 2012: 990)¹⁶.

O Brasil é signatário da [Convenção para Eliminação de todas as formas de discriminação contra as Mulheres](#) (CEDAW), em vigor desde 1981. Na linha da mitigação de desigualdades e discriminações, o debate sobre cotas ganhou força a partir da [IV Conferência Mundial sobre a Mulher da ONU](#), em 1995, em Pequim, que estabeleceu algumas estratégias para que essa exclusão das mulheres na política fosse superada. Assim, a partir de 1995, as cotas, como instrumento de ação afirmativa, foram implementadas em muitos lugares do mundo, não apenas na América Latina. Como resultado, já em 1995 o Brasil instituiu cotas de 20% para candidaturas de mulheres nas eleições municipais. Em seguida, em 1997, elas foram instituídas pela lei das eleições que está em vigor até hoje. Em 1997 se estabeleceu uma regra de transição, de que nas eleições nacionais do ano seguinte, cada partido ou coligação deveria reservar não mais 20%, mas no mínimo 25% e no máximo 75% das candidaturas para candidatos(as) de cada sexo. É esse tipo de construção a que está prevista desde então na [Lei das Eleições](#): não se fala de “cotas para mulheres”, a menção é a percentuais mínimos e máximos de candidaturas para cada sexo, em que o mínimo significa, na prática, o percentual de mulheres candidatas. Em 1997 há a utilização desse verbo, que não foi um pequeno detalhe, indicando que os partidos têm que reservar no mínimo 25% – depois alterado para 30% – das candidaturas de mulheres. O uso do verbo “reservar” gerou uma disputa interpretativa, na qual os partidos conseguiram fazer vencer o entendimento de que reservar seria meramente uma declaração de intenções, ou seja, de que aquele espaço estaria reservado, mas não necessariamente seria preenchido, como se reserva uma cadeira num restaurante para alguém que potencialmente chegará (ou não).

A razão pela qual entendo que essa foi uma disputa interpretativa, na qual os partidos venceram, é porque a própria Lei das Eleições utiliza o termo reservar em outro dispositivo para outro caso, e nesse outro caso reservar nunca teve essa interpretação vaga, de incerteza, de liberalidade. O que identifiquei dentro da mesma Lei é o caso da propaganda eleitoral gratuita. A Lei das Eleições estabelece, em seu artigo 47, que as emissoras de rádio e TV reservarão horário em sua programação para

16. BAER, Susanne. Equality. In: Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law. Oxford: OUP, 2012.

propaganda eleitoral gratuita. Porém, nesse caso, isso nunca significou que as emissoras pudessem não cumprir, isso sempre foi tido como uma determinação incontornável, certamente porque isso está no interesse dos partidos políticos. Porém, quando se tratava das cotas para mulheres, os partidos diziam que, ao reservar, não seria preciso preencher, isto é, de fato efetivar e lançar essas candidaturas. Esse foi um entendimento que prevaleceu e se fez vitorioso, e apenas em 2009 a lei veio a ser alterada para que se tirasse a palavra reservar e se inserisse a preencher. Assim, foi apenas nas eleições de 2010, no nosso sistema legal, que os partidos tiveram a obrigação de efetivamente lançar o mínimo de 30% do total de suas candidaturas com mulheres.

Neste período não havia qualquer obrigação de investir dinheiro, nem tempo de propaganda em candidaturas de mulheres, embora os estudos de ciência política (Araújo, 2013¹⁷; Sacchet e Speck, 2012¹⁸; Peixoto et. al., 2016¹⁹) demonstraram que, para se ter sucesso nas eleições para quaisquer candidatos, seja homem ou mulher, dois elementos são centrais: acesso a recursos e acesso a tempo de propaganda eleitoral, e nenhum desses dois elementos estava garantido pelas mulheres.

Quando abordamos as dificuldades, os percalços para a efetividade das cotas no país, é preciso ter em mente essa questão central: formalmente, temos instituição de cotas em 1995, mas apenas em 2009 se alterou a Lei, que foi aplicada a partir das eleições de 2010, para trazer um entendimento que é obrigatório. Ou seja, na história de 27 anos de cotas para mulheres na política no Brasil, há apenas 11 anos temos a obrigatoriedade de 30% de candidaturas de mulheres. E sem tempo mínimo correspondente de propaganda eleitoral.

17. ARAÚJO, Clara; FABRIS, Ligia; FERRETI, Michelle. Nota Técnica Nº 1: Reforma política e os mitos sobre a participação política de mulheres: Simulações sobre os 15% de reserva de cadeiras e seus efeitos nos parlamentos proporcionais no Brasil. Disponível em: <<https://cepia.org.br/2021/06/28/nota-tecnica-1-forum-fluminense-mais-mulheres-na-politica/>>, acesso em 5 de julho de 2022.

18. SACCHET, Teresa e SPECK, Bruno. "Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006". In: Opinião Pública, vol. 18, nº1, Junho, 2012, p. 177-197.

19. PEIXOTO, Vitor de Moraes, GOULART, Nelson Luis Motta, DA SILVA, Gabriel Tisse. "Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014" In: Política & Sociedade, vol. 15, nº 32, Janeiro/Abril, 2016, pp. 126-144.

Esse percentual de 30% não foi arbitrário. Ele advém da chamada teoria da massa crítica, de Drude Dahlerup, que buscava compreender quando uma minoria poderia ter a possibilidade de influenciar os debates e mobilizar de alguma forma seus interesses. Para isso, a autora afirmava que essa não pode ser uma minoria muito pequena em termos numéricos, é preciso ter um certo número para que possa conduzir seus debates (Dahlerup, 1988)²⁰. Inspirada em estudos da física nuclear, que se refere à quantidade necessária para se iniciar uma reação em cadeia, a autora estabeleceu, por analogia, que uma mudança qualitativa ocorreria quando se atingisse um percentual de 30%, passando de uma minoria pequena para uma significativa (Dahlerup, 2006)²¹. Assim, esse deveria ser o percentual mínimo de mulheres representadas na esfera da política e por essa razão se instituiu nacional e internacionalmente como parâmetro pelo menos 30% de cotas de candidaturas.

Nesse contexto, na reforma eleitoral de 2021 foi apresentada uma proposta de emenda à Constituição que buscava instituir uma reserva de assentos para mulheres. O percentual inicialmente proposto seria de 12%, depois foi alterado para 15%. No âmbito do *Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política* fizemos um estudo, publi-

20. DAHLERUP, Drude. From a small to a large minority: Women in Scandinavian politics. *Scandinavian Political Studies*, 1988, 11. Jg., Nr. 4, S. 275-298.

21. DAHLERUP, Drude. The story of the theory of critical mass. *Politics & Gender*, 2006, 2. Jg., Nr. 4, S. 511-522.

cado como "[Nota Técnica Nº 1: Reforma política e os mitos sobre a participação política de mulheres: Simulações sobre os 15% de reserva de cadeiras e seus efeitos nos parlamentos proporcionais no Brasil](#)" (Araújo, Fabris, Ferreti, 2021)²² em que consideramos esse porcentual absolutamente insuficiente, e não apenas em razão da teoria da massa crítica, mas também porque já temos 15% de mulheres eleitas. Essa proposta retrocede em termos do que temos, engessando, na melhor das hipóteses, nosso quadro de sub representação de mulheres na política, além de retroceder em números absolutos de mulheres nas casas legislativas e impossibilitar avanços para além desse percentual, muito aquém dos 30% para atingir, conforme Dahlerup, uma massa crítica. Felizmente, essa proposta, até esse momento, não prosperou.

A obrigação dos partidos políticos de fazer programas de difusão da participação feminina e formação política de mulheres, que está instituída desde 2009 na lei dos partidos políticos, é descumprida sistematicamente. Em uma pesquisa a esse respeito realizada em 2016 para fundamentação do *amicus curiae*, constatamos que todos os partidos descumpriam a obrigação de destinar 5% do fundo partidário para formação de mulheres (Fabris, 2019)²³. Quando confrontamos esse dado com a afirma-

22. ARAÚJO, *opus citatum*.

23. FABRIS, Ligia. "Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas". In: *Revista Direito e Práxis*, nº 10, 2019, pp. 593-629.

ção de dirigentes partidários de que não haveria mulheres suficientes para formar o mínimo de candidaturas e que elas não se interessam por política, concluímos que essa é uma escassez construída, seja pelas múltiplas barreiras sociais que as mulheres enfrentam para entrada na esfera política, seja pelas próprias barreiras que o sistema político coloca às mulheres: a dificuldade de apoio partidário nas candidaturas, dificuldade ao acesso a recursos, escasso (ou nenhum) tempo de propaganda, violência política de gênero. Como parte do mosaico que compõe o quadro de escassez de mulheres na política está a falta de investimento dos partidos em formação política de mulheres, em contraposição ao descumprimento do que diz a lei.

O financiamento é elemento crucial para as chances de ser eleito, para todos os candidatos (Araújo, 2013²⁴; Sacchet e Speck, 2012²⁵; Peixoto et. al., 2016²⁶; Fabris et. al. 2020²⁷). Até 2015, nenhuma lei obrigava os partidos a investir em campanhas de mulheres. Com a minirreforma eleitoral daquele ano se instituiu pela primeira vez a obrigação de os partidos políticos investirem nas candidaturas de mulheres. Porém, a lei estabelecia que seria necessário investir um mínimo irrisório de 5% e ainda estabelecia um percentual máximo: até 15% dos recursos de campanha do fundo partidário

24. ARAÚJO, Clara. Cotas femininas e financiamento de campanha. In: *Cadernos Adenauer XIV*, nº 3, 2013, pp. 11-30.

25. SACCHET, *opus citatum*.

26. PEIXOTO, *opus citatum*.

27. FABRIS, *opus citatum*.

em campanhas de mulheres e não mais. É estarrecedor, não apenas instituir um mínimo irrisório, mas também um teto para as mulheres que, além de ser um limite e muito baixo, é flagrantemente desproporcional – 70% dos homens teriam acesso, na melhor das hipóteses, a 85% dos recursos de campanha e na pior das hipóteses 95% dos recursos de campanha do fundo partidário. Isso é a desigualdade escrita na lei. É discriminatório e afronta o princípio básico e fundamental da nossa Constituição no artigo 5º *caput* e inciso I, conquistado pela luta histórica de mulheres como Leila Linhares Barsted e Jacqueline Pitanguy, que compõem a CEPIA, na Constituinte de 1988. Elas sabiam que era necessário que a igualdade entre homens e mulheres estivesse expressamente prevista na Constituição e esse julgamento é um exemplo da importância de termos esse dispositivo.

Contra esse dispositivo da minireforma eleitoral de 2015 foi proposta uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) pela Procuradoria Geral da República que apontou o ferimento do direito à igualdade. Nessa ação, representei a CEPIA reforçando esse argumento da Procuradoria mas, também, junto com alunos e alunas da FGV acrescentamos outros, apontando o descumprimento dos 5% do fundo partidário e da formação política de mulheres, revelando que a multa pelo descumprimento dos 5% foi basicamente extinta por essa mesma minireforma eleitoral de 2015.

O **juízo dessa ação**, a ADI 5617 se deu em 15 de março de 2018, dia seguinte à execução de Marielle Franco. O Supremo

também estava sob o forte impacto desse ato de feminicídio político, essa violência política brutal contra uma vereadora eleita, mulher, negra, LGBT e periférica. A Corte acolheu os argumentos de que os partidos precisam garantir às mulheres, às 30% de mulheres candidatas, acesso a no mínimo 30% dos recursos de campanha do fundo partidário, além de tempo nessa proporção para propaganda. Alguns meses depois, com a proibição do financiamento privado, foi criado o Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) e o TSE aplicou a lógica do julgamento do Supremo ao fundo eleitoral, instituindo que o mínimo de 30% das mulheres têm que ter acesso ao mesmo percentual de recursos, e que o volume de recursos deve acompanhar o de candidaturas – isto é: se houver mais candidatas, o volume de recursos também deve aumentar para ficar idêntico ao percentual.

Se pegarmos o total de candidaturas de mulheres nos partidos políticos desde 1998 até 2018 e o percentual de mulheres eleitas, pode-se observar que em 2010, ano em que foi instituída a obrigatoriedade das cotas de 30%, os partidos não cumpriram essa determinação. O percentual de candidaturas de mulheres em 2010 foi de 22,9% e se reverteu em 13% de mulheres eleitas. Se considerarmos que em 2002 tínhamos 12,6% de eleitas, vemos que as cotas não fizeram diferença neste ano. Em 2014 houve 31,3% de mulheres candidatas, cumprindo-se formalmente as cotas, mas nesse mesmo ano tivemos apenas 11,3% de mulheres eleitas, menos que nesses anos anteriores. Isso significa que faltaram condições efetivas de que essas mulheres pudessem ter sucesso nas eleições. Em 2018 tivemos pela primeira vez a junção de dois cenários, uma média de 32% de mulheres candidatas e a obrigatoriedade de destinação de recursos proporcionais (todos os dados retirados de Fabris et. al, 2020, p. 591)²⁸. Com isso, observamos o maior aumento na representação de mulheres na nossa história: subimos 50% em relação ao período anterior, chegamos ao percentual de 15% de mulheres eleitas. Isso parece confirmar o que os estudos de ciência política (Araújo, 2013²⁹; Sacchet e Speck, 2012³⁰; Peixoto et. al., 2016)³¹ já apontaram há anos: a centralidade do acesso a recursos de campanha nas chances de eleição. Porém, esse percentual recorde ainda é muito insuficiente, e temos muito a avançar nesse desenho.

28. FABRIS, *opus citatum*.

29. ARAÚJO, *opus citatum*.

30. SACHET, *opus citatum*.

31. PEIXOTO, *opus citatum*.

Na reforma política deste ano de 2021, assistimos a um certo diagnóstico da bancada feminina na Câmara dos Deputados de que as cotas não funcionam do jeito que estão. Os discursos que circulavam eram de que chegamos a inéditos 15% de eleitas, mas o que teria feito a diferença foi o recurso e não as cotas, como se estivessem desvinculados. Assim, foi apresentada uma proposta de emenda constitucional que trocava as cotas de candidaturas de 30% por um sistema de reserva de 15% das cadeiras, com manutenção de 30% do financiamento. Isso significaria o fim da obrigatoriedade dos 30% de candidaturas.

A América Latina tem sido um grande exemplo de avanço de mulheres na política, com paridade de uma série de países da região nos últimos 4 anos, como o México, Costa Rica, Chile com paridade na constituinte. A sub-representação não é, portanto, um problema de países ditos em desenvolvimento, pretensamente mais machistas do que os países europeus: temos índices melhores na América Latina hoje do que muitos países europeus. Assim, no Brasil, precisamos aprimorar nosso desenho institucional de cotas e efetivar a formação política das mulheres, ter candidaturas reais e não candidaturas fictícias, com investimento e tempo de propaganda eleitoral. Em nossa atuação no *Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política*, buscamos difundir informações para mulheres que estão ou pretendem ingressar na vida política para dar apoio e levar conhecimento sobre o aparato legislativo, o papel do Ministério Público e dos tribunais eleitorais, sobre seus direitos, o que exigir dos seus partidos, a articulação política com outras mulheres e movimentos sociais. Nós precisamos avançar, e só conseguiremos com o aprimoramento da nossa política de cotas, mas não sem elas. 🗨️

Assim, no Brasil, precisamos aprimorar nosso desenho institucional de cotas e efetivar a formação política das mulheres, ter candidaturas reais e não candidaturas fictícias, com investimento e tempo de propaganda eleitoral.

Perguntas no chat: "Quais foram os posicionamentos que os Ministros do STF tiveram na decisão da ADI?"

“Sobre o julgamento da ADI 5617 no Supremo, os ministros e as ministras foram bastante receptivos, e penso que não apenas o Supremo, mas também o TSE estão cientes, e de alguma forma preocupados, com o nosso quadro de sub-representação de mulheres. É importante ressaltar que há um *ranking* de um órgão da ONU, a **União Inter-Parlamentar**, que contabiliza e lista o percentual de presença de mulheres na política em quase 200 países do mundo. Nesse *ranking*, o Brasil está em uma posição vergonhosa. Esse é um dado que visibiliza, mostra de uma maneira evidente o nosso atraso em relação a vários países do mundo. Por exemplo, a Arábia Saudita tem mais mulheres no parlamento do que o Brasil. Na Arábia Saudita, um país em que as mulheres vivem um *status* jurídico e social de desigualdade, as mulheres puderam dirigir sem a autorização dos maridos apenas em 2018. Mas o país tem mais mulheres na política que nós.

No Supremo, os ministros consideraram que essa distribuição desigual da minirreforma eleitoral de 2015 feriu o direito fundamental à igualdade e entenderam que, para sanar essa desigualdade, seria necessário que 30% das mulheres (um parâmetro estabelecido pela Lei de Cotas), tivessem acesso a um percentual idêntico de recursos e tempo de propaganda. Se os partidos lançassem mais do que 30% de candidaturas, o percentual de recursos de campanha deveria acompanhar o percentual de mulheres candidatas. Os partidos não avançam muito na média nesse percentual de

candidatura, esse piso funciona, na prática, como teto. Há muitas candidaturas fictícias, isso é: lançamento de candidatura apenas para cumprir a cota, sem investimento, sem acesso à propaganda, sem suporte, sem que seja uma candidatura para valer, e isso exige denúncia, investigação no Ministério Público, responsabilização jurídica por parte dos tribunais eleitorais de dirigentes de partidos por essas práticas ilegais. Isso demanda tempo, esforço, equipe, recursos e o país é imenso, o número de candidaturas também. Esses são alguns dos nossos desafios. Para dar conta dele, precisamos aprimorar nosso desenho já existente de cotas, vinculá-lo e ampliá-lo. 🗨️

Pergunta no chat: "Quais iniciativas vem acontecendo para apoiar, com recurso, a formação política para que mulheres possam ter condições de estudo e participação no diálogo da sociedade? Há alguma legislação ou condições de segurança para a participação das mulheres na política?"

“A minirreforma eleitoral de 2015 tinha possibilitado que os 5% de recursos do Fundo Partidário para formação política de mulheres fossem guardados para serem usados em campanhas. Um dos argumentos que levamos no julgamento da ADI 5617 e que foi acolhido pelo Supremo diz respeito à obrigatoriedade dos 5% serem destinados à formação política das mulheres, e não para outra finalidade. Permitir o uso para campanha significaria o esvaziamento desses recursos e o aval para a inexistência de incentivos para a participação de mulheres na política. 🗨️

Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da CEPIA:

“Ligia muito obrigada! Essa explicação que você deu foi muito importante e aponta mais uma vez sobre a necessidade de mobilização das mulheres. Quero passar a palavra para Silvana Batini, como já tinha mencionado, Silvana é Procuradora da República e teve uma atuação muito forte junto com o TSE.”

SILVANA BATINI³²



“Quero agradecer o convite, é uma satisfação grande estar aqui e tratar desse assunto porque eu, na condição de membro do Ministério Público Federal, acompanhei muito de perto essa evolução dos instrumentos jurídicos colocados na legislação brasileira para o incentivo à participação da mulher na política.

Como Lígia descreveu, eu estava como procuradora regional eleitoral no Rio de Janeiro em 2010. A Procuradoria Eleitoral é o braço do Ministério Público que atua na fiscalização das eleições. Eu estava em 2010, justamente na primeira eleição em que vigorou no Brasil a obrigação real dos partidos políticos preencherem a cota mínima de 30% de candidaturas femininas nas chapas proporcionais. Antes de 2010 a Lei usava o verbo “reservar”, o que não vinculava verdadeiramente os partidos. Em 2010 a Lei alterou o texto, o verbo mudou para “preencherá”, obrigando a formação da chapa nestas proporções de gênero. Pelo menos era assim que todo mundo achava: na medida em que houve a alteração na Lei, os partidos certamente iriam preencher as cotas com candidatas mulheres.

Bem, temos essa crença que o Direito salva, que o Direito vai transformar a realidade. Como eu faço parte de uma instituição que tem por destinação constitucional a fiscalização da ordem jurídica, do cumprimento das leis, como estou dentro da instituição fiscalizadora, aquela que vai apontar o dedo, que vai acusar, eu procuro sempre estar atenta para o que pode não dar certo. Naquele momento, em 2010, nós estávamos preparados

32. Procuradora Regional da República e Professora da FGV Direito do Rio de Janeiro.

para fiscalizar o cumprimento das cotas, mas não estávamos preparados para enfrentar o escárnio que acabou acontecendo, quase um deboche, especialmente no Rio de Janeiro, que foi de onde conseguimos colocar um pouco a boca no trombone.

Não eram candidaturas laranjas como a Tainá mencionou, mulheres cujos nomes foram emprestados indevidamente. Não, naquele momento em 2010, alguns partidos sequer se deram ao trabalho de arregimentar candidatas laranjas. As candidatas eram fictícias, porque elas não existiam como seres humanos. Os pedidos de registro de candidaturas vinham com nomes inventados, CPFs inventados e desenhos toscos feitos por computadores, no lugar da fotografia. Essa foi a realidade que o RJ viveu naquele momento.

As conquistas no plano legislativo são importantes porque elas impulsionam, elas movimentam forças, mas elas não garantem a transformação de que precisamos. Para isso é preciso, sim, engajamento da sociedade, engajamento das instituições.

De 2010 pra cá, a partir da institucionalização das cotas, vimos enfrentando um trabalho de enxugar gelo, porque se em 2010 os partidos inventavam mulheres, em 2012, 2014, e 2016 a forma de burlar a cota só foi se alterando, mas a fraude nunca deixou de existir, tanto que chegamos em 2020 tendo que lidar com fraudes. Só tivemos um movimento decisivo da

As conquistas no plano legislativo são importantes porque elas impulsionam, elas movimentam forças, mas elas não garantem a transformação de que precisamos. Para isso é preciso, sim, engajamento da sociedade, engajamento das instituições.

jurisprudência do Tribunal Superior Eleitoral em 2019, quando a Corte estabeleceu, finalmente, que a fraude nas cotas de gênero pode derrubar as candidaturas dos homens. Precisamos de quase 10 anos de vigência destas cotas para que o Tribunal Superior Eleitoral pudesse reconhecer que esse desvio traz um impacto real na legitimidade das eleições, de tal monta que justifica a derrubada das candidaturas dos homens que se beneficiam com a fraude.

O poderoso precedente do TSE foi concebido em uma eleição municipal da pequena cidade de Valença do Piauí. Houve ali uma situação quase caricatural de candidaturas fictícias, com todos os elementos que a jurisprudência acabou elevando como os critérios balizadores de candidaturas fic-

tícias, tais como: candidaturas com poucos, ou quase nenhum voto; nenhuma campanha; poucos gastos. Elementos estes que passaram a ser usados como parâmetros para a caracterização da fraude. Ainda que tais critérios não sejam 100% seguros, foram uma contribuição importante que a jurisprudência trouxe para que chegássemos em 2020 já com algum elemento no sentido de podermos avançar no combate à fraude às cotas de gênero.

A solução ideal, contudo, ainda não chegou. Qual é o grande problema deste precedente? Quando o Tribunal Superior Eleitoral autorizou a derrubada de toda a chapa na qual se verificassem candidaturas femininas fictícias, acabou por determinar a derrubada de qualquer candidatura vencedora, inclusive das candidaturas reais de mulheres.

Há ainda um segundo problema: as ações judiciais para a cassação destas candidaturas ficam, muitas vezes, gigantescas e às vezes inviáveis. Em Valença do Piauí, era uma chapa muito pequena com pouquíssimos candidatos, cerca de 6 homens. Uma ação contra seis réus é um pouco difícil, mas ainda possível. Quando se transporta isso para centros maiores, as candidaturas são em número muito maior e o precedente do TSE determina que a ação seja proposta em face de todas essas pessoas, o que acaba por gerar ações muito complexas e com muitas dificuldades de serem manejadas, com baixa efetividade.

Ainda assim, poder contar com esta ferramenta, ainda que de difícil manejo, era uma

forma de sinalizar aos partidos políticos que o Ministério Público Eleitoral estaria disposto a lançar mão dela, como de fato aconteceu em 2020.

O TRE/RJ está agora julgando essas ações e já caçou algumas chapas importantes em algumas cidades do interior.

O segundo problema que começamos a ter no enfrentamento e no descumprimento das regras eleitorais se deve ao financiamento das campanhas femininas. Pudemos evoluir na jurisprudência para enfrentar as candidaturas fictícias na construção de parâmetros para identificar essas candidaturas fictícias, mas assim que isso começou a se organizar, a se sistematizar dentro do Ministério Público, a obrigação de distribuição dos fundos públicos na mesma proporção gerou outra fonte de desvio.

Mais uma vez, é preciso se preparar para a eventualidade de os partidos não quererem cumprir o percentual de destinação dos fundos para as mulheres e de tentarem burlar esta obrigação. É necessário que as instituições de controle estejam sempre atentas para a possibilidade de fraude.

A fiscalização sobre a destinação dos fundos eleitorais segue sendo um problema para o Ministério Público e todo o sistema de justiça eleitoral. É um desafio muito grande, já que não temos parâmetros muito firmes sobre o alcance desta destinação e sobre a legalidade de determinados subterfúgios que os partidos vêm se valendo. Discute-se, ainda, se o patamar mínimo de

30% dos fundos é exclusivo de candidaturas proporcionais ou se o cálculo se satisfaz com candidaturas majoritárias femininas. A lógica parece ser a de que o percentual se refere exclusivamente a candidaturas proporcionais, uma vez que a construção jurisprudencial foi feita a partir das cotas de candidatas. Por ora, a controvérsia ainda não se pacificou.

A outra questão que surgiu foi decorrente dos mecanismos que alguns partidos começaram a usar para dar cumprimento à destinação dos fundos. São formas que trouxeram uma dificuldade a mais. Nós tivemos casos nas eleições de 2020, de mulheres que relataram que receberam o dinheiro poucos dias antes da eleição, o que impossibilitou que estes recursos fossem de fato utilizados na campanha. Mas na hora em que o partido vai prestar contas, o recurso aparece formalmente destinado a uma candidatura feminina, ainda que, na prática, ele tenha sido repassado sem chance dela gastar. E se ela não gasta, terá que devolver. Ou seja, na hora da prestação de contas, a obrigação está formalmente cumprida, mas substancialmente não atingiu os objetivos.

Alguns outros artifícios ficaram mais visíveis, como por exemplo, a candidata obrigada a usar o dinheiro que foi colocado na sua campanha em propaganda compartilhada com candidatos homens, as chamadas dobradinhas. A irregularidade já foi reconhecida por diversos TREs.

O descumprimento das cotas no lançamento das candidaturas demandou um longo tempo até que se construísse o consenso de que aquilo configurava uma fraude que impactava a legitimidade do pleito. Da mesma forma foi necessário construir a tese jurídica de que determinados comportamentos dos partidos políticos, embora aparentemente cumprissem a regra substancial, fraudavam o objetivo da norma. Isso consome um tempo de maturação na jurisprudência, e muita das vezes este tempo é incompatível com a velocidade que desejaríamos na realização das eleições.

Os Tribunais eleitorais têm uma composição transitória e muito dinâmica: os membros ficam dois anos renováveis por um igual período. Esta dinâmica não garante a estabilização dos entendimentos da jurisprudência. Temos presenciado momentos felizes, em que o Tribunal Superior Eleitoral converge para uma interpretação mais favorável à questão da diversidade eleitoral, mas nada garante que daqui a dois anos isso vai se manter. As coisas se modificam, embora devamos reconhecer que o clima mu-

dou e mudou favoravelmente. Hoje está mais fácil enxergar nas reivindicações das mulheres, uma pauta relevante para democracia. No mínimo, há hoje um constrangimento maior nesse debate, o que traz para todos os atores envolvidos, um ônus argumentativo maior em qualquer esboço de retrocesso.

Para as eleições de 2022 tivemos algumas mudanças aprovadas nas reformas de 2021. Se não representaram os avanços que todas desejávamos, pelo menos minimizaram os retrocessos que eram muito perigosos quando a reforma começou a ser discutida. Tivemos a Emenda Constitucional que trouxe uma mudança significativa: a contagem em dobro dos votos dados às candidatas mulheres e pessoas negras para a Câmara dos Deputados, para fins da distribuição dos fundos eleitorais. Como o número de votos para a Câmara dos Deputados é um dos critérios que interfere na distribuição de percentuais do fundo partidário e do fundo especial de lançamento de campanha, o que essa Emenda Constitucional trouxe foi a regra de que os votos das mulheres e pessoas negras, na hora da distribuição do fundo, contará em dobro. Em princípio, a regra nova gerará um estímulo para que os partidos políticos invistam nestas candidaturas.

Qual é o problema disso? A professora Clara Araújo, do *Fórum Mais Mulheres na Política*, pontuou o impasse: isso não vai garantir que os partidos políticos vão investir mesmo na diversidade, já que sempre poderá ser mais vantajoso para o partido investir em super candidaturas que isoladamente arregimentem muitos votos e tragam o mesmo benefício ao partido.

Não dá para apostar em como os partidos vão se comportar. A história não favorece muito o otimismo. Para se reverter uma situação como a descrita, no plano jurídico, vai ser muito difícil, já que não há instrumento jurídico para enfrentar um desvio de finalidade desta espécie.

As reformas de 2021 ainda trouxeram a [Lei 14.192](#), que tratou da violência política contra a mulher, mas não tratou da forma satisfatória, completa, já que a definição que ela trouxe para este fenômeno ficou muito aquém do que a realidade reclama. A ideia não era falar de violência política contra

Hoje está mais fácil enxergar nas reivindicações das mulheres, uma pauta relevante para democracia. No mínimo, há hoje um constrangimento maior nesse debate, o que traz para todos os atores envolvidos, um ônus argumentativo maior em qualquer esboço de retrocesso.

as mulheres apenas, mas sim sobre a violência política de gênero, mais abrangente, o que foi evitado na nova Lei.

Ainda assim, é preciso reconhecer que algum avanço aconteceu, ainda que tímido. A expressão “violência política” ainda não tinha entrado nas Cortes eleitorais brasileiras, e agora nós temos uma norma que define e que reclama uma interpretação e uma aplicação a casos concretos. A Lei 14.192 veio também, pela primeira vez, determinar que não se tolerará a propaganda eleitoral discriminatória em relação às mulheres.

Além disso, a mesma Lei 14.192 criou dois tipos penais, criminalizando condutas ligadas à violência política de gênero. A tutela penal é importante, mas não é satisfatória. O direito penal é um caminho muitas das vezes irrenunciável, e quando se fala de violência o direito penal sempre terá um papel indispensável, irrenunciável, mas jamais satisfatório ou único, nem mesmo simbolicamente é a resposta desejável. É preciso prosseguir nesse debate para que se criem mais ferramentas não criminais, não penais de enfrentamento à violência política.

Para finalizar, o tema da diversidade na política terá sempre no Ministério Público Eleitoral um importante interlocutor. A judicialização eleitoral exige legitimidade de determinados atores que não necessariamente estão à vontade e um caminho possível será sempre o Ministério Público Eleitoral, porque mesmo ONGs não vão ter legitimidade para atuar na justiça eleitoral.

O Ministério Público Eleitoral é parte do Ministério Público Federal, que é formado por procuradores da república em todo o Brasil que atuam com autonomia e independência. É importante levar em consideração que procuradores e promotores têm autonomia para atuar nas suas esferas de atribuição e são interlocutores naturais na busca de alternativas para fazerem os partidos políticos se ajustarem às novas transformações sociais e legais.

Quero agradecer mais uma vez o convite para estar aqui hoje. Muito obrigada!💕

VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES

Professora: Simony dos Anjos, Rosalina Nhanchote, Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted

- Violência de gênero
- Violência política de gênero
- Mecanismo de controle

Ementa: Gênero e desigualdade. A resposta do Estado às obrigações da Constituição Federal e das Convenções internacionais. A avaliação dos Comitês da CEDAW e da Convenção de Belém do Pará. O conceito e tipificação de violência de gênero. Mecanismos de controle e dominação sobre a participação política das mulheres. Remédios para a violência de gênero.

Encontros de Formação e Capacitação Política para Mulheres

ENCONTRO 3
VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA AS MULHERES
Coordenação: Mariana Barsted

Professora
Rosalina Nhanchote
Parte integrante do vasto Movimento de Mulheres em Moçambique, foi presidente e vice presidente do Movimento Feminista Jovem. É professora universitária nas disciplinas de direitos humanos.

Professora
Simony dos Anjos
Cientista social, mestre em educação e doutoranda em antropologia. Em 2019, foi candidata à prefeitura de Osasco/SP, sendo a única mulher e única pessoa negra nesta disputa. Assessora da Deputada Estadual Isa Penna (PSOL/SP) e integrante da Rede de Mulheres Negras Evangélicas e da Marcha de Mulheres Negras de SP.

18 de Novembro
9h às 11h - Brasília
Online - Zoom

Acesse o link para o 3º encontro
https://bit.ly/ENCONTRO3_VIOLENCIAPOLITICA

A abertura do terceiro dia do Encontro foi feita por **Mariana Barsted**, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“Bom dia a todas! Eu sou Mariana Barsted, coordenadora de projetos na CEPIA, juntamente com a Andrea Romani.

Hoje o tema que abordaremos será a violência política contra as mulheres. Há 3 anos, 8 meses e alguns dias, com 13 tiros, assassinaram uma liderança política potente chamada Marielle Franco. Muitas mulheres sofreram e continuam a sofrer o que chamamos de violência política contra as mulheres. O assassinato de Marielle foi a tentativa de calarem uma mulher, que representava muitas mulheres. Como as mulheres “ousam” ocupar esse espaço que a estrutura androcêntrica e patriarcal estipula como um espaço para os homens?

A baixa representatividade e participação das mulheres na política pode ser considerada um reflexo das desigualdades entre os gêneros, presente em tantas esferas da sociedade brasileira. A violência política de gênero é um dos fatores dessa desigualdade. Quando as mulheres chegam ao poder elas ainda enfrentam muitas dificuldades para manter os cargos conquistados – simplesmente por serem mulheres.

Vários instrumentos internacionais de direitos humanos, dos quais o Brasil é signatário, proíbem a discriminação e garantem a todas as pessoas proteção igual e efetiva contra qualquer discriminação dentre as quais por opiniões políticas, sublinhando a importância da integração e da plena participação das mulheres, não apenas como agentes, mas também como destinatárias, do processo de desenvolvimento.

Estes instrumentos instam os governos a facilitarem o acesso das mulheres a cargos com competências decisórias e permitem a sua maior participação nos processos decisórios. A igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e constitui uma condição para o êxito da justiça social, além de ser um requisito prévio necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz.

A noção de transversalidade busca assegurar que a perspectiva de gênero passe efetivamente a integrar as políticas públicas em todas as esferas de atuação governamental.

O princípio da igualdade entre mulheres e homens foi afirmado nas constituições e leis da maioria dos países e em todos os instrumentos internacionais. No entanto, as mulheres não alcançaram a igualdade e sua desigualdade foi reforçada por seu baixo nível de participação na vida pública e política. As

políticas desenvolvidas e as decisões tomadas somente por homens refletem apenas parte da experiência e do potencial humano. A organização justa e eficaz da sociedade exige a inclusão e a participação de todos os seus membros. Para falar sobre esse tema, convidamos: Simony dos Anjos e Rosalina Nanchote. Teremos também as falas de Jacqueline Pitanguy e Leila Linhares Barsted, fundadoras e diretoras executivas da CEPIA. »

Jacqueline Pitanguy, Diretora Executiva da CEPIA:

“Bom dia. É uma alegria estar com vocês nesses encontros. De uma forma muito rápida vou falar sobre o conceito de violência e chamar a atenção ao fato que a definição social é histórica, datada e dinâmica, estamos tratando de um conceito altamente dinâmico e que as ideias de ordem e desordem de crime e castigo expressam processos sociais políticos, não são verdades absolutas, ao longo da história na mesma sociedade em um mesmo momento histórico nós vamos ter percepções sociais e individuais diferentes do que é violência, do que é crime, do que é ordem, do que é desordem, do que é castigo, porque valores culturais e religiosos, nas conjunturas nacionais e internacionais, hierarquias e desigualdade prevalecem na sociedade, elas interferem diretamente tanto na percepção social da violência, quanto na sua criminalização e sua punição.

Em cada sociedade certamente existe uma definição dominante do que seria a violência ou de várias formas de comportamen-

to violento, mesmo haveria uma definição do que seria crime, do que seria castigo. São traduzidas em leis, mas elas não são necessariamente consensuais, não há um consenso na sociedade do que é crime, castigo ou violência, porque nós podemos ter numa mesma sociedade conceitos diversos de violência convivendo, lutando para assumir uma posição hegemônica a nível de legislações quanto de políticas públicas. É importante o que queria trazer, pois vamos conversar sobre violência, violência de gênero no ambiente político. Essas características de ordem cultural, religiosa, social que expressam essa desigualdade como racismo cultural, desigualdade de gênero, são variáveis internas na confecção, elaboração e na afirmação do desmonte desse conceito de violência, tampouco existe uma justaposição entre violência, crime e punição.

Característica da vítima, do agressor vão interferir na qualificação criminal e na tradução de determinado comportamento violento, como um delito passível de penalização. Estamos assistindo nesse momento a construção de um campo da violência política de gênero e essa construção em primeiro lugar traz visibilidade a essa forma de violência que está em curso é o que chamo de *work in progress*, estamos assistindo e participando dessa construção desse campo da violência política gênero.

Ao longo da história do Brasil, a desigualdade, a discriminação refletidas em leis e costumes configuraram uma percepção social e sua tradução legal de forma muito parcial de como foi reconhecido, violento, e, nesse sentido, como é passível de punição, classe social, raça etnia, orientação sexual. Essas

têm sido variáveis fundamentais na formação de critérios de criminalização x aceitação social x impunidade de comportamento e atitudes que são efetivamente expressões de forma de violência.

Basta lembrar que aqui no Brasil em cerca de 400 anos a escravidão como uma instituição social e econômica tornava invisível para a sociedade a violência da privação da liberdade de todas(os) as(os) negras(os) e ainda hoje essa ideia que vem sendo desmontada, mas ainda permeia a nossa sociedade, o prevalecer de uma ideia da democracia social dificulta muito a percepção social da discriminação social e do racismo estrutural vigente no país, assim como a raça, as relação de gênero interferem na percepção social da violência contra as mulheres e na sua criminalização.

Essa aceitação que permeou a sociedade brasileira até no assassinato, que é a forma mais extrema da violência, quando perpetrado pelo marido ou mulher chamado de crimes passionais, ela se apóia nessa menos valia da mulher, que durante séculos acompanha nossa história, e encontra de

(...) quando falamos de violência política de gênero contra as mulheres, temos que reconhecer que é um fenômeno complexo, multifacetado e que requer uma abordagem ampla para ser compreendido e que várias dimensões dessa forma de violência de gênero, elas também estão interconectadas e se reforçam mutuamente com efeitos nas relações interpessoais e nas instituições políticas (...)

um certo ponto de vista, de parâmetro normativo, um ponto final na Constituição de 88, quando finalmente a mulher deixa de ser uma cidadã de segunda categoria na nossa sociedade. É muito recente, estamos falando de um tempo ainda em construção, estamos ainda em construção sobretudo nessa esfera que começa agora a adquirir contornos mais nítidos, que começa a ser percebida socialmente como tal, que é a violência política de gênero.

Finalmente o que eu queria colocar é que quando falamos de violência política de gênero contra as mulheres, temos que reconhecer que é um fenômeno complexo, multifacetado e que requer uma abordagem ampla para ser compreendido e que várias dimensões dessa forma de violência de gênero, elas também estão interconectadas e se reforçam mutuamente com efeitos nas relações interpessoais e nas instituições políticas desde a instituição política partidária, onde nós já vimos aqui a dificuldade dos partidos em efetivamente terem uma política igualitária com relação às candidatas mulheres, a necessidade de ações afirmativas, como a Lei de Cotas, as dificuldades da efetivação desta Lei, a necessidade de judicializar

o acesso aos recursos, de judicializar o acesso ao fundo eleitoral, a garantir um lugar de fala para as mulheres no parlamento, violências explícitas que vêm acontecendo na nossa vida política, como agressões sexuais, a desqualificação das falas das mulheres na política e o ponto culminante desse processo é o feminicídio político como o de Marielle Franco.

Eu trago esses elementos para que a gente perceba que nós estamos fazendo, configurando um campo político que nos traz a percepção de uma forma de violência que é a violência de gênero na política. ”

Mariana Barsted, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“É muito importante a fala que você traz, num contexto amplo, da concepção de violência. Eu passo agora a palavra para a Simony dos Anjos. ”

SIMONY DOS ANJOS³³

“Olá, é sempre um prazer estar com a CEPIA, uma organização que cumpre a tarefa importantíssima de fazer a discussão de direitos humanos de forma politizada e progressista. Digo isso, porque temos, infelizmente, uma discussão de direitos humanos que ignora a desigualdade social, não dá para abordar a questão dos direitos humanos como a Damares Alves faz, ela está aparelhando a pasta do Ministério da Mulher, família e Direitos Humanos para retroceder todos os avanços que temos, principalmente nos Direitos das Mulheres. Exatamente por isso, saúdo a iniciativa da CEPIA em discutir violência política contra as mulheres, não basta ser mulher na política, tem que estar do lado dos direitos de todas as mulheres.



33. Cientista social, mestre em educação e doutoranda em antropologia. Iniciou sua militância política no movimento de juventude da cidade de Osasco, passou a militar no movimento de religiosas feministas em 2015, discutindo a relação entre gênero e religião entre as mulheres evangélicas. Em 2018, participou da articulação da Frente Parlamentar Feminista Atirracista com participação popular. Em 2019, se filiou ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) e foi candidata à prefeitura de Osasco/SP, sendo a única mulher e única pessoa negra nesta disputa, tendo 15.202 votos. Foi assessora da Deputada Estadual Isa Penna (PSOL/SP) e integra a Rede de Mulheres Negras Evangélicas e a Marcha de Mulheres Negras de São Paulo.

Neste contexto no qual estamos, pretendo fazer um pequeno panorama que mescle minha experiência pessoal enquanto figura pública política do Partido Socialismo e Liberdade, juntamente com alguns temas que para mim são basilares na questão da violência política contra a mulher. Assim, no decorrer desta fala passarei por 4 pontos que considero importantes neste debate: 1. A ausência das mulheres na política como a primeira grande violência política contra as mulheres; 2. O apagamento da contribuição das mulheres na política, como maneira de diminuir a nossa importância nos processos políticos passados; 3. O movimento de expulsão que pressiona as mulheres para que retrocedam dos espaços de poder e decisão e, por fim, 4. Como a internet é um grande desafio: ao passo que nos dá voz, também potencializa a violência contra nós.

Desse modo, quero nos primeiros 5 minutos falar sobre os processos de violências que sofri no decorrer da minha vida, não são apenas violências no ambiente político. A primeira violência que sofri e ficou muito marcada na minha cabeça, eu tinha 11 anos de idade e eu reclamava muito das aulas da Escola Bíblica Dominical. Tinha um professor da escola bíblica dominical que dava uma aula ruim, eu reclamava, questionava, e eu com 11 anos de idade fui chamada para o conselho da igreja. O conselho da igreja é uma espécie de lugar onde se disciplinam as pessoas que não estão muito de acordo com as regras da Igreja. Isso foi uma violência no ambiente religioso com uma menina de 11 anos. Por que abro com essa história, porque se faz necessário entender que a violência política não acontece isolada das tantas outras violências que a gente sofre nas nossas vidas, essas violências elas acontecem justamente por nós questionarmos, tencionamos as regras. Quando os homens percebem que estamos colocando em risco o poder deles, nos violentam com regras e sanções. A experiência que tive aos 11 anos foi a primeira demonstração que meus questionamentos colocavam em risco uma autoridade que era masculina.

Quando nós tensionamos um espaço, a violência se manifesta. Assim, faço a primeira questão para pensarmos sobre o tema: a violência de gênero está aumentando? Eu digo que não. Digo que a primeira grande violência que sofremos é a nossa ausência dos espaços de poder e decisão. E a partir do momento que passamos a lutar por mais espaços, como lutamos para poder votar, a violência migra de qualidade: não se trata de manter a nossa ausência, se trata, então, de impedir que tomemos os espaços que são nossos por direitos.

Não é à toa que a primeira onda do feminismo é a chamada onda sufragista. Para ter qualquer direito político, as mulheres necessitavam estar nos processos coletivos de decisão. Ao passo que nos organizamos, que ocupamos os espaços que antes eram negados, a violência que mantinha a nossa ausência se transforma na violência de expulsão, querem nos expulsar desses espaços, porque estamos tensionando o poder que está estabelecido.

Vou pedir para colocar um **vídeo** de um minuto³⁴ para assistirmos, esse vídeo é muito chocante porque é justamente um símbolo do que é a violência política contra as mulheres, contra a população negra, contra a população LGBTQIA+, contra a população que vive com deficiências, contra a população indígena: tirar o nosso espaço de denúncia e reivindicação de direitos e anular a possibilidade de questionarmos uma estrutura que nos oprime e beneficia a quem detém o privilégio do poder. Esse acontecimento foi na Câmara Municipal de Pedreiras contra a Vereadora Katilene Leite do PTB/Maranhão³⁵ e o vereador que tirou o microfone dela foi o Emanuel Nascimento do PL, ou seja, o que essa mulher estava dizendo que esse homem teve que tirar o microfone dela, o que ela estava questionando, o que ela estava tencionando?

A ausência das mulheres é uma grande violência política, que ainda não rompemos. Mas o pouco que avançamos, tem demonstrado como a força do movimento de expulsão tem se revelado forte. A segunda violência, que eu gostaria de apresentar aqui, é o apagamento da contribuição das mulheres. Vou pegar um exemplo: estamos em um momento muito bom do cinema nacional com o filme **Marighella** (2019). Um filme extremamente necessário que traz uma crítica importante à ditadura, e que sofreu censura do atual governo federal, demorando 2 anos pra entrar no cinema para exibição aqui no Brasil, haja vista as feridas abertas da ditadura que este filme expõe. Mas o filme tem uma narrativa que corrobora com a violência política contra a mulher.

O filme promove o total apagamento da vida política da **Clara Charf**, que para além de companheira do Marighella, era militante e dirigente do Partido Comunista Brasileiro desde os 21 anos. Charf contribuiu com a luta por direitos políticos das mulheres. Ela foi um dos importantes quadros do

34. <https://www.youtube.com/watch?v=WDdrQurq88I>

35. <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2021/10/vereadora-katyane-leite-tem-microfone-arrancado-durante-sessao-da-camara-em-pedreiras.html>

PT e teve toda uma trajetória política e no filme, interpretada por Adriana Esteves, é resumida a ser companheira romântica de Marighella. Esse é um ponto que queria trazer, que muitas vezes nós mulheres estamos fazendo política, estamos construindo coisas, mas somos invisibilizadas, somos colocadas no papel de tarefas, de prestadoras de serviços para uma política masculina. A gente que vem de ambiente de partido, sabe como é a organização política, fazer tarefa nos bairros, fazer ação social, acompanhar denúncia de UBS que não funcionam, acompanhar denúncia de escola que não distribui merenda, quem são as pessoas que fazem esses trabalhos nos partidos? São as mulheres. A grande questão que se coloca ainda é que o fazer político das mulheres é um fazer político domesticado, se espera que a gente faça muitas tarefas, mas que a gente não protagonize a direção dos movimentos sociais, a direção dos partidos. Não se quer que a gente se sente à mesa, que a gente discuta política, que a gente discuta programa, que a gente utilize o microfone da atividade parlamentar, que ocupe os lugares de denúncia com nossas pautas e métodos auto organizativos do movimento de mulheres.

Eu como uma mulher que já foi candidata ao executivo e está como assessora parlamentar, vejo que a mais importante atividade parlamentar

hoje para nós mulheres é utilizarmos a tribuna dos parlamentos para denunciar as violências e, sobretudo, anunciar um programa de governo que nos contemple. Não temos correlação de forças para mudar as coisas por meio da atividade parlamentar, neste momento. Nós temos 513 cadeiras no Congresso Nacional e apenas 11% delas são ocupadas por mulheres, e nem todas elas atuam contra o patriarcado. Assim, hoje, ao chegarmos nesses espaços, ainda que poucas, temos no microfone parlamentar a oportunidade da denúncia,

de expor uma situação de hierarquização de corpos, vidas, e que impede o acesso aos direitos onde nós somos prejudicadas e oprimidas, e é justamente esse microfone que eles querem nos tirar – tanto quando eleitas, ou até mesmo nas disputas internas dos partidos.

Quando Marielle Franco discursa um pouco antes dela ser assassinada que **Não serei interrompida, eu sou uma mulher eleita!** Qual é o movimento de interrupção naquele momento? É um vereador que começa a distribuir rosas porque era 8 de março e atrapalha a fala de uma mulher eleita. Esse

Nós temos 513 cadeiras no Congresso Nacional e apenas 11% delas são ocupadas por mulheres – e nem todas elas atuam contra o patriarcado.

espaço de microfone da tribuna parlamentar é um espaço extremamente importante. E os homens sabem disso, sabem que quando subimos à tribuna podemos expor feridas que todos os dias querem esconder embaixo de curativos de opressão.

Quando eu fui candidata aqui em Osasco não foi fácil conseguir as entrevistas, não foi fácil estar nos espaços, a gente é sim preterida dos espaços de mídia e quando eu estive na folha de São Paulo e fui discutir meu programa, o modo que foi colocado na folha de São Paulo era: o programa da Simony dos Anjos é parecido com o do Emídio de Souza candidato do PT. Afinal, a quem interessa colocar mulheres a reboque de homens? A quem interessa que nós estejamos à sombra?

Recentemente o Conselho Nacional do Ministério Público fez uma audiência pública sobre violência contra a mulher e a Gabriela Mansur falou na audiência “nós queremos sentar à mesa, nós queremos discutir nossa nação”. Nessa experiência, na atividade política partidária e nos movimentos sociais que tenho feito, a violência ela é recorrente justamente nisso, a mulher que no meio religioso que reza a cartilha da política masculina branca dificilmente vai sofrer tipos de violência como essa, de ter o microfone arrancado, essa violência mais explícita como ser apalpada³⁶ como a Isa Penna foi ou ser ameaçada³⁷ de morte como a Beni Briolly foi e teve que sair do país. Assim, a mulher conservadora na política não vai sofrer a violência da interrupção, o tipo de violência que ela sofre é outro “você fale o que eu quero que você fale, faça o que eu quero que você faça.” Não sei se vocês já perceberam o número de partidos que parlamentares eleitas tiram licença para o suplente assumir, existe um número enorme de partidos de direita que as mulheres assumem as cadeiras e de repente elas tiram a licença e o suplente assume, e muitas vezes esse suplente assume e essa mulher nunca mais volta para essa cadeira.

Não basta a gente entrar na política partidária eleitoral, não basta a gente entrar nesse espaço, eu percebo que a maioria das mulheres que entram continuam fazendo uma política de submissão, continuam fazendo coro às pautas que ferem os nossos direitos e nossos interesses. As mulheres que entram nesses espaços e vão questionar, e vão tensionar e denunciar uma

36. <https://oglobo.globo.com/politica/deputado-fernando-cury-vira-reu-por-importunacao-sexual-contra-isa-penna-25321004>

37. <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/12/20/vereadora-benny-briolly-de-niteroi-e-novamente-ameacada-de-morte.ghtml>

estrutura que nos oprime são as mulheres que vão ser vítimas dessas violências explícitas.

No contexto político conservador em que vivemos hoje, a honra das mulheres é sempre a primeira questão a ser questionada. Eu tive minha honra atacada na campanha. Sou uma mulher negra, sou feminista, mas sou mulher heterossexual casada, tenho dois filhos, eu tenho certo padrão de família aceita pela sociedade que bloqueia muitas violências chegarem até mim, mas isso não foi o suficiente. Teve uma invasão no grupo de *whatsapp* de campanha onde fui chamada de macaca prostituta, eles transformaram o nome dos grupos de *whatsapp* da campanha “*disk sexo*”, falavam que eu oferecia sexo grátis para as pessoas que votassem em mim, fui chamada de copeira de escola, que eu não tinha condições de ser prefeita, toda essa violência moral ela é muito danosa traz um prejuízo pessoal pra mulheres.

O **Instituto Marielle Franco** fez uma pesquisa falando que 78% das pessoas que sofreram algum tipo de violência na última campanha eleitoral são mulheres, e a pesquisa mostra que as mulheres negras sofrem muito mais ataques virtuais e ofensas do que todos os outros segmentos de candidaturas. Teve uma companheira nossa que pegaram um gato e quebraram todos os ossos do corpo do gato e jogaram ele dentro da garagem. Esse tipo de violência tem um único objetivo: de nos tirar dos espaços e de nos fazer desistir da disputa política. É muito penoso, é muito difícil carregar esse fardo de ser uma mulher na

política que tensiona padrões, e tensiona o padrão do racismo, machismo, da LGB-Tfobia.

Temos, agora, que estabelecer métodos coletivos para combater essa violência política de expulsão. Rompemos com a violência da ausência nos espaços, a violência da sentença ao espaço doméstico – seja como mães ou como trabalhadoras domésticas. Rompemos com a violência da ausência, mas ainda não temos direitos políticos plenos. A partir do momento que disputamos a qualidade da nossa presença nos espaços públicos, estamos balançando as estruturas. Porque eu digo qualidade? Porque as mulheres negras estavam trabalhando nesses espaços. **Sojourner Truth** demonstra isso no discurso dela *E não sou eu uma mulher?*³⁸ Afinal, ela trabalhava “feito um homem”. Então, não é só “sair de casa”, é ocupar o espaço público com dignidade e com a possibilidade de fazer política para nós e para os nossos.

A **Beatriz Nascimento** traz um pensamento sobre as formas alternativas de organização dos movimentos populares, ela fala que dos quilombos até a favela existem formas alternativas de organização. Hoje, existe uma proposta muito boa de mandatos coletivos que tem duas tarefas: a primeira é aumentar o espaço de visibilidade na política da diversidade, porque os mandatos coletivos geralmente têm indígenas,

38. bell hooks escreveu um livro com o mesmo título, em 1981. <https://plataformagueto.files.wordpress.com/2014/12/nc3a3o-sou-eu-uma-mulher-traduzido.pdf>

têm LGBT, têm mulheres negras, trazem figuras públicas que representam diversos segmentos nos movimentos sociais com um único mandato, porque não temos condições objetivas de conseguir várias cadeiras, então levamos a diversidade para os gabinetes. E a segunda tarefa que os mandatos coletivos têm é a estratégia do conjunto do coletivo, essa mulher que está ocupando esses espaços ela tem que ter outras mulheres junto com ela que pensam como ela, porque senão acaba virando um totem do partido. Isso acontece também na esquerda, a gente não pode virar um totem no partido, com todo respeito às mulheres que vieram antes de nós, muitas da esquerda ainda não romperam com a política branca e masculina.

Trago essas questões porque muitas vezes isso não é um privilégio de direita, a esquerda também faz isso, têm mulheres em espaço de protagonismo e de fala, mas as articulações políticas não são feitas pelas mulheres. É importante que, ao ocuparmos um espaço no gabinete, que a assessoria pense como a gente, que esteja na militância com a gente, pra gente não ceder às articulações masculinas dos partidos.

Por fim, queria colocar que a violência política na verdade é uma reação à nossa ocupação dos espaços. Se estamos percebendo mais a violência política é porque está aumentando a nossa presença nos espaços, então temos que encarar a violência política como uma movimentação da política masculina que quer nos expulsar dos espaços, e isso significa que vamos ter que pensar em estratégias muito bem pensadas para proteger nossas figuras públicas. Foi o que acon-

teceu com a Benny Briolly no primeiro sinal que teve de violência contra ela, o partido decidiu que ela fosse para fora do país, porque não nos interessa mais Marielles, mulheres potentes mortas, o que nos interessa são mulheres potente vivas fazendo política, mudando o mundo e o desafio que temos é como vamos proteger as nossas figuras públicas que estão representando essa política coletiva de ocupação desses espaços?

E porque mesmo com esse cenário violento, nossa presença é tão importante? Vejamos o caso da Loja Zara, a delegada Ana Paula Barroso ao ter denunciado³⁹ o racismo que sofreu na loja a partir do espaço de poder que ela ocupava, foi essencial para o conjunto das mulheres negras. Pois quando uma mulher negra ocupa um espaço de destaque e combate a violência contra ela, ela combate a violência contra todas as mulheres.

Ocupar esses espaços não vai ser dado, não existe "empoderamento" passivo, a tomada de poder é na raça, e quando tomamos o poder eles não vão ficar quietos esperando a gente tomar o poder. Assim, o que temos que fazer é formar mais meninas e mulheres como nós, temos que ter muitas mulheres líderes. Eu estava ouvindo a fala da Rozana Barroso aluna da união dos estudantes secundaristas para o Presidente do INEP. Rozana fez uma fala lindíssima⁴⁰, falou que não tem como estar tranquila num país

39. <https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/2021/09/22/delegada-que-denuncia-loja-por-racismo-nega-que-tenha-sido-barrada-por-falta-de-mascara.ghtml>

40. <https://pcdob.org.br/noticias/a-gente-quer-respostas-diz-presidenta-da-ubes-sobre-o-enem/>

onde o ENEM é o mais branco nos últimos 10 anos, é uma aluna secundarista, é uma menina de 17 anos, temos que dar oportunidade para que surjam múltiplas Marielles para que elas fiquem vivas, para que elas façam política, para que elas balancem as estruturas até que caiam.

Por fim mesmo, risos, temos a faca de dois gumes que é a internet. Ao passo que temos nela um espaço de comunicação, temos também o ataque e a geração de *fake news*. A internet embora seja virtual, o que acontece no virtual reflete na vida real. Os desafios que acontecem na *deep web* para estuprar meninas são aterrorizantes. Outro dia teve um desafio de como estuprar uma aluna da Faculdade de Filosofia da USP, com um manual de como fazer e quais eram os lugares mais propícios para a violência. A internet é um grande desafio, precisamos de meninas que entendam de tecnologia da informação, precisamos de um exército de monitoração das nossas figuras públicas, para que vejam arranjos, ofensas, perseguições na internet. Temos um desafio para não retroceder porque a violência política no limite é fazer retroceder pelo medo, pela baixa autoestima, pelo ataque moral, pelo reconhecimento público de nossos rostos e familiares, é amedrontador. Meus filhos foram reconhecidos durante minha campanha e isso foi aterrorizante, tinha uma moça que cuidava deles pra gente poder fazer campanha, quando a moça estava passeando com meus filhos na praça, as crianças foram reconhecidas como filhos da "candidatinha do PSOL", isso é extremamente violento, naquele momento dá uma paralisia e isto são dispositivos para nos tirar dos espaços, mexem com nossa dignidade, com a nossa segurança e com a segurança de nossas famílias.

Então, o que percebo a partir da minha experiência é que a violência política não está aumentando, ela está mudando a qualidade. Antes a violência política era nos excluir totalmente dos espaços políticos, ficávamos em casa, cuidando do trabalho não remunerado doméstico, ou realizando este trabalho para outras pessoas com condições péssimas de trabalho, para que os homens fizessem política. Quando nós saímos de casa, carregando nossos filhos juntos, ocupando a rua, fraturamos o *status quo*. Quem me conhece sabe que eu faço política com as crianças, elas vão para seminários, vão para tudo quanto é canto comigo, quando nós mulheres resolvemos sair de casa e fazer política, o patriarcado vai criar artifícios para que a gente volte para dentro de casa e não faça mais política.

A violência sempre existiu, sempre foi dada, sempre nos quiseram fora da política, é um pouco disso que tenho para contribuir. Agradeço pelo convite e estou à disposição para outras conversas, outras dúvidas. Eu quis mesclar um pouco da minha experiência pessoal com outros fatos políticos

e trazer esse imaginário que essa violência está explícita porque a gente ocupou os espaços e ela está avançando porque têm mais mulheres na luta. Temos que nos orgulhar disso e temos que traçar estratégias para enfrentar a violência política para que nós continuemos vivas. ”

Mariana Barsted, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“Muito obrigada pela sua fala, você trouxe muita coisa para pensarmos, a sua experiência nos faz refletir, porque no fundo temos uma consciência política do que está acontecendo, mas ouvir as mulheres que estão ali na frente vivendo isso traz muitas reflexões e é muito rico esse compartilhamento de experiências. ”

Pergunta no chat: “É possível nos cercarmos de assessores convergentes?”

“Depende muito da dinâmica do partido, alguns partidos de esquerda como PT e PSOL costumam ter setoriais, setoriais de negras, de indígenas, de LGBTQIA+, de mulheres. Uma maneira interessante de pensar isso é como a gente negocia isso nos nossos partidos. Independentemente do partido no qual você esteja, é importante fazer um programa da candidatura e trazer com você pessoas que pensem como você. Essas decisões não podem ser tomadas depois que se ganha as eleições, temos que ter um projeto de candidatura e esse projeto tem que ficar muito explícito para o partido. Porque quando a gente ganha, a gente vai ser bombardeada pelo partido e ele vai querer dirigir o mandato. Então, dou duas dicas: 1. Entre em um partido no qual você acredite no programa e 2. Faça um programa da sua candidatura, escolha pessoas que você confia e que acreditam nas mesmas pautas que você, e exija que elas estejam com você no mandato.

A morte da Marielle Franco fez os partidos de esquerda avançarem muito na pauta da mulher negra. A tristeza de tudo isso, é que uma mulher precisou morrer para que houvesse uma mudança na dinâmica da política. Mudança que possibilitou que a mulher negra se tornasse uma figura importante nas eleições e os partidos da direita também começaram a lançar suas mulheres negras. Por isso nós mulheres temos que ter em mente que a gente representa um lugar, um coletivo. Fui candidata pelo PSOL,

mas faço parte da Marcha de Mulheres Negras SP⁴¹ e da Rede de Mulheres Negras Evangélicas⁴². Nossa luta é coletiva, temos que ser articuladas com os movimentos sociais dos nossos territórios, porque os partidos são instrumentos de luta, mas a organização tem que vir do chão no qual a gente pisa. Porque se não, os partidos vão andar conforme as reações do momento histórico, e não conforme o nosso desejo de mudança. A nossa organização de mulheres deve ocupar os partidos, e não os partidos se apoiarem nas nossas dores, como fizeram com Marielle Franco. Nós queremos estar vivas e para isso, temos que estar juntas! ”

Mariana Barsted

“Passo a palavra a Rosalina Nhanchote, muito obrigada pela sua presença sua fala é sempre potente e traz uma experiência das mulheres de Moçambique. ”

ROSALINA NHANCHOTE⁴³

“Gostaria de saudar a todas, meu nome é Rosalina Nhanchote sou moçambicana e feminista. Quero parabenizar a Simony pela fala, por nos descrever o seu contexto, ao apresentar a experiência prática, que também nos traz muito mais elementos que podemos compartilhar entre as realidades de todos e todas, e nos permite visualizar melhor como funcionam esses espaços dos partidos políticos e participação política pública ou partidária muitas vezes não foi nossa opção, nós continuamos a fazer muita participação política cidadã, a partir



41. <https://www.instagram.com/marchadasmulheresnegrassp/?hl=en>

42. https://www.instagram.com/negrasevangelicas/?utm_medium=copy_link&hl=bg <https://www.geledes.org.br/rede-de-mulheres-negras-evangelicas-discute-justica-social-em-campanha-intitulada-meu-corpo-e-templo/>

43. Feminista, moçambicana, Conselheira da ONU Mulheres de Moçambique, é parte integrante do vasto Movimento de mulheres em Moçambique, foi presidente e vice presidente do Movimento feminista jovem. Professora Universitária nas disciplinas de Direitos Humanos. <https://pt.euronews.com/2021/03/10/a-igualdade-de-genero-e-criminalizacao-da-violencia-contra-mulher-em-africa>

da perspectiva “cidadania” por causa das características e das dinâmicas pouco atrativas, controladoras de pensamento e com bastante disciplina partidária, obediência política que é muito difícil transpor, tentar transformar um sistema que acaba por não gerar participações efetivas. A partir da cidadania, como forma de conseguir ultrapassar barreiras de participação efetiva, conseguir que a nossa agenda seja aceita, e o lugar das mulheres e a voz das mulheres sejam ouvidas, pois essa estrutura é mais flexível e efetiva.

Nós feministas moçambicanas tentamos construir um novo sistema para trazer uma nova abordagem, conciliar o sistema político existente e mostrar a política das mulheres em diversas esferas, não apenas na política partidária.

Meu percurso de vida como elas todas, nós sempre sofremos algum tipo de violência ao longo do tempo e uma das coisas que me chamou muito atenção no meu percurso foi de que éramos 6 filhos, nos quais 4 rapazes e 2 meninas, e todas as minhas atitudes foram tituladas como atitudes masculinas. Sempre fui dita que na verdade meus pais viam em mim um rapaz, para eles e a sociedade machista patriarcal que traz elementos de características masculinas para avaliar comportamentos de mulher, ou seja, as características masculinas são atribuídas aos homens dentro das normas e todas as mulheres que tiveram comportamento de força e engajamento, seja política ou social, são vistas como homens, esse foi o primeiro

processo de experiência que afetou muito esse lado do questionamento, será que eu era mesmo uma mulher ou um homem? Será que estava fazendo algo errado? Estas questões faziam-me ficar em permanente questionamento e ficar perdida, e, nessa ocasião, eu não tinha fraca bagagem intelectual, política, nenhum engajamento forte e nem consciência política de como tenho hoje, foi uma mistura, mas felizmente por causa do percurso dentro do movimento de mulheres em Moçambique foi possível o meu engajamento.

Só para situar algumas pessoas que não conhecem, Moçambique é um país situado ao longo do Oceano Índico, na parte sul do Continente Africano, com cerca de 30.000,00 milhões de habitantes, de acordo com dados

Nós feministas moçambicanas tentamos construir um novo sistema para trazer uma nova abordagem, conciliar o sistema político existente e mostrar a política das mulheres em diversas esferas, não apenas na política partidária.

do último Censo Populacional, e dos 30 milhões a maioria são mulheres. A história do nosso país⁴⁴ está ligada a vários eventos bastante significativos como o colonialismo, as lutas pela Independência, a Guerra dos 16 Anos⁴⁵ e conflitos de diversas ordens. Entretanto, após a independência, a opção política partidária foi a socialista, e a aliança com o bloco. Após 1987, o país abriu-se para as Instituições da Bretton Woods, e do FMI, este facto contribuiu para que a participação mudasse de rumo, abrindo espaço para a coexistência de várias forças e conseqüentemente a obediência política passa a ser reduzida apenas para os espaços de participação nos partidos políticos. Esta transição contribuiu com que surgissem os primeiros movimentos de mulheres que estavam associados aos braços políticos dos partidos, como é o caso da Organização da Mulher Moçambicana⁴⁶ que é um braço do partido no poder. Volvidos 47 anos de independência nós não temos tantas alterações a nível do modelo de formas de participação, pois, por exemplo, todas as mulheres Moçambicanas acabam por ser engolidas na Organização de Mulheres Moçambicanas, pois a designação sugere todas as mulheres Moçambicanas.

Apesar do cenário descrito acima, após 1992 o cenário tende a ser relativamente diferente pois que surgiram várias organizações em lugares diferentes com várias agendas agrupadas no secretariado do **Fórum Mulher** que é composto por mais de 88 organizações de mulheres, essas associações começam a ter pautas e agendas diferentes da agenda única da organização das Mulheres Moçambicanas. A agenda dos direitos humanos passou a ser aplicada no nível de legislação e ao nível participação política baseada em cotas, o que conferiu a Moçambique a menção de exemplo. A questão que fica por responder é se esta nova abordagem de participação baseada nas cotas de 50% respondem efetivamente a uma participação política de qualidade?

Para mim o grande desafio é esse, é como essas mulheres estão na vida política partidária ativa conseguem fazer uma participação efetiva e de qualidade que respondam aos anseios da pauta mundial das mulheres, da pauta nacional até as pautas comunitárias, das quais eu diria que não temos, e esse *déficit* de qualidade que interfere na qualidade da nossa participação.

44. <https://www.geledes.org.br/os-40-anos-de-independencia-de-mocambique/>, https://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_de_Mo%C3%A7ambique

45. https://pt.wikipedia.org/wiki/Guerra_Civil_Mo%C3%A7ambicana

46. <https://www.marxists.org/portugues/machel/1973/mulher/03.htm>

Apesar destes constrangimentos estamos construindo e fizemos alianças fortes e temos estado em vários espaços na marcha mundial das mulheres, representada em várias associações de mulheres feministas e nem isso conseguiu fazer não sofrer essa violência, a violência política de gênero é uma realidade.

Moçambique tem exemplo bastante gritante, em 1993 a participação da primeira mulher como secretária de um partido político na zona norte do país que era o PAHUMO (Partido Humanista de Moçambique) e uma senhora que se candidatou a secretaria Geral, chamada Filomena Mutoropa, depois da participação dela na política como secretária ela tencionou a concorrer como presidente do conselho Municipal tendo a partir disso sofrido violência política de gênero que foi veiculada pelos meios de comunicação social através de notícias e reportagens televisivas que denunciavam sua provável má conduta social e bem como repetidas vezes ela aparecia chorando por não ter conseguido participar das eleições ao Município. Esta situação a colocava como frágil, incapaz, desmerecedora, etc.

Este conceito de violência política de gênero, ainda é muito pouco operacionalizado no nosso contexto apesar de reconhecermos que existe, creio que acaba por ser integrado no conceito de violência baseada no gênero. Existe igualmente uma associação entre violência cibernética, e violência política de gênero, pois, apesar dos canais formais de comunicação publicarem notícias /reportagens, têm sido nas

redes sociais onde o linchamento social se realiza ao serviço do patriarcado. Neste momento pelo domínio que o patriarcado tem e muitas das vezes são apresentadas primeiros aos homens, porque os homens ocuparam primeiro os espaços públicos antes das mulheres e já estavam tendo algumas habilidades de conhecimento diferenciados das mulheres, o grande desafio é que as mulheres começam a tomar posse e querer esses meios para o serviço da agenda das mulheres, essa mulheres que me refiro acabaram sofrendo muito e a mídia colaborou muito com isso em que ela surgia associada como alguém a praticar como assédio sexual, prostituição porque ela tinha uma hospedagem, circularam muitas informações relativas a ela, que a atividade comercial, o ramo que ela fazia parte, e isso fragilizou muito a continuidade. Ela desapareceu do mapa político a partir desse evento, era um evento que poderia ter contribuído para preencher esses espaços vazios, esses espaços que nós não tivemos antes e que hoje podemos participar neles e ela acabou desaparecendo. Tivemos outros casos que vieram da província de Gaza, que é uma província do sul de Moçambique, extremamente machista, que desde 1975 nunca tinha havido uma participação predominante de uma mulher e nas eleições para a presidência do atual presidente da República, este dentro dos seus poderes, nomeou um jovem mulher para governar a Província de Gaza. A sua nomeação levantou muitas questões e ela sofreu de forma intensa e repetitiva essas questões de violência de gênero na políti-

ca, com fotos íntimas vazadas, questionamento da sua habilidade para o cargo e no dia da sua nomeação de posse muitas pessoas não participaram do evento, portanto a competência dela foi posta em causa mesmo antes dela poder ter começado a fazer esse trabalho.

A experiência brasileira, oferece para o contexto moçambicano muita escola de participação política. Começamos uma reflexão nova, que nosso lugar na política seja efetivamente de qualidade e a questão não é numérica, e os números que nós alcançamos temos estado a oscilar entre alcance de metas e perdas, nossas conquistas não são definitivas, temos que estar atentas aos sinais, e alguns retrocessos. Vemos que no Brasil, desde que o Bolsonaro está no poder, temos grandes desafios. Nesta perspectiva, a pensar como será Moçambique, estamos a construir algumas alianças políticas que se mostram a um passo muito pequeno de retroceder a nível dos direitos humanos, daí que é importante acentuar, incentivar, promover uma participação política de qualidade por parte das mulheres que já têm muitas barreiras relacionadas com o universo patriarcal, que já em si colocam a mulher invisível ou invisibilizada. É importante visibilizar a existência das mulheres e valorizar a sua participação. Obrigada. 🗨️

Jacqueline Pitanguy, Diretora Executiva da CEPIA:

“Obrigada, Rosalina por nos mostrar um panorama da política de Moçambique. Muito importante sua fala e os exemplos concretos da violência política que você traz e que muito se assemelham a realidade do Brasil. Queria perguntar sobre a situação do norte do país e o avanço do jihadismo e suas interferência nos direitos das mulheres. 🗨️”

Pergunta no chat para Rosalina: “Li uma entrevista da Paulina Chiziane e dizia que uma cultura matriarcal e patriarcal em diferentes partes de Moçambique, e que é possível reconhecer isso na política moçambicana.”

“Sobre falar dessa existência de parentesco, essa questão do sistema do parentesco que domina nosso país na zona centro-norte, temos um sistema de parentesco chamado matrilinear, os laços são gerados por

vias da família materna, e na zona sul esses laços são gerados pela família paterna, mas o grande problema que continua a dirigir os dois sistemas, esse sistema é patriarcal tanto na zona centro, na zona norte, zona sul de Moçambique, são os homens da família masculina ou feminina que têm o poder sobre relação de parentesco nas relações de parentesco na família. A ideia que os homens do norte vivem nos espaços familiares com suas esposas não confere a elas o poder, o poder apesar de ser dos homens, nos espaços das esposas o poder é cumprido aos homens dessas famílias. A Paulina escreve bem, e é importante compreender que é um sistema de parentesco, é um sistema de redes consanguíneas e não um sistema efetivo de poder, como um sistema patriarcal de hierarquia que cria desigualdade. É preciso conversar um pouco mais por cima essa questão do patriarcado para compreender como esses dois sistemas se articulam dentro do sistema maior que é o patriarcal. Para a maior parte das pessoas, compreendem de forma muito simplista que no norte as mulheres têm o poder e no sul são os homens que tem poder, é muito mais que isso, temos que compreender como se dão as relações de poder dentro dessas famílias, quais são os papéis válidos para as mulheres e quais os papéis válidos para os homens e o que isso significa a nível de autonomia e de participação política das mulheres do norte de Moçambique e das mulheres do sul de Moçambique.

No norte de Moçambique as mulheres começaram a participar politicamente nos partidos políticos um pouco mais cedo, porque temos focos de rebelião armada de moeda, no norte onde as mulheres participaram na luta nacional, e mulheres de outras frentes de Moçambique participaram da criação das forças de defesas, grande parte dessas mulheres vêm do norte, é preciso compreender essas forças e o lugar de algumas mulheres em alguns pontos de onde saiu a resistência para a luta colonial e isso significa a política posterior. ”

Leila Linhares Barsted, Diretora Executiva da CEPIA:

“Bom dia, fico muito feliz em estar aqui e agradeço a Simony dos Anjos e a Rosalina Nhanchote por trazerem esses depoimentos tão ricos sobre participação política e violência política contra as mulheres no Brasil e em Moçambique. Sou grata a Simony pela referência que fez a Clara Charf, amiga querida, mulher que teve participação política de oposição nos du-

ros anos da ditadura, quando foi marcada pela violência, e foi protagonista importante no processo de redemocratização.

Simony e Rosalina trouxeram questões valiosíssimas para demonstrar a intensa participação das mulheres nas associações de moradores, nos sindicatos, nas comunidades, nos clubes de mães, atuando de forma solidária, como vimos no contexto da epidemia da Covid-19. No entanto, temos uma representação política das mulheres nas esferas institucionais ainda muito baixa. É preciso examinar o que está por trás dessa baixa representação nos espaços de poder, seja nas mesas dos diretórios dos partidos políticos, nas principais comissões do Congresso Nacional, nos diversos níveis do poder executivo. Essa exclusão é uma das formas de violência política de gênero contra as mulheres. Já em 1979, a [Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres](#) (CEDAW), em seu Artigo 7^{47o}, dispôs que os Estados-parte das Nações Unidas deverão tomar todas as medidas para eliminar a discriminação contra as mulheres

47. Os Estados-Partes tomarão todas as medidas apropriadas para eliminar a discriminação contra a mulher na vida política e pública do país e, em particular, garantirão, em igualdade de condições com os homens, o direito a:

- a) votar, em todas as eleições e referenda públicos e ser elegível para todos os órgãos cujos membros sejam objeto de eleições públicas;
- b) participar na formulação de políticas governamentais e na execução destas, e ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais;
- c) participar em organizações e associações não-governamentais que se ocupem da vida pública e política do país.

na vida política e pública e garantir, em igualdade de condições com os homens, o direito a votar e ser elegível nas eleições públicas, bem como de participar na formulação e na execução de políticas governamentais, ocupar cargos públicos e exercer todas as funções públicas em todos os planos governamentais. Nossa Constituição de 1988 declara a igualdade entre homens e mulheres e subscreve os instrumentos internacionais de direitos humanos em geral e, especificamente, dos direitos humanos das mulheres, mas a efetividade do direito previsto no Art. 7 da CEDAW ainda não se cumpre.

Em 1994, a [Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra as Mulheres](#) (Convenção de Belém do Pará) definiu essa violência que ocorre na família, na sociedade e, também, praticada nas instituições do Estado. Quando de sua aprovação pela [Organização dos Estados Americanos](#) (OEA) não foi dada a necessária ênfase à violência política contra as mulheres que, na realidade, já acontecia conforme atestam os dados qualitativos e estatísticos da década de 1990. Por isso, cada vez mais é importante trazer esse tema para a atualidade, o que tem sido feito pelas mulheres que estão ou tentam estar nos espaços de poder nas instituições do Estado. Para monitorar a Convenção de Belém do Pará foi criado pela OEA um [Comitê de Especialistas](#) formado por um comitê de mulheres autônomas e independentes que têm dado destaque para a da violência política contra as mulheres que estão em cargos de poder

ou que almejam participar da política institucional e mulheres defensoras dos direitos humanos. As informações e as denúncias sobre violência política relatam ataques físicos, incluindo feminicídios, xingamentos, assédio sexual e assédio moral, além da falta de recursos financeiros que possam fortalecer as campanhas daquelas que tentam se eleger. Em muitos países do nosso continente as ameaças e violências partem de indivíduos, de grupos paramilitares paralelos e da própria ação dos Estados. A Bolívia foi o primeiro país latinoamericano a aprovar, em 2012, uma lei sobre violência política sobre as mulheres⁴⁸, seguida de El Salvador, da Argentina e de alguns estados mexicanos.

Com tal preocupação, o Comitê de Peritas da Convenção de Belém do Pará deu início à elaboração de uma **Lei Modelo Interamericana de Violência Política contra as Mulheres** que se beneficiou das leis daqueles países que já haviam se adiantado nessa questão. A Lei Modelo foi aprimorada pelos relatórios alternativos enviados ao Comitê pelos movimentos de mulheres. Como primeiro passo, o **CEVI** aprovou uma Declaração sobre Violência Política contra as Mulheres e, em 2017, aprovou a Lei Modelo sobre Violência Política contra as Mulheres. Essa Lei Modelo define o que é violência política e aponta a responsabilidade dos Estados em não se omitirem e atuarem para impedir que essa violência ocorra sob todas as suas formas de manifestação.

Na realidade a violência política contra as mulheres não ocorre apenas no espaço político, nos espaços de representação política do Estado. Ocorre nas ruas contra as manifestações de mulheres, como ocorreu em passeatas feministas aqui no Rio de Janeiro, antes das Covid-19, e foram atacadas por forças policiais militares que lançaram contra as participantes bombas de gás lacrimogêneo e bombas de efeito moral. A repressão policial que também ocorre nas comunidades, quando mães se organizam protestando contra as invasões de policiais e muitas vezes essas mães também são agredidas e impedidas de levar adiante seus pro-

Na realidade a violência política contra as mulheres não ocorre apenas no espaço político, nos espaços de representação política do Estado. Ocorre nas ruas contra as manifestações de mulheres, como ocorreu em passeatas feministas aqui no Rio de Janeiro (...)

48. <https://www.onumulheres.org.br/noticias/em-toda-a-america-latina-as-mulheres-lutam-contra-a-violencia-na-politica/>

testos. É importante que a gente possa avaliar a violência política com esse duplo olhar, tanto na atuação do Estado, quanto na vida pública.

A Lei Modelo traz outras reflexões que dizem respeito a não separar a discussão sobre violência política, da discussão sobre a paridade de homens e mulheres no acesso ao poder. É importante continuarmos a lutar pela paridade nos espaços de poder e não ficarmos restritas às limitações das cotas que, como sabemos, mesmo necessárias, têm sido desrespeitadas sob diversos artifícios.

Simony trouxe exemplos desses artifícios. As mulheres são eleitas, assumem os mandatos e são “orientadas” pelos partidos a entrarem de licença e seus substitutos homens assumem o poder. É importante que as mulheres que pleiteiam cargos políticos tenham acesso a recursos financeiros, aos fundos públicos partidários. Nós sabemos que as mulheres no Brasil são as que têm menos acesso aos recursos econômicos, menos acesso aos fundos públicos.

A questão da luta pela paridade eleitoral é um ponto marcante na Lei Modelo sobre Violência Política contra as Mulheres. Da mesma forma, essa Lei chama a atenção para a necessidade de os partidos políticos promoverem uma educação política de gênero. De fato, sabemos que os espaços de poder são espaços que historicamente limitam e intimidam as mulheres a terem essa paridade. É muito importante a exigência de representação de mulheres, mulheres negras, mulheres trans, para o avanço de uma democracia verdadeiramente inclusiva. A Lei Modelo traz o tema da responsabilidade

de dos partidos políticos. Vimos no Brasil, a omissão de muitos partidos políticos em várias situações da agressão contra as mulheres. Os partidos não tomaram à frente a defesa dessas mulheres, não representaram contra esses agressores ou os expulsaram dos seus quadros partidários. Nesse sentido, a responsabilidade dos partidos é fundamental no combate à violência política. A Lei Modelo define as obrigações dos Estados não apenas para punir as agressões mas, também, e em especial, para prevenir dessas violências sexistas, racistas e homofóbicas. A política ainda tem sido o lugar dos homens brancos e de classe alta que, de geração em geração, se perpetuam no poder.

Gostaria de chamar a atenção que a Lei Modelo de Violência Política⁴⁹, além do feminicídio e das agressões físicas, destaca outras formas de violência como a difamação, a calúnia, as ameaças aos bens materiais, a divulgação de imagens, invasão da vida privada das mulheres. Mesmo sendo uma Lei Modelo voltada para os Estados Partes da OEA, creio que pode ser também modelo para outros países.

A recente aprovação, em 2021, da **Lei 14.192** sobre violência política contra a mulher impõe que os Estatutos dos partidos políticos contenham normas sobre prevenção, repressão e combate à violência política contra as mulheres. Esperamos que essa Lei seja um fator eficaz para fortalecer uma representação política maior para as mulheres brasileiras. ”

49. <https://www.conjur.com.br/2022-mar-28/inovacao-legal-combate-violencia-politica-mulher>

LIDERANDO PARA AÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA

Professora: Bárbara Libório, Janaína Costa
Participação: Karla Oldane

- Estratégias de participação política: estadual, municipal e comunitárias
- Estratégias de *advocacy*
- Atuação nos espaços partidários
- Comunicação estratégica para ação política
- Segurança digital

Ementa: A importância da comunicação estratégica nos processos de mobilização e ampliação do campo de alianças. As estratégias de *advocacy* para a ação política nos espaços formais de poder e na sociedade.

Encontros de Formação e Capacitação Política para Mulheres

ENCONTRO 4
LIDERANDO PARA AÇÃO E COMUNICAÇÃO ESTRATÉGICA
Coordenação: Andrea Romani

Professora
Bárbara Libório
Jornalista especializada em investigação e dados. É coordenadora e professora do MBA em Jornalismo de Dados do IDP (Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa), onde também é professora da graduação. É gerente de projetos que unem jornalismo e tecnologia na Revista AzMina. Ganhou prêmios internacionais, é scrum master e mestrandia em Mídias Criativas na UFRJ.

Professora
Janaína Costa
Advogada, pesquisadora, bacharel em direito pela UFMG e mestre em desenvolvimento econômico e social pelo IEDES - Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Atua como pesquisadora e se interessa por políticas públicas inovadoras que contribuam para a satisfação, fomento e proteção dos direitos humanos.

25 de Novembro
9h às 11h - Brasília
Online - Zoom

Acesse o link para o 4º encontro
https://bit.ly/COMUNICA_CEPiA

Kézia Sampaio, Assistente de Programas da CEPIA:

“A partir de outras perspectivas, visto que tivemos muitas mulheres na luta pelo o feminismo, na luta das mulheres, no feminismo negro, na luta pela ocupação desses espaços de poder e tomadas de decisão, nós tivemos em todos esses ciclos de encontros Thaís Ferreira, Malu Heilborn, Jacqueline Pitanguy, Leila Linhares Barsted, Silvana Batini, Lígia Fabris, Tainá de Paula, Simony dos Anjos, Rosalina Nhanchote, Mariana Barsted, Bárbara Libório, Janaína Costa, Karla Oldane, Andrea Romani, Débora Pinheiro e, eu, Kézia Sampaio.

Gostaríamos de ouvi-las ao longo do dia, com as reflexões e a opinião de vocês, incluindo perguntas. Serei a mediadora desse último encontro e será um momento muito importante para trocas das participantes, uma vez que temos um tempo apertado, a ideia é que aqui seja um ambiente seguro, comprometido e de formação de rede de mulheres. Sejam muito bem vindas e passo a palavra para Andrea, Karla e Mariana.”

A abertura do quarto dia do Encontro foi feita por Andrea Romani, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“Bom dia a todas, é uma alegria estar aqui, dá aquele sentimento de pena porque estão terminando essas manhãs e tardes de estarmos juntas e tenho certeza que é só o começo para outros encontros. Para dar início ao dia de hoje teremos como convidadas duas pessoas muito especiais: a Bárbara Libório e a Janaina Costa. Elas trarão a temática de estratégia de *advocacy*, a temática do uso, ao nosso favor, das mídias sociais, a questão da comunicação estratégica para ação política, para nosso ativismo político, sejam nos espaços formais dos partidos políticos e em outros espaços e a questão da segurança digital. Quero convidar a Karla Oldane, a coordenadora de comunicação da CEPIA, que vai compartilhar com vocês alguns materiais que são muito importantes e agregarão às nossas conversas, nossos conhecimentos sobre essa temática da participação política das mulheres. Karla passo o bastão para você, seja bem vinda!”

Karla Oldane, Coordenadora de Comunicação da CEPIA:

“Quero agradecer por esse momento de troca! Vou compartilhar com vocês alguns materiais e produções de conteúdo que a CEPIA faz. Nem todas

participantes já conheciam anteriormente a CEPIA, a nossa organização que tem mais de 30 anos na luta pelos direitos das mulheres e a CEPIA tem tradicionalmente, para além das questões de *advocacy*, as ações de formações de capacitação voltadas para a defesa dos direitos das mulheres. Também recentemente, de uns 6 anos para cá, temos um programa muito forte no trabalho com adolescentes e jovens e temos uma equipe que faz parte da CEPIA, uma equipe de jovens que fazem produção de conteúdos jovens, dando apoio para essa linguagem, bem completa. Vamos colocar para vocês alguns exemplos do que podem encontrar nas nossas redes, incluindo [youtube cepiacidadania](#), com mais de 200 vídeos de produção autoral sobre diversos assuntos e no nosso [site](#) tem muitas produções com conteúdo de artigos e pesquisas feitas pela CEPIA.

Esses Encontros são em parceria com o UNFPA e já temos uma parceria anterior e dentro dessa parceria temos a [Plataforma Mulher Segura](#) que foi criada pelo o UNFPA para formação, capacitação e atendimento de mulheres em situação de violência. A CEPIA produziu alguns conteúdos para essa plataforma que está disponível. Produzimos vídeos sobre [Violência na Juventude](#), um vídeo muito interessante e pode ser usado em facilitações e oficinas. Tem o [Ciclo de Violência](#) e [Violência Doméstica na Pandemia](#), que tem sido um vídeo bem acessado também. Esses vídeos estão no

nosso canal do youtube! Produzimos tutoriais de animação para a Plataforma Mulher Segura, um tutorial sobre [violência online contra as mulheres](#) e tem um outro tutorial de tipos de violências.

Temos algumas campanhas que produzimos e queria destacar uma campanha muito interessante que é a campanha [Não compartilhe mensagem de ódio](#), campanha que recebeu o Leão de Ouro no festival internacional de Cannes em 2017. Foi uma campanha realizada por uma agência, *pro bono*, para a CEPIA. Temos, também, uma outra campanha sobre violência doméstica e é incrível [Mais Arma mais Femicídio](#), que foi bem difundido e apareceu na TV.

A CEPIA também produziu podcasts, que serão(foram) lançados como um material complementar a esses encontros. É uma série de 3 podcast sobre **Mulher e Política**. O [primeiro](#) é sobre a conquista dos espaços de poder, o [segundo](#) é sobre conquistas, obstáculos, retrocessos das mulheres na política brasileira e o [terceiro](#) é sobre violência política contra as mulheres. Algumas professoras que passaram por aqui vão participar dando seus depoimentos e temos figuras icônicas, como Benedita da Silva, por exemplo, que participou desses podcasts. Está bem legal o conteúdo e convido vocês a acessarem esses conteúdos, assim como nossas redes sociais. [Instagram](#), [Facebook](#), [Youtube](#), [Podcast](#).”

Andrea Romani, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“Estamos compartilhando com vocês esse vídeo e outras produções da CEPIA com outras organizações. Com relação à violência contra a mulher é muito importante não deixarmos de lembrar a data de hoje. Hoje é o dia que se inicia internacionalmente a [Campanha dos 16 dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres](#) e ao mesmo tempo falar com as colegas da África, de Moçambique e Angola que estão aqui conosco. Aqui no Brasil falamos que não são os 16 dias de ativismo e sim 21 dias de ativismo⁵⁰. Nos últimos anos temos ampliado essa campanha e ela teve início no Brasil no dia 20 de novembro, que é o dia que celebramos o dia da consciência negra. Não posso deixar de fazer uma associação entre esses materiais que estamos partilhando e até o simbolismo de estarmos terminando nosso encontro na data de hoje e se inicia uma campanha tão forte, tão simbólica, tão atrelada a tudo que estamos discutindo em termos de liderança, comunicação, mobilização, da necessidade do nosso protagonismo da nossa atuação política.”

Karla Oldane, Coordenadora de Comunicação da CEPIA:

“Gostaria de agradecer a vocês por esses encontros e colocar a disposição os conteúdos da CEPIA e temos muitos materiais no *site*, guias, cartilhas de direitos das mulheres, manuais da WPL, dentre outros.”

Andrea Romani:

“Tenho a alegria de convidar para o dia de hoje Bárbara Libório, seja muito bem vinda a esse espaço de muita troca, muita partilha, muito crescimento coletivo! Nos aproximamos da Bárbara em um projeto muito bacana, muito criativo, e muito efetivo. Ela tem junto a revista AzMina, o [Elas no Congresso](#), que tem tudo a ver com o que a gente tem conversado aqui ao longo desses encontros, que é um estratégia muito interessante de acompanhar projetos de leis tramitando no Congresso em defesa dos direitos das mulheres, e tem uma outras iniciativa como o [MonitorA](#), e vamos ter

50. No Brasil, os 16 dias se ampliaram para 21 dias de ativismo, destacando, assim, a dupla discriminação vivida pelas mulheres negras.

a oportunidade de conhecer, que monitora discursos de ódio contra as candidatas nas eleições. Pensamos na Bárbara por essa possibilidade de trazer exemplos mais concretos, bem sucedidos de como podemos usar as plataformas digitais a nosso favor, como essa comunicação estratégica para dar visibilidade a essas iniciativas são de fundamental importância. 99

BARBARA LIBÓRIO⁵¹

“Bom dia, é um prazer e uma honra estar aqui! Quero agradecer mais uma vez o convite e trouxe uma apresentação da minha fala, a ideia é que seja uma troca e tenho muito a aprender com vocês e quero que seja um espaço de troca. Acho bem importante me colocar nesse lugar de fala para vocês entenderem de onde vem minha experiência.



Me formei em jornalismo de dados e dentro dessa área de jornalismo de dados foi quando comecei a gerenciar e criar projetos que uniam parte de tecnologia e educação, principalmente voltados em projetos de gênero. Já faz 2 anos que estou na revista [AzMina](#), muitas das experiências que vou trazer aqui hoje vêm dessa experiência nas AzMina. Quero começar contando um pouco minha história porque tem muito a ver com o que a gente vai falar hoje. Eu me formei em jornalismo porque eu queria mudar o mundo, todo mundo que faz jornalismo passa por isso, eu tenho a sensação de que dando informação às pessoas, elas poderiam tomar decisões melhores.

Passei por uma época que eu tive uma crise existencial onde o jornalismo não era capaz, eu não sabia mais o que fazer e fui fazer um curso de *advocacy*, porque eu pensei que com o jornalismo não estava conseguindo fazer isso. Eu achava que era uma coisa muito diferente do que eu fazia, e a primeira coisa que eu aprendi no curso foi justamente porque eu estava pensando errado, que *advocacy* não era só aquilo que eu imaginava.

51. Jornalista especializada em investigação de dados, coordenadora e professora do MBA de jornalismo de dados do Instituto de Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), professora de graduação, gerente de projetos que unem jornalismo e tecnologia na revista AzMina. Ganhou prêmios internacionais. É mestranda em mídias criativas na UFRJ.

Eu tinha a impressão que principalmente aquela parte de incidência, eu achava que se eu não estivesse em Brasília conversando com deputados, governadores, com políticos, se não tivesse na linha de frente tentando fazer com que as decisões que são tomadas lá na ponta final mudassem, se eu não estivesse com essas pessoas eu não iria conseguir fazer nada, não iria conseguir mudar o que eu queria mudar. E na aula eu descobri que *advocacy* era mais do que isso, existe sim essa parte na persuasão da incidência com as figuras políticas, mas que a *advocacy* era muito feito com construção de base de apoio, com pressão de rua e que todas essas áreas - a parte que vamos falar - com tomadores de decisão, mas também tem a parte que vamos construir uma base de apoio. Todas elas vêm de uma coisa básica que era informação e parei para pensar que na verdade fazer jornalismo ou fazer estratégia de comunicação, eu estava sim também de alguma maneira fazendo *advocacy*, e estava trabalhando para que toda as pessoas que precisam e que estavam envolvidas nesse cenário na tomada de decisão, falando de políticas públicas, elas precisam ter uma informação, seja para falar com o deputado ou seja pra falar com alguém, precisa pressionar para que o deputado faça isso, acho que não estou tão distante do que eu queria e consigo seguir esse caminho, e foi aí que nasceu o primeiro projeto que é [Elas no Congresso](#).

Eu como jornalista, em uma dessas crises existenciais que tive, eu estava fazendo uma reportagem sobre os projetos de leis que estavam tramitando no Congresso, em 2017, sobre os direitos das mulheres e fi-

quei chocada com tanta coisa que estava sendo tramitada e não tinha noção, e se eu não tenho ideia de que isso existe, se as informações não chegam até a mim, como vou me mobilizar para impedir que um retrocesso acabe avançando ou para apoiar um projeto que seja um bom avanço? Não tínhamos essas informações e pela imprensa só vamos ficar sabendo de um projeto de lei quando ele já virou lei ou quando está muito perto de virar lei no dia da votação, e descobri que o monitoramento legislativo era difícil, custoso, caro, tanto em termos de tecnologia quanto temos de equipe, e para o cidadão comum essa outra ponta era que quase ninguém fazia, não conheço ninguém que entra todos os dias no Senado para ver os projetos de leis em andamento.

Criamos o [Elas no Congresso](#) que é um projeto de monitoramento legislativo que [AzMina](#) apoiou e gostou, e fomos buscar maneiras de tocar esse projeto. O [Elas](#) nasceu para que tornasse esse monitoramento legislativo acessível para que todos pudessem acompanhar os projetos de leis que estão tramitando sobre os direitos das mulheres, se elas tivessem essas informações nós poderíamos nos mobilizar de alguma forma. A gente não faz esse trabalho de incidência não chegar ao deputado ou senador e tenta mudar algo ou de alguma maneira incidir o trâmite da lei, a gente tendo essas informações, as pessoas podem se mobilizar de diferentes maneiras.

Temos uma série de mecanismos para o acesso às mulheres. Toda vez que um projeto de lei tem uma palavra chave que está relacionada ao assunto das mulheres, te-

mos uma robô que *twitta* na página e todos conseguem ver o que o projeto tramitou. É tudo gratuito, para o público em geral seria difícil as pessoas acompanharem os projetos e achamos importante contextualizar essa informação e a gente faz isso com nossas *newsletters*, porque pensamos em como avisar para todos, não só pra quem está no *twitter*, o que está acontecendo no Congresso de uma maneira periódica e que tenha contexto, informação e que as pessoas entendam o impacto disso.

Temos uma *newsletter* semanal onde contamos toda semana, na segunda-feira, o que aconteceu na semana anterior no Congresso. A gente conta se tem um projeto, se há um grande retrocesso que precisa ser olhado com atenção, etc. Aqui foi quando o Senado estava votando a Lei que proibia o despejo, tivemos também uma quando se articularam para tentar aprovar e que tramitasse mais rápido a questão do *homeschooling*, que impacta diretamente a vida das mulheres, também quando tivemos o caso da lei da Mari Ferrer⁵² e depois vieram vários projetos de leis. A gente vai contando isso toda a semana, e com isso entendemos que as pessoas vão ter mais informações para tomar decisões sobre esse tema.

Ao mesmo tempo, temos um *ranking* de parlamentares, onde a CEPIA é nossa parceira, onde temos todos esses projetos de leis que monitoramos. Não queríamos só saber quantos projetos estavam tramitando no Congresso sobre os direitos das mulheres, queríamos saber se eles eram bons ou ruins, se são positivos ou se são negativos, queremos saber como cada partido está atuando em relação às leis das mulheres, como cada parlamentar está atuando nos direitos das mulheres. A gente pega esses projetos que foram criados nessa última legislatura, em 2019, distribuímos esses projetos entre organizações que trabalham para os direitos das mulheres e pedimos para que elas os avaliem e digam se são favoráveis ou desfavoráveis aos direitos das mulheres e se são pouco relevantes ou muito relevantes.

Cada projeto ganha uma nota e cada parlamentar ganha uma nota de acordo com os projetos dos quais ele(ela) é autor(a) e de acordo com o partido do qual faz parte, e o partido tem uma atuação positiva ou negativa com os direitos das mulheres, e, assim, conseguimos *ranquear* estes parlamentares. Eu tenho aqui no topo do *ranking* parlamentar que tem a maior nota, ou seja, mais amiga(o) nos direitos das mulheres, e a gente tem parlamen-

52. <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/11/23/sancionada-lei-mariana-ferrer-que-protege-vitimas-de-crimes-sexuais-em-julgamentos>

tar que é última(o) colocada(o) no *ranking* e entendemos que é menos amiga(o) dos direitos das mulheres. A gente consegue ver isso na Câmara e consegue ver isso no Senado também.

Deixamos esse *ranking* disponível para qualquer um acessar e as pessoas podem formar suas opiniões e entender um pouco do contexto, e podem pensar em quem elas vão votar em 2022. No ano passado tivemos as eleições municipais e fizemos um filtro onde conseguimos avaliar quais eram as notas dos parlamentares que vieram a ser candidatos à prefeitura no ano passado para que as pessoas olhassem e pensassem, antes de votar, se essas pessoas têm um bom desempenho, se ela é amiga dos direitos das mulheres ou não. A ideia é sempre deixar esse monitoramento disponível para que as pessoas consigam acessar. Então, tentamos dar informações às pessoas de diferentes maneiras, com esses vários produtos que fazem parte de um monitoramento legislativo, mas atuam de maneiras diferentes, e achamos importante fazer sempre um monitoramento que é contínuo, diário, semanal.

Na pandemia fizemos várias reportagens mostrando que no começo havia pouquíssimos projetos de leis que tratavam da pandemia e tinham recorte de gênero. Também mostrando que sempre tem projeto tentando alterar a [Lei Maria da Penha](#), mas em que contexto os projetos estão inseridos? No contexto punitivista, no contexto de alterar a Lei. A gente faz uma série de reportagens que mostram esse cenário para as pessoas.

Na prática, fazemos 3 coisas que são bastante importantes quando estamos tentando comunicar para um causa: primeiro, tentamos deixar mais fácil o acesso à informação para que a pessoa possa checar a informação ela mesma, sozinha. Mas não podemos deixar essa informação ali sozinha, tentamos explicar e contextualizar as informações, quais as implicações, quais são os efeitos, quais são os impactos de cada coisa que acontece e mostrar o cenário que aquilo está inserido. Eu posso permitir que uma pessoa monitore toda tentativa de alteração da Lei Maria da Penha, mas preciso explicar quais são os contextos desses impactos e mostrar que está envolvido num cenário de enfraquecimento da Lei, uma narrativa punitivista. Preciso mostrar que essa pequena coisa é uma gota dentro de um cenário maior, e é com esse tipo de informação que vemos que as pessoas interagem, se conscientizam, pensam em quem elas vão votar e tomam um conhecimento político que é maior e beneficia todo mundo. Esse é o primeiro caminho que aprendi a fazer pensando em unir comunicação e *advocacy*: como é que posso comunicar por uma causa, quais são as estratégias, como posso trabalhar pra isso? Esse foi o primeiro caminho, e eu trouxe um exemplo de um vídeo que fizemos e mostra bem essa comunicação. Nesses últimos meses fizemos um monitoramento das ações do governo federal, das coisas que o governo fez ou deixou de fazer em relação aos direitos das mulheres, e conseguimos juntar tudo isso num [vídeo](#) que vou passar aqui.

Esse é um vídeo que identifica bem como a gente consegue transformar o monitoramento, que é diário, de pequenas informações, e mostrar como elas estão inseridas na verdade num grande contexto, e comunicar de uma maneira que seja eficaz. Nesse caminho, trabalhando com Elas no Congresso, como uma jornalista, que me especializei em dados, comecei a entender o potencial dos dados quando estamos falando de comunicação para *advocacy*.

Não sei se vocês já passaram por isso, mas há situações que nós, mulheres, vivemos, que são situações que estão no nosso dia a dia e não conseguimos quantificar, provar, mostrar o tamanho desse problema. Isso acontecia bastante com um tema que vimos muito no ano passado, que foi justamente o problema da violência política de gênero. Quando criamos o Elas no Congresso, conversamos com várias parlamentares para entender sobre nosso trabalho e elas falavam muito sobre isso, sobre como a violência política gerava um problema para elas, tinha sido um problema para elas chegarem nos espaços que estão hoje, e continuava sendo um problema no Congresso. Mas elas não tinham ferramentas, não conseguiam mostrar que os fatos existiam, era uma coisa empírica que elas viviam nas experiências delas mas não conseguiam tornar isso palpável. E aí no ano passado vimos várias iniciativas que conseguiram transformar isso em dados: a pesquisa do [Instituto Marielle Franco](#) sobre como as mulheres negras recebiam ataques virtuais, na AzMi também fizemos o MonitorA, que foi o observatório de violência política de gênero

nas redes sociais, que conseguiu começar a quantificar esses ataques que as mulheres recebiam e conseguir mostrar quais eram as narrativas desses ataques, eles estavam relacionados não à carreira políticas delas, mas eram ofensas sobre seus corpos, a sua vida pessoal. Nós vimos que esses ataques eram realmente ofensivos e misóginos, que era muito mais relacionado ao que elas são, ao que elas queriam ser em ocupar os espaços políticos. E foi justamente essa grande quantidade de dados que coletamos que pautou a imprensa no ano passado e que teve impacto, inclusive com uma Lei que foi sancionada que combate a violência contra a mulher.

Isso mostra como ter dados é importante, eles de fato mostram que o problema existe. Vemos isso também em outras iniciativas. O Artigo 19, Azmina Gênero e Número realizaram o [Mapa do Aborto Legal](#). No ano passado atualizamos esse mapa mostrando quais eram os hospitais que fazem esses procedimentos e que ficaram abertos durante a pandemia: só 55% deles estavam realizando esses procedimentos durante a pandemia. Esse dado esteve em vários requerimentos de parlamentares que pediram informações sobre o Ministério da Saúde e cobraram esse tipo de coisa. A informação chegou ao conhecimento público, havia um número que embasou de fato iniciativas de fiscalização desses direitos.

Então, ter conhecimento de um fenômeno que a gente sabe que vive e ter os dados para de fato cobrar por medidas, em todas essas minhas experiências, me pareceu muito importante. Infelizmente, às vezes, só falar o

que acontece conosco não é o suficiente e nem temos essa noção do tamanho disso. Vimos muito isso com as candidatas no MonitorA, por exemplo a Erika Hilton⁵³, quando foi candidata à vereadora em São Paulo, ela falou que sabia que isso acontecia com ela mas não tinha noção do tamanho, e depois que viu esses dados ela entrou na justiça contra esses agressores nas redes sociais. Ouvimos muito isso de muitas candidatas: “Eu entrava nas minhas redes sociais e via um monte de ataques, mas não tinha noção do tamanho dessa onda”. E de fato com os dados conseguimos mostrar.

Mas claro que tudo isso precisa ser comunicado com uma estratégia de narrativa de comunicação que faça sentido. Eu trouxe esses exemplos (tela). O exemplo do Nossas foi a questão do veto do presidente Bolsonaro à distribuição de absorventes. Eles fizeram uma ação para mudar isso, a pessoa assinava uma carta, enviava *email* para deputados, para o presidente, para o Ministério e tinha a chamada de cobrar de alguma forma, unir forças para desfazer isso.

A gente pode só disponibilizar informação, é muito importante, mas precisamos aproveitar essa mobilização que é criada pela informação e provocar para a ação. E quando convocamos para ação precisamos ensinar às pessoas, mostrar os melhores caminhos e os mais seguros para agir.

Também tem essa outra publicação do [Pacto pela Democracia](#) que vai trazer um guia e algumas lições, um carrossel no *Instagram* de ideias e dicas para frear o veto. São narrativas de comunicação que se somam: tem uma que você disponibiliza a informação e mostra o que está acontecendo e isso causa uma mobilização de outro lado, aí você aproveita essa mobilização para convocar a fazer algo, e você também ensina como agir. São frentes que somam muito bem juntas. Podemos só disponibilizar informação, é muito importante, mas precisamos aproveitar essa mobilização que é criada pela informação e provocar para a ação. E quando convocamos para ação precisamos ensinar às pessoas, mostrar os melhores caminhos e os mais seguros para agir.

Vocês vão ter uma fala sobre segurança digital, acho super importante porque como estamos falando de comunicação para causas, ficamos expostas de uma maneira ou de outra. O último

53. <https://apublica.org/2022/01/erika-hilton-e-a-resistencia-transvestigenero-no-poder/>

passo que acho super importante é agir em rede. Estava vendo a fala da Karla Oldane antes, falando das iniciativas da CEPIA, que tem parcerias com outras organizações. O próprio Elas no Congresso, ele é feito com 17 organizações que trabalham junto com a gente e fazem a avaliação desses PLs, o MonitorA também não foi um projeto que foi feito sozinho. Quando tem uma pessoa comunicando o problema é uma coisa, mas quando temos um grupo de organizações ou pessoas comunicando o problema, o impacto é muito maior. Vemos muito isso nas ações de *advocacy*, que é unir várias organizações que têm o mesmo tema, que trabalham com uma agenda, e criam mobilizações conjuntamente para unir esforços. Não faz sentido gastar uma energia gigante individualmente, todo mundo fazendo coisas separadas, se todo mundo tem a mesma agenda, todo mundo tem a mesma causa. Faz muito mais sentido a gente unir esforços para trabalhar juntas e ganhar mais espaços, ganhar relevância e isso é super importante.

Por fim, gostaria de agradecer essa conversa que de alguma forma tenha colaborado com as ideias e com as discussões de vocês. ”

Kézia Sampaio:

“Bárbara, muito obrigada! As pessoas estão muito animadas aqui no *chat* e estão falando que não conheciam essas ferramentas tão incríveis, vou lendo alguns comentários e fazendo algumas perguntas. ”

Pergunta no chat: "É possível ter dados de quais partidos propõem mais projetos em benefício das mulheres?"

“Sim, em 2019 fizemos uma reportagem e na época, no primeiro ano de legislatura, eram PT, PV, PSOL e PCDB. Esse ano foram PCDB, PV e PSOL. O PCDB e PV têm 100% dos projetos que seus parlamentares apresentaram sobre os direitos das mulheres avaliados como favoráveis. E temos os menos, que foram o AVANTE, PSL e PMDB. ”

Pergunta no chat: "Como você vê a ausência de mulheres no Senado? Através do monitoramento do Elas no Congresso é possível ver esses buracos dos partidos em relação a esta participação?"

“Conseguimos ver, e o que chamou a atenção nesses últimos 2 anos foi principalmente a ausência de mulheres em espaços de liderança no Congresso, nas presidências de comissões, na mesa diretora. Fizemos uma matéria sobre isso e é um problema que começa na base dos partidos, já que são os partidos que indicam esses nomes, os líderes dos partidos. Entrevistamos mulheres que nos falavam que eles não achavam que elas eram capazes de dirigir uma comissão, e quando eles acham que são capazes é para falar sobre direitos das mulheres, da economia não podem falar. Às vezes vemos mulheres nas comissões, mas não fica muito claro se é um avanço ou não, porque são mulheres que têm algumas posições ruins no *ranking*. Mas a gente vê que a dificuldade de ocupar esses espaços

começa nos partidos. O Senado fica muito em falta na posição das mulheres e essa questão de poucas mulheres no Senado fica clara inclusive na pauta da CPI da Covid, a dificuldade de conseguir o espaço de fala que não era garantido. Se fazia um rodízio e elas eram sempre interrompidas. Agora temos uma bancada feminina com espaço no Senado, só tínhamos na Câmara. A iniciativa do Elas no Congresso nasceu justamente para tentar que isso mude em 2022, o que mostramos em relação ao Congresso é que quem propõe mais projetos favoráveis aos direitos das mulheres, quem está ali falando sobre os direitos das mulheres positivamente, são as mulheres. O homem não vai falar sobre os direitos das mulheres e se ele for fazer, nem sempre vai ser de maneira positiva, a gente precisa que elas estejam lá porque se não nossos direitos vão ser pautados. ”

Kézia Sampaio:

“Bárbara, muito obrigada pela sua exposição de compartilhar essas ferramentas tão incríveis. Ficamos bastante animadas. Obrigada por responder as perguntas e passo a palavra para a Andrea. ”

Andrea Romani:

“Bárbara, mais uma vez um super obrigada! Foi um aprendizado e você traz elementos tão importantes, a questão da *advocacy*, como são múltiplas as dimensões e possibilidades de fazer *advocacy* e advogar por uma causa, e isso é muito atrelado ao que a trazemos aqui com relação à participação política. Como é importante ampliar e repensar as formas de atuar politicamente, os espaços, as ferramentas que podemos utilizar.

Você traz também os dados, a importância de derrubarmos até discursos que falam que isso é exagero de mulher, mostrar que não são mitos, são fatos e o argumento através dos dados é muito poderoso e o controle social que no fundo você fala muito, de como exercer o controle social coletivamente, individualmente acompanhando essas políticas e como vai ser importante essa ferramenta de várias estratégias que vocês vão usar para pensarmos nas nossas decisões para o ano de 2022, quando teremos eleição, quando conseguirmos entender quais esses partidos e dentro dos partidos essas pessoas que estão mais alinhadas com nossas agendas feminista. Isso é muito bacana e tem muito material para pensarmos. Temos

participantes de Angola e Moçambique e é muito legal ao longo da fala de Janaína, e pensando na fala da Bárbara, que vocês pudessem colocar as experiências que vocês tenham nos países de vocês, de ações de monitoramento de políticas públicas e estratégias ligadas à segurança digital, para irmos trocando.

Agora vou passar a palavra para Janaina Costa. As falas e apresentações vão ser muito complementares. Janaína vai trazer muito a questão da segurança digital e tem a ver com o que a Bárbara estava falando das estratégias de *advocacy* e de comunicação, de estarmos ocupando esse terreno que, de certa forma, é um pouco novo, das tecnologias digitais, da internet e como é importante fazermos isso tanto com eficiência mas, também, com segurança individual e organizacional.

Contamos com uma apresentação da Janaína Costa, que nos trouxe muitos aprendizados, em um festival que a CEPIA promoveu a alguns meses atrás, o FIPA, que foi o [Festival Internacional Pensar e Agir: Democrativismo, Juventude e Tecnologia](#).⁵⁴

JANAINA COSTA⁵⁴

“Bom dia a todas! É um prazer estar aqui, meu nome é Janaína Costa e espero que minha fala seja complementar à fala da Bárbara. O primeiro passo é conhecer os nossos direitos para combater as violações diárias aos Direitos Humanos. Espero agregar com minha apresentação e se quiserem fazer perguntas, no final eu responderei.



Vou falar sobre segurança e cidadania digital e como os direitos humanos se aplicam ao ambiente digital. Eu começo perguntando se todas conhecem o que são os direitos humanos? São os direitos que temos simplesmente porque somos humanos, ninguém precisa nos atribuir eles e ninguém pode tirar eles da gente.

54. Advogada, pesquisadora, bacharel em direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e mestre em desenvolvimento econômico e social pelo IEDES - Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Atua como pesquisadora e se interessa por políticas públicas inovadoras que contribuam para a satisfação, fomento e proteção dos direitos humanos.

No slide 3 eu trago algumas das cartas mais importantes que reconhecem os direitos humanos como a [Declaração Universal dos Direitos Humanos](#). A carta foi adotada pelos 183 países da ONU, inclusive pelo Brasil. Existem também outras cartas e tratados internacionais, temos o de direitos políticos, temos a [Declaração Americana](#), temos a [Carta Africana](#) e todos eles mostram um pouco dos nossos direitos no que diz respeito a todos os aspectos das nossas vidas que se aplicam tanto *online* quanto *offline*.

Agora vou falar como a segurança digital se relaciona com os Direitos Humanos. Selecionei 3 artigos da Declaração Universal de Direitos Humanos para explicar como eles se relacionam. Temos a liberdade de expressão e, de acordo com o descrito na Carta, todos os seres humanos têm direito de opinião e expressão. Esse direito inclui a liberdade de, sem interferências, ter opiniões e de procurar, receber, e transmitir informações e ideias por quaisquer meios independentemente de fronteiras. A internet se aplicaria a isso. Temos também a liberdade de associação, todas as pessoas têm direito a liberdade de reunião e associação pacíficas e isso se reflete na internet quando usamos o *whatsapp* ou *facebook*, por exemplo, para marcar uma reunião ou marcar um *tweetaço*. Tudo isso está compreendido nesse direito. Ele é transponível também para o ambiente *online*. O direito à privacidade: ninguém será sujeito a interferência em sua vida privada, em sua família, em seu lar ou sua correspondência, nem a ataques à sua honra e reputação. Todo ser humano tem direito à proteção da lei contra tais interferências ou ataques.

À medida que o uso da internet cresceu, também aumentaram os relatos de atividades ilícitas como escutar ativistas. No México temos casos relevantes do uso de aplicativos como o Pégaso, que são aplicativos espiões e podem ser direcionados a espionar ativistas de direitos humanos, jornalistas e pessoas que fazem esses tipos de trabalho. A esse tipo de ataque e espionagem desses ativistas, temos, para cada um desses quadros, os conceitos que trouxe para vocês e como eles se aplicam no ambiente *online*, quando transmitimos informações sobre nossa movimentação, nossos atos através do telefone. Essas informações estão protegidas pelo direito à privacidade, liberdade de expressão. Quando discutimos questões delicadas de política nas redes sociais, opiniões no *facebook*, isso também está marcado pela proteção da privacidade. Quando usamos esses aplicativos para marcar um encontro, marcar uma atividade, um protesto, isso também está abarcado pela proteção da liberdade de associação. E quando conduzimos uma pesquisa sobre um político ou sobre qualquer outro assunto que nos interesse, isso também está abarcado pela liberdade de expressão e é importante que tenhamos conhecimento e consciência disso.

A Bárbara fez um trabalho sobre desinformação e liberdade de expressão e acesso à informação verdadeira. Temos o direito inviolável a não sermos mal informadas ou desinformadas - isso também feriria nosso direito à liberdade de acesso à informação correta, informação verdadeira.

Falamos então um pouco da aplicação dos direitos humanos no ambiente digital e agora passo para a parte que acho mais importante: de como reforçamos nossa segurança digital e como isso quer dizer reivindicar nossos direitos. Quando pensamos em segurança digital, em termos de direitos humanos, essa perspectiva nos auxilia a entender que a segurança digital afeta e diz respeito a todos nós. Não só às mulheres na política, não só às jornalistas. Mas a cada uma(um) de nós como indivíduo. Devemos nos unir e reivindicar esses direitos coletivamente. Quando reivindicamos como um coletivo não é só uma falando. Quando uma só fala existe a errônea percepção de que é *mimimi*, é exagero. Mas quando todo mundo reivindica junto, aí se vê que é importante, é um direito que não pode e não se admite ser violado e isso permite que reivindicemos com mais força do nosso governo e, assim, melhor protegemos a nossa segurança.

Mas muita gente tem um pensamento de que não precisa de privacidade, pois não tem nada a esconder. Não precisa porque não está comunicando nada perigoso. Mas se não pensarmos nisso como um direito seu, que ninguém pode violar, com isso protegemos o trabalho das jornalistas, das mulheres na política. Assim, facilitamos a elas também reivindicarem seu direito à privacidade que para elas talvez seja ainda mais importante, mais delicado do que para uma pessoa em seu dia a dia.

Eu trago aqui uma brincadeira no *slide*: “o ovo faz mal? O novo estudo diz que sim.” Ilustro a partir deste exemplo que também o que um governo considera comportamento ruim, perigoso, se o que você está comunicando, se a pessoa que você está se reunindo é perigosa ou não, pode mudar. Determinado governo pode ter uma postura completamente diferente, misógina, que prejudica a reivindicação de direitos das mulheres, diferentemente do que foi em um governo passado ou será em outro governo. Assim, temos que ficar atentas a sempre para reivindicar esses direitos não com a mentalidade, pensando o que eu acho perigoso ou não, porque isso muda também ao sabor do governo. Eu reforço que reivindicar meus direitos ajuda a proteger a mim e aos outros. Reivindicar meus direitos reforça os direitos humanos como padrões universais e aju-

Eu reforço que reivindicar meus direitos ajuda a proteger a mim e aos outros. Reivindicar meus direitos reforça os direitos humanos como padrões universais e ajuda a responsabilizar os governos. Reivindicar meus direitos desafia esse mal-entendido de que a segurança digital se trata de ocultar atividades maliciosas.

da a responsabilizar os governos. Reivindicar meus direitos desafia esse mal-entendido de que a segurança digital se trata de ocultar atividades maliciosas. Não, ela trata da sua privacidade como um direito inviolável que você tem, não tem nada a ver com o que você está comunicando ou não comunicando, seja algo que para o governo ou que para qualquer indivíduo é perigoso ou ilegítimo, qualquer interferência ela tem que ser legalmente justificada, tem que ser necessária, adequada e proporcional. Então, essa reivindicação global, quando a gente pensa coletivamente, é o mais importante.

Criei essa apresentação bem curta porque o mais interessante vai ser nosso bate papo.👉

Perguntas no chat: “Você pode dar dicas de segurança digital para nós mulheres ativistas?”

“Uma das coisas mais importantes e que temos que ter muito cuidado é quem tem as senhas de suas redes sociais, das páginas de expressões políticas. Essas senhas têm de ser fortes. Lembrar de sempre usar números, letras, caracteres especiais, nunca colocar numa página *online* com título por escrito “senhas”, porque se tiver um ataque a primeira coisa que um **cracker** vai fazer é buscar por essa página, olhar as senhas e ele pode ter acesso a todas as suas senhas. Então essa não é a melhor forma de proteger, que muitas pessoas tenham a

mesma senha. Uma das coisas que vemos é que a maior parte dos ataques não são tão sofisticados. Não é aquele ataque de Pégasus, mas sim engenharia social, ou seja, alguém com quem uma pessoa teve um descuido de compartilhar uma senha pelo *facebook* ou que deixa o computador aberto. Nessas situações os agentes maliciosos ganham acesso, ou a partir de uma senha muito fácil, simples, muito usada, que *crackers* testam para conseguir invadir e causar prejuízos nas redes.👉

Pergunta no chat: “Qual mensagem você deixaria para as mulheres que estão se inserindo no espaço político formal de poder, como fazer uma blindagem das mensagens de ódio?”

“Blindar é muito difícil, talvez eu sugeriria ter um perfil profissional e outro pessoal. E que o perfil seja sempre no modo privado, não público, que só a família e os amigos possam ter acesso. Essa separação pode auxiliar que você não tenha toda a sua experiência digital comprometida. Se toda vez que entro no meu perfil para colocar uma foto ou *post* e vejo um monte de pessoas falando sobre o meu corpo, pessoas me atacando, porque na postagem da semana passada eu falei alguma coisa do presidente, por exemplo, isso torna a experiência extremamente pesada. Talvez dividir auxilie a blindar psicologicamente, para ter a escolha de não ter contato o tempo todo com essas violências.👉

Pergunta no chat: "Você pode comentar a decisão do STF de que os provedores terão que informar os dados dos usuários que ofenderam a Marielle nas redes"?

“Essa decisão ainda está sendo contestada, porque como foi feito, foi para que o grupo passasse informações de todas as pessoas. Quando você pede os dados de todo mundo que comentou sobre a Marielle pode estar infringindo os direitos de várias pessoas. Esse tipo de solicitação tem que ser legal e proporcional. E será que é uma medida proporcional solicitar acesso a todos os dados de todo mundo que mencionou a Marielle, por mais que a causa seja nobre e extremamente importante fazermos o deslinde desse crime e quem foram os autores? Há uma questão de razoabilidade, necessidade e proporcionalidade essa exigência, que pode resultar na violação do direito à privacidade de toda uma comunidade digital.”

Pergunta no chat: "Qual seria a melhor forma de responder aos ataques sofridos em nossas mídias sociais?"

“Não sei se o melhor será responder, talvez o melhor seja silenciar. Porque quando você se engaja nesse tipo de discussão, se isso é útil, se a pessoa vem com argumentos de discussão, talvez valha a pena. Agora quando é só ataque, que muitas vezes partem de **bots**, e você nem está falando com uma pessoa - você está falando com um robô, o melhor é silenciar e não engajar.”

Jacqueline Pitanguy – “Quero compartilhar um tipo de ataque que vocês podem ter sofrido também, mas que é um ataque direto do governo e isso coloca a questão da violência em outro patamar, porque não é um ataque em grupos sociais pró ou contra o Bolsonaro a nível de sociedade civil atuando, no caso foi um ataque a partir do Ministério da Família e é coordenado pela Sra. Damares, ela me acusou de desejar a morte de bebês, ou seja, de ter o desejo de cometer infanticídio e é uma acusação tão grave que coloco na categoria das acusações de aniquilamento moral do opositor, é letal, não há nada mais dramático do que desejar a morte de bebês. Isso foi a raiz de uma entrevista que tinha dado para uma revista⁵⁵ em que eu dizia não poderíamos ter políticas públicas com relação à saúde reprodutiva e sexual inclusive o abortamento legal coordenados por livros sagrados, que fosse a bíblia, ou alcorão, ou pelos evangélicos. A partir daí houve esses ataques nas redes sociais, como é que se defende? É bem diferente, uma pessoa que está na sociedade civil em uma organização que expressou sua opinião no contexto republicano democrático que você pode expressar suas opiniões e que é aniquilada moralmente por uma entidade, o Ministério, muito forte e nós fizemos várias reuniões com diferentes grupos de feministas e finalmente decidimos entrar na justiça. Eu perdi, nós também estamos expostas a ataques não apenas entre

55. <https://revistamarieclaire.globo.com/Mulheres-do-Mundo/noticia/2019/09/nossa-luta-nao-pode-acabar-em-nome-da-biblia-diz-feminista-jacqueline-pitanguy.html>

iguais mas também a partir do governo. Eu acho que quando o governo ou qualquer autoridade governamental se expressa aniquilando moralmente a uma entidade ou pessoa, deveria vir da parte da justiça um fundamento de equidade que no meu caso não existiu.”

Janaína Costa - “Me veio à mente o ataque que foi sofrido pela jornalista Patrícia Campos Mello⁵⁶, que foi exatamente nessa linha. Ela foi alvo de um ataque coordenado por vários integrantes do governo. A **revista AzMina** também passou por um problema similar que foi a judicialização em várias comarcas do Brasil, envolvendo um processo de ataque à honra dizendo que uma jornalista atacou a honra de um certo político. Por mais que não tivesse base legal, foi um ataque coordenado que dificultou a ela se deslocar e comparecer a esses diversos lugares para responder a todos os processos. Outra coisa que gostaria de comentar é sobre a criptografia do *whatsapp*. Mas como disse, existe uma questão de engenharia social. Às vezes nos manifestamos em um grupo de *whatsapp* em que várias pessoas têm acesso a esse grupo. E se uma pessoa faz um *print* e o coloca nas redes, mesmo que haja criptografia de ponta a ponta, estamos sujeitos à violação da nossa privacidade. Este compartilhamento não autorizado pode tratar de uma coisa muito importante e sensível, e que pode atrapalhar sua carreira política, sua carreira profissional. É preciso ter cuidado e boa moderação de grupos de *whatsapp*, para não expor assuntos delicados, e sempre quando for expor alguma coisa sempre borrar eventuais dados pessoais.”

Karla Oldane - “Queria só complementar um pouco, porque é super importante o que a Janaína estava falando do *whatsapp*. Nos grupos, quando vamos falar de termos mais sensíveis, questão do aborto por exemplo, sabemos que o *whatsapp* não é um local seguro para compartilharmos as informações. A gente procura outras ferramentas, depois podemos passar algumas indicações para vocês por *email*, se tiverem interesse, e sobre a questão da coordenação - do lado de lá do governo está todo mundo coordenado e a gente precisa também se organizar. Com relação ao caso que ocorreu com a Jacqueline, é que contamos muito com o apoio da nossa rede⁵⁷, buscamos apoio das nossas parceiras para poder superar

56. <https://www.cartacapital.com.br/justica/juiza-condena-bolsonaro-a-indenizar-patricia-campos-mello-por-ataque-machista/>

57. <https://revistamarieclaire.globo.com/Noticias/noticia/2019/12/sociologa-e-acusada-de-defender-morte-de-bebes-por-ministra-damare-alves.html>

isso, sozinhas não vamos avançar, se formos criando parcerias, isso vai nos dando força e proteção, uma rede de segurança. Uma das atitudes que tivemos, apesar de não ter ganho o processo, foi juntar todas as organizações coletivas, pessoas que lutam pelos direitos humanos para fazer uma nota de repúdio ao que aconteceu e assinar. É importante mostrar nossa indignação, precisamos fazer isso para podermos avançar e printamos todos discurso de ódio que teve, que realmente teve uma reação coordenada pelo gabinete do ódio, ela saía de várias pessoas relacionadas ao governo nas redes sociais onde tinha o maior número de pessoas e não tinha como entrar e discutir, pois eram robôs. ”

Andrea Romani – “Pensando em tudo em que conversamos hoje, enquanto aporte que Bárbara e Janaína trouxeram a cada uma de nós, das experiências, nas perguntas e, até voltando lá atrás, desde do início dos encontros e, sobretudo pensando no dia de hoje, que falamos muito nas estratégias de comunicação, do exercício do protagonismo, liderança e fazer um uso positivo e se apropriar do espaço de mídias sociais. Queríamos propor a vocês uma reflexão sobre como podemos compartilhar essas reflexões, inquietações, aprendizados que costuramos aqui para fora desse espaço, dessas janelinhas. A CEPIA queria convidar todas vocês para pensarem em mensagens que vocês acham que seriam importantes de partilharmos, alcançando outras mulheres, outras possíveis aliadas na participação política, refletindo, também, sobre desconfortos, protestos, manifestação de indignação, com relação a obstáculos, com relação à violência política. A proposta é que vocês pensem um pouco sobre os vários temas de violência política de gênero, a questão do marco legal que temos para participação política, questão que permeia as relações de gênero e poder e a questão da comunicação estratégica, que possam colocar no *chat* mensagens que vocês estão com vontade de colocar para fora, vontade de partilhar com outras mulheres, porque nossa ideia é, a partir dessas mensagens, pensarmos em alguma produção que vamos colocar nas nossas mídias sociais e gostaríamos muito que colocassem na de vocês visando uma ação coletiva do apoio, do suporte mútuo entre a gente, em fazer avançar a participação política das mulheres. ”

“Mulheres de todas as cores na política já! Pelas que vieram antes e pelas que virão depois!!!”

“Quem defende democracia, república, cidadania, defende a igualdade de direitos humanos, em especial de mulheres!”

“Quem defende a democracia, direitos e a liberdade precisa pensar sobre as majorias que vivem sem direitos garantidos.”

“Mulheres, não se preocupem em participar de atividades de mulheres 24h/dia mas participem em algum momento! Vá a uma passeata, uma reunião com outras companheiras, assista uma palestra, uma roda de conversa com outras companheiras... mesmo que seja uma vez por semana, por mês, por semestre! Mas não descole desta luta!”

“Mesmo se você não se sentir em risco, considere que suas ações também podem apoiar outras pessoas. Quando você reivindica seus direitos e se protege, também facilita a todas reivindicar seus direitos e se proteger. Quando todas defendemos nossos direitos humanos, enviamos uma mensagem forte a quem os violar. Dessa maneira, praticar a segurança digital pode ajudar a proteger outras pessoas de violações dos direitos humanos.”

“É Preciso construir estratégias e pontes entre as mulheres dos territórios mais vulneráveis e os espaços e formas de participação política.”

“A realidade brasileira mostra que mulheres estão sendo mortas, crianças abusadas sexualmente em números cada vez maiores, pensando sobre isso como você vai votar em 2022?”

Mariana Barsted, Coordenadora de Programas da CEPIA:

“Em complemento a Karla e Andrea, apesar de hoje ser nosso último encontro, a CEPIA acredita muito na formação continuada, presente aqui hoje nós temos mulheres que já participaram de oficinas no programa com jovens e adolescentes, temos mulheres que já participaram de outras oficinas no programa da CEPIA de direitos humanos, de fortalecimento de movimento de base, de empoderamento de mulheres e, paralelamente a esses encontros, estamos terminando uma formação e outras participantes que estão aqui também estão lá. A ideia é fortalecer e permanecer nessa rede de mulheres se apoiando, compartilhando esses conhecimentos e nos fortalecendo nessa atuação política, nessa conquista de espaços nas tomadas de decisões. Sigamos juntas! ”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFKHAMI, Mahnaz; EISENBERG, Ann (org). *Liderando para a Ação*: manual de participação política para mulheres. Tradução e adaptação CEPIA. Maryland: Women's Learning Partnership for Rights, Development and Peace (WLP), 2010. Disponível em: <<https://cepia.org.br/publicacao/liderando-para-a-acao-2010/>>.

AFKHAMI, Mahnaz; EISENBERG, Ann; VAZIRI, Haleh (org). *Fomentando a tomada de decisões*: manual de treinamento para a liderança das mulheres. Tradução por CEPIA. Maryland: Women's Learning Partnership for Rights, Development and Peace (WLP), 2001. Disponível em: <<https://cepia.org.br/publicacao/fomentando-a-tomada-de-decisoes/>>.

AKOTIRENE, Carla. *Interseccionalidade*. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2021.

ALBAINE, Laura. *Violência política contra as mulheres*: roteiro para prevenir, monitorar, punir e erradicar. Brasília: ONU Mulheres; Internacional IDEA; PNUD, 2020. Disponível em: <http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf>.

ALVARES, Maria Luiza. *Mulheres na Competição Eleitoral, Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil*. 2004. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

ALVAREZ, Sonia E. A 'globalização' dos femininos latino-americanos: tendências dos anos 90 e desafios para o novo milênio. In: ALVAREZ, Sonia E. et al. (orgs.). *Cultura e política nos movimentos sociais latino-americanos*: novas leituras. Belo Horizonte: UFMG, 2000.

ALVES, Branca Moreira. *Ideologia e feminismo*: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

ALVES, José Eustáquio Diniz. *As diferenças de sexo e gênero nas eleições presidenciais*. Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch (SPW), out. 2010.

ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima Pacheco (Orgs.). *As mulheres nas eleições 2010*. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Ciência Política; Secretaria de Política para as Mulheres da Presidência da República, 2012. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3337>>.

ALVES, J. A. Lindgren. A Conferência de Durban contra o Racismo e a responsabilidade de todos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 45, nº 2, p. 198-223, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292002000200009&script=sci_abstract&tlng=pt>.

ARAÚJO, Clara. *Cidadania Incompleta*: o Impacto da Lei de Cotas sobre a Representação Política das Mulheres no Brasil. 1999. f. 343-359. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - IFCS/Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1999.

_____. Cotas femininas e financiamento de campanha. *Cadernos Adenauer XIV*, nº 3, p. 11-30, 2013. Disponível em: <https://www.kas.de/c/document_library/get_file?uuid=7a44dba5-e54d-9a24-e7dd-0b6cabdd0067&groupId=265553>.

_____. Gênero e o acesso ao poder legislativo no Brasil: as quotas entre as instituições e a cultura. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 2, p. 23-59, jul-dez. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/rbcp/article/view/1604/1414>>.

ARAÚJO, Clara; ALVES, José Eustáquio Diniz (2007). Impactos de indicadores sociais e do sistema eleitoral sobre as chances das mulheres nas eleições e suas interações com as quotas. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 50, nº 3, p. 535-577, 2007. Disponível em: <<https://cepia.org.br/2021/06/28/nota-tecnica-1-forum-fluminense-mais-mulheres-na-politica/>>.

ARAÚJO, Clara; SCALON, Celi. Gênero e a distância entre a intenção e o gesto. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 21, nº 62, p. 45-68, out. 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/wBw6Kdj3Dc9qdNmvqjNP6d/?format=pdf&lang=pt>>.

ARAÚJO, Clara; BORGES, Doriam. O gênero, os elegíveis e os não-elegíveis: uma análise das candidaturas para a Câmara Federal em 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo: ABCP, 2012, p. 337-385. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3974>>.

ARAÚJO, Clara; FABRIS, Ligia; FERRETI, Michelle. *Reforma política e os mitos sobre a participação política de mulheres: Simulações sobre os 15% de reserva de cadeiras e seus efeitos nos parlamentos proporcionais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nota Técnica - Fórum Fluminense Mais Mulheres na Política, 2021. Disponível em: <<https://cepia.org.br/2021/06/28/nota-tecnica-1-forum-fluminense-mais-mulheres-na-politica/>>.

ASTROLABIO, Laura. *Vencer na vida como ideologia: meritocracia, heroísmo e ações afirmativas*. São Paulo: Tirant Brasil, 2022.

BAER, Susanne. Equality. In: ROSENFELD, Michel; SAJÓ, András. *Oxford Handbook of Comparative Constitutional Law*. Oxford: OUP, 2012.

BAIROS, Luíza. *Nossos feminismos revisitados*. Santa Catarina: Revista Estudos Feministas, 1995.

BALDEZ, Lisa. Cuotas versus Primarias: la nominación de candidatas mujeres en México. In: TOBAR, Marcela R. *Mujeres y Política: el impacto de las cuotas de género en América Latina*. Santiago de Chile: Flacso; Catalonia, 2008. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/mujer-y-politica-el-impacto-de-las-cuotas-de-genero-en-america-latina.pdf>>.

BARRETO, Paula Cristina da Silva. Gênero, raça, desigualdades e políticas de ação afirmativa no ensino superior. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, nº 16, p. 39-64, abr. 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-33522015000200039&script=sci_abstract&tng=pt>.

BARRETO, Raquel Andrade; PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *Enegrecendo o feminismo ou feminizando a raça: narrativas de libertação em Angela Davis e Lélia Gonzalez*. 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/colecao.php?strSecao=resultado&nrSeq=7183@1>>.

BARROSO, Bianca Stella Azevedo. *A lei, a mulher e a violência política nas eleições de 2022*. Jota, 2022. Disponível em: <<https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-lei-a-mulher-e-a-violencia-politica-nas-eleicoes-de-2022-22112021>>.

BARSTED, Leila Linhares. Lei e Realidade Social: Igualdade x Desigualdade. In: BARSTED, Leila Linhares Barsted; HERMANN, Jacqueline. *Coletânea Traduzindo a Legislação com a Perspectiva de Gênero: As Mulheres e os Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Cepia, 2001.

BARSTED, Mariana. A. L.; BARSTED, Leila A. L.; PITANGUY, Jacqueline. Brazilian Case Study on family law and violence against women. In: AFKHAMI, Mahnaz; ERTURK, Yakin; MAYER, Ann Elizabeth (ed.). *Feminist advocacy, family law and violence against women - International perspectives*. New York: Routledge, 2019, p. 30-50. Disponível em: <https://www.idrc.ca/sites/default/files/sp/Images/IDRC%20Books/idl-57272.pdf>

BARSTED, Leila L.; PITANGUY, Jacqueline. *O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010*. Rio de Janeiro: CEPIA/ONU Mulheres, 2011. Disponível em: <https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>.

BARTLETT, Katharine; KENNEDY, Rosanne (orgs.). *Feminist legal theory: readings in law and gender*. Boulder: Westview Press, 1991.

BEAUVOIR, Simone. *O Segundo Sexo*. Tradução por Sergio Milliet. 2. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BITTAR, Mariluce; ALMEIDA, Carina E. Maciel de. Mitos e controvérsias sobre a política de cotas para negros na educação superior. *Educar em Revista*, Curitiba, nº 28, p. 141-159, dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-40602006000200010&lng=pt&nrm=iso&tng=pt>.

BOHN, Simone R. Feminismo Estatal sob a Presidência Lula: o Caso da Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Revista Debates*, v. 4, p. 81-106, jul-dez. 2010. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/17439/10683>>.

BLAY, Eva A.; AVELAR, Lúcia; RANGEL, Patrícia (Orgs.). *50 anos de feminismo: Argentina, Brasil e Chile. Justiça de Gênero e Políticas Públicas*. São Paulo: EDUSP, 2017.

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Políticas para as Mulheres. *Programa Pró-igualdade de Gênero: Oportunidades iguais. Respeito às diferenças – Relatório Sintético*. Brasília: Presidência da República; Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2006. Disponível em: <<https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/sobre/publicacoes/publicacoes/2006/pro-eg-1-relatorio.pdf>>.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução por Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CABNAL, Lorena. *El feminismo comunitário*. Acusur, 2010. Disponível em: <<https://porunavidavivable.files.wordpress.com/2012/09/feminismos-comunitario-lo-rena-cabnal.pdf>>.

CALDWELL, Kia Lilly. Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 8, nº 2, p. 91–108, 2000.

CANTO, Vanessa Santos do. PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO. *O “devir mulher negra”: subjetividade e resistência em tempos de crise do capitalismo*. 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/15052/15052_1.PDF>.

CARNEIRO, Sueli Carneiro. Enegrecer o feminismo: a situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero. In: Ashoka Empreendimentos Sociais. *Racismos contemporâneos*. Rio de Janeiro: Takano, 2003.

CAVENAGHI, Suzana; ALVES, José Eustáquio Diniz. Quem vota em quem: um retrato das intenções de voto nas eleições para presidente em setembro de 2010. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo, ABCP, 2012. p. 91-132. Disponível em: <<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/3337>>.

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. São Paulo: Boitempo, 2019.

COMISIÓN INTERAMERICANA DE MUJERES – CIM; MECANISMO DE SEGUIMIENTO DE LA CONVENCIÓN DE BELÉM DO PARÁ (MESECVI). *Ley Modelo Interamericana: Para Prevenir, Sancionar y Erradicar la Violencia contra las Mujeres en la Vida Política*. Comité de Expertas del Mecanismo de Seguimiento de la Convención de Belém do Pará (MESECVI), 2017. Disponível em: <<https://www.oas.org/es/mesecvi/docs/LeyModeloViolenciaPolitica-ES.pdf>>.

CORTÊS, Iáris R; MATOS, Marlise. *Mais mulheres no poder: contribuição para a formação política das mulheres*. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2010.

CRENSHAW, Kimberle. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. *Estudos Feministas*, v. 1, p. 171-188, jan-jun. 2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ-397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>>.

_____. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Brasília: Unifem, 2004. p. 7-16. Disponível em: <<https://static.tumblr.com/7symefv/V6vmj45f5/kimberle-crenshaw.pdf>>.

DAHLERUP, Drude. *The Implementation of Quotas: Latin America Experience*. Estocolmo: IDEA, 2003. Disponível em: <<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.493.6778&rep=rep1&type=pdf>>.

_____. *Women, Quotas and Politics*. New York: Routledge, 2006.

_____. From a small to a large minority: Women in Scandinavian politics. *Scandinavian Political Studies*, v. 11, nº 4, p. 275-298, 1988. Disponível em: <<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9477.1988.tb00372.x>>.

_____. The story of the theory of critical mass. *Politics & Gender*, v. 2, nº 4, p. 511-522, 2006. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/231910711_The_Story_of_the_Theory_of_Critical_Mass>.

DAVIS, Angela. *Mulheres, raça e classe*. São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo, 2017.

DILL, Bonnie Thornton; ZAMBRANA, Ruth (orgs.). *Emerging Intersections: Race, Class, and Gender in Theory, Policy, and Practice*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2009.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

FABRIS, Ligia. Litígio estratégico para igualdade de gênero: O caso das verbas de campanha para mulheres candidatas. *Revista Direito e Práxis*, nº 10, p. 593-629, 2019. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdp/a/6kKRTFLdr67yVwqSbMG-mkbG/?format=pdf&lang=pt>>.

FERREIRA, Desirée; RODRIGUES, Carl; CUNHA, Silvia (coord.). *Relatório 2020-2021 de Violência Política Contra a Mulher*. Brasília: Transparência Eleitoral Brasil, 2021. Disponível em: <<https://static.poder360.com.br/2021/12/relatorio-de-violencia-politica-contra-a-mulher.pdf>>.

FIRESTONE, Sulamita. *A dialética do sexo*. [edição ausente]. Primeira publicação em 1970. Disponível em: <https://www.academia.edu/38674602/Shulamith_Firestone_A_Dialética_do_Sexo_I>.

FOUCAULT, Michael. *Microfísica do poder*. Tradução por Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FRANCO, Anielle; LOURENÇO, Ana Carolina. *A radical imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Oralituras, 2021.

FRASER, Nancy. Mapping the Feminist Imagination: from redistribution to recognition to representation. In: BROWNE, Jude (Ed). *The Future of Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO (FPA); SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC).

Pesquisa Mulheres Brasileiras e Gênero nos Espaços Público e Privado. São Paulo: ago. 2010.

GOMES, Alessandra. *Mulheres em espaços de poder e decisão*. 1. ed. Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, dez. 2009.

GONZÁLEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. *ANPOCS - Revista Ciências Sociais Hoje*, p. 223-244, 1984. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira%20%281%29.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5509709/mod_resource/content/0/06%20-%20GONZALES%2C%20Lélia%20-%20Racismo%20e%20Sexismo%20na%20Cultura%20Brasileira%20%281%29.pdf)>.

_____. *Cultura, etnicidade e trabalho: efeitos linguísticos e políticos da exploração da mulher*. Pittsburgh: 8º Encontro Nacional da Latin American Studies Association, 1979.

_____. *Por um feminismo afro-latino-americano*. São Paulo: Zahar, 2020.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Classes, Raças e Democracia*. 2. ed. São Paulo: 34, 2012.

HEILBORN, Maria Luiza; SORJ, Bila. Estudos de gênero no Brasil. In: MICELI, Sérgio (org.). *O que ler na ciência social brasileira (1970-1995)*; ANPOCS/CAPES. São Paulo: Sumaré, 1999, p. 183-221. Disponível em: <http://www.clam.org.br/biblioteca/digital/uploads/publicacoes/102_653_EstudiosdeGeneronoBrasil1.pdf>.

_____. De que gênero estamos falando?. *Sexualidade, Gênero e Sociedade ano 1 - CEPESC; IMS; UERJ*, nº 2, 1994. Disponível em: <<http://www.clam.org.br/biblioteca/digital/uploads/publicacoes/de%20que%20genero%20estamos%20falando.pdf>>.

HERINGER, Rosana. Desigualdades raciais no Brasil: síntese de indicadores e desafios no campo das políticas públicas. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 18, supl., p. 57-65, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-311X2002000700007&script=sci_abstract&lng=pt>.

HOLLANDA, Heloisa Buarque (org.). *Explosão feminista: Arte, cultura, política e universidade*. Companhia das Letras, 2018.

IBARRA, Lina. Género y constitucionalismo: Una mirada feminista al derecho constitucional colombiano. *Ciencia política*, v. 9, nº 18, p. 83-107, 2014. Disponível em: <<https://revistas.unal.edu.co/index.php/cienciapol/article/view/52309/52055>>.

INTERNETLAB. "Gorda", "porca", "burra": candidatas recebem mais de 40 xingamentos por dia no Twitter durante campanha eleitoral. Disponível em: <<https://internetlab.org.br/pt/imprensa/gorda-porca-burra-candidatas-recebem-mais-de-40-xingamentos-por-dia-no-twitter-durante-campanha-eleitoral/>>.

JONES, M. Ley de Cuotas y Elecciones de Mujeres: Lecciones a Partir de La Experiencia en Costa Rica. In: ARCHENTI, Néliida; TULA, Maria Inés (orgs). *Mujeres y Política en América Latina: Sistemas Electorales y Cuotas*. Buenos Aires: Heliasta, 2008.

KROOK, Mona. *Quotas for Women in Politics*. Nova Iorque: OUP, 2009.

KROOK, Mona; MACKAY, Fiona (orgs.). *Gender, Politics and Institutions. Towards a Feminist Institutionalism*. Basingstoke: Macmillan, 2001.

LIMA, Márcia. Desigualdades raciais e políticas públicas: ações afirmativas no governo Lula. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 87, p. 77-95, jul. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000200005>.

LOURENÇO, Ana Carolina; FRANCO, Anielle (orgs). *Imaginação política das mulheres negras brasileiras*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Oralituras, 2021. Disponível em: <<https://rosalux.org.br/wp-content/uploads/2021/06/aradica-limaginacaopolitica-2021.pdf>>.

LUKES, Steven. *Power: a radical view*. Londres: MacMillan, 1974.

MATEOS, Simone B. A construção da democracia participativa. *Revista Desafios do Desenvolvimento*, ano 8, nº 65, 2011. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=2493:catid=28&>.

MATLAND, Ronald. Estratégias para ampliar la participación femenina en el parlamento. El proceso de selección de candidatos legislativos y los sistemas electorales. In: MÉNDEZ-MONTALVO, M; BALLINGTON, J. (orgs). *Mujeres en el Parlamento: Más allá de los números*. Estocolmo: Ideas, 2002, p. 111-134. Disponível em: <<https://www.idea.int/sites/default/files/publications/mujeres-en-el-parlamento-mas-alla-de-los-numeros-2002.pdf>>.

MATTOS, Marlise. *Resultados do Survey de Opinião Pública, gênero, eleições e valores*. Brasília: Workshop do Consórcio Bertha Lutz, abr. 2011.

MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. 1. ed., Lisboa: Antígona, 2014.

MESECVI/OEA. *Lei Modelo sobre Violência Política contra as Mulheres*. 2017.

MILLET, Kate. *Sexual Politics*. 1968. Disponível em: <<https://www.marxists.org/subject/women/authors/millett-kate/sexual-politics.htm>>.

MOREIRA, Adilson José. *Tratado de Direito Antidiscriminatório*. São Paulo: Contracorrente, 2020.

MOUFFE, C. Feminismo, cidadania e política democrática radical. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Teoria política feminista: textos centrais*. Vinhedo: Horizonte, 2013. Disponível em: <http://www.debatefeminista.com/descargas.php?archivo=femini1079.pdf&id_articulo=1079>.

NICOLAU, Jairo. O Sistema Eleitoral de Lista Aberta no Brasil. *Dados - Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, v. 49, nº 4, p. 689-720, 2006. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/dados/a/Mm8QL3xjPYBMN4bhGQWypLS/?format=pdf&lang=pt>>.

NORRIS, Pippa. Electoral Engineering: voting rules and political behavior. In: LO-VENDUSKI, Joni (eds.); NORRIS, Pippa. *Gender and Party Politics*. Londres: Sage Publications, 1993.

OBSERVATÓRIO DE VIOLÊNCIA POLÍTICA CONTRA A MULHER. *Nota técnica sobre o projeto de lei de combate à violência política contra a mulher (nº 5.613/2020)*. 2021. Disponível em: <<https://transparenciaeleitoral.com.br/wp-content/uploads/2021/07/Nota-tecnica-Nova-Lei-VPM-2021.pdf>>.

ONU Mulheres. *Cartilha de Prevenção à violência política contra as mulheres em contextos eleitorais*. 2021. Disponível em: [https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha de Prevencao a Violencia contra as Mulheres em Contextos Eleitorais-1.pdf](https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Cartilha_de_Prevencao_a_Violencia_contra_as_Mulheres_em_Contextos_Eleitorais-1.pdf)

PNUD e ONU Mulheres. *Prevenção da violência contra as mulheres nas eleições: um guia de programação*. 2020. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Guia-VCME_web.pdf

PNUD, ONU Mulheres e IDEA Internacional. *Violência Política Contra as Mulheres: Roteiro Para Prevenir, Monitorar, Punir e Erradicar*. 2021. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2021/12/Roteiro_HojadeRuta.pdf

PNUD e ONU Mulheres Brasil, 2020. ATENEA – *Mecanismo para acelerar a participação política das mulheres na América Latina e no Caribe. Brasil: onde está o compromisso com as mulheres? Um longo caminho para se chegar à paridade*. 2020. Disponível em: http://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2020/09/ATENEA_Brasil_FINAL.pdf

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS; MISSÃO DE OBSERVAÇÃO ELEITORAL ELEIÇÕES MUNICIPAIS. *Relatório Final*. Brasil: 2022. Disponível em: <<http://scm.oas.org/pdfs/2022/CP45441PCP.pdf>>.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. *Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a violência contra a mulher - Convenção de Belém do Pará*. 1994. Disponível em: <http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.bellem.do.para.htm>

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação contra as Mulheres*. Disponível em: https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/convencao_cedaw.pdf

OYĒWÙMÍ, Oyèrónkẹ. *A Invenção das Mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero*. Tradução por Wanderson Flor do Nascimento. 1. ed. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

PATEMAN, Carole. *O contrato sexual*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Discussões conceituais sobre política social como política pública e direito de cidadania. In: BEHRING, Elaine R.; BOSCHETTI, Ivanete; SANTOS, Silvana M. M. et all. *Política Social no Capitalismo: tendências contemporâneas*. São Paulo: Cortez, 2008. Disponível em: <http://www.ser.puc-rio.br/3_PEREIRA.pdf>.

PERROT, Michelle. *As Mulheres ou o Silêncio da História*. São Paulo: Edusc, 2005.

PINHO, Tássia Rabelo de. Debaixo do Tapete: A Violência Política de Gênero e o Silêncio do Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, p. 1-14, 2020. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/ref/a/3L8QwtCMJYN7xktYqSQsbXJ/?format=pdf&lang=pt>>.

PIOVESAN, Flávia. Direitos Civis e Políticos: a conquista da Cidadania Feminina. In: ONU MULHERES; CEPIA. *O Progresso das Mulheres no Brasil*. Brasília: Unifem; CEPIA; Fundação Ford, 2006. Disponível em: <https://onumulheres.org.br/wp-content/themes/vibecom_onu/pdfs/progresso.pdf>.

PACHÁ, Andrea; PIEDADE, Vilma. *Sobre Feminismos*. Rio de Janeiro: Agir, 2021.

PEIXOTO, Vitor de Moraes; GOULART, Nelson Luis Motta; DA SILVA, Gabriel Tisse. Cotas e mulheres nas eleições legislativas de 2014. *Política & Sociedade*, vol. 15, nº 32, p. 126-144, jan-abr. 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/bitstream/handle/bdtse/2891/2016_peixoto_cotas_mulheres_eleicoes.pdf?sequence=1&isAllowed=y>.

PIEPADE, Vilma. *Dororidade*. São Paulo: Nós, 2017.

PIRES, Thula. *Criminalização do racismo: entre política de reconhecimento e meio de legitimação do controle social sobre os negros*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; Brado, 2016.

PITANGUY, Jacqueline. Women's human rights and the political arena of Brazil: From dictatorship to democracy. In: CHESLER, Ellen; MCGOVERN, Theresa. *Women and Girls Rising: Progress and resistance around the world*. New Iorque: Routledge: 2016, p. 103-119.

PITANGUY, Jacqueline. A carta das mulheres brasileiras aos constituintes: memórias para o futuro. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pensamento feminista brasileiro: formação e contexto*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

PRÁ, Jussara Reis. Cidadania de gênero, capital social, empoderamento e políticas públicas no Brasil. In: BAQUERO, Marcello (org.). *Reinventando a sociedade na América Latina: cultura política, gênero, exclusão e capital social*. Porto Alegre/Brasília: UFRGS; Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM), 2001, p.173-208.

_____. Políticas públicas de gênero e governabilidade. In: CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA MULHER. *Políticas para a Mulher*. Brasília: 2002, p. 82-83.

_____. Políticas de gênero, feminismo e novas institucionalidades. In: NAZZARI, Rosana Kátia. (Org.). *Temas de Ciência Política*. Cascavel: Edunioeste, 2004, p. 223-243.

RANGEL, Patricia. *Que poder feminino?*. Disponível em: <https://www.academia.edu/31614101/Que_poder_feminino_Uma_reflex%C3%A3o_sobre_a_representa%C3%A7%C3%A3o_de_mulheres_no_Legislativo>.

RATTS, Alex. *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo; Instituto Kuanza, 2007. Disponível em: <<https://www.imprensaoficial.com.br/downloads/pdf/projetosociais/eusouatlantica.pdf>>.

REVISTA DO OBSERVATÓRIO BRASIL DA IGUALDADE DE GÊNERO/DIEESE. Secretaria Especial de Políticas para Mulheres/SPM. 2011.

ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Alameda, 2010.

RUBIM, Linda; Argolo, Fernanda (orgs.). *O golpe na perspectiva de gênero*. Salvador: UFBA, 2018. Disponível em: <<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/25458>>.

RULE, Wilma. Political Rights, Electoral Systems and the Legislative Representation of Women in 73 DEMOCRACIES. In: RABIN, Jack; NAGEL, Nagel. *Handbook of Global Social Policy*. Seul: 1997.

SACCHET, Teresa; SPECK, Bruno. Financiamento eleitoral, representação política e gênero: uma análise das eleições de 2006. *Opinião Pública*, vol. 18, nº 1, p. 177-197, jun. 2012. Disponível em: <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641406/8927>>.

_____. Dinheiro e sexo na política brasileira: financiamento de campanha e desempenho eleitoral em cargos legislativos. In: ALVES, José Eustáquio Diniz; PINTO, Céli Regina Jardim; JORDÃO, Fátima (Org.). *Mulheres nas eleições de 2010*. São Paulo: ABCP, 2012, p. 417-452.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. *A Mulher na Sociedade de classes: mito e realidade*. São Paulo: Livraria Quatro Artes, 1969.

SANTANA, Jamile. *Violência política de gênero: as diferenças entre os ataques recebidos por mulheres e seus oponentes*. Revista Azmina, dez. 2020. Disponível em: <https://azmina.com.br/reportagens/violencia-politica-de-genero-as-diferencas-entre-os-ataques-recebidos-por-mulheres-e-seus-oponentes/>.

SANTOS, Polianna Pereira dos; Rozanny Ribeiro Figueiredo. *Direitos políticos da mulher no Brasil e democracia*. Disponível em: <[academia.edu/34451894/Direitos_Políticos_da_Mulher_no_Brasil_e_Democracia_Voto_Candidatura_e_Eleição](https://www.academia.edu/34451894/Direitos_Políticos_da_Mulher_no_Brasil_e_Democracia_Voto_Candidatura_e_Eleição)>.

SANTOS, Lucineia. Direitos Humanos como Direito ao Desenvolvimento e as Políticas de Combate à Pobreza. In: DUARTE, Juliana; SAYEG, Ricardo. *Estudos do Capitalismo Humanista*, v. 1, Rio de Janeiro, p.111, 2017.

SCHUMAHER, Schuma. *Mulheres negras no Brasil*. São Paulo: Senac, 2014.

SILVA, Benedita da. Raça e política. *Novos Estudos Cebrap*, São Paulo, nº 43, nov. 1995.

SILVA, Martiniano J. Racismo à brasileira: das origens à marginalização do negro. *Revista Princípios - Revista Teórica, Política e de Informação*, nº 34, ago-out. 1994.

SISS, Ahyas. *Afro-brasileiros, cotas e ação afirmativa: razões históricas*. Rio de Janeiro: Quartet; Niterói: PENESB, 2003.

SORJ, Bila. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(1), p. 129-130, 2008.

WERNECK, Jurema. *Brasil. Construindo a Equidade: Estratégia para Implementação de Políticas Públicas para a Superação das Desigualdades de Gênero e Raça para as Mulheres Negras*. Rio de Janeiro: Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras/AMNB, 2007.

_____. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. In: WERNECK, Jurema Pinto (org.). *Mulheres negras: um olhar sobre as lutas sociais e as políticas públicas no Brasil*. Rio de Janeiro: CRIOLA, 2009.

WYLIE, Kristin. *Party institutionalization and Women's Representation in Democratic Brazil*. London: CUP, 2018.

YEON CHOO, Hae; FERREE, Myra Marx. Practicing Intersectionality in Sociological Research: A Critical Analysis of Inclusions, Interactions, and Institutions in the Study of Inequalities. *Sociological Theory*, v. 28, nº 2, p. 129-149, jun. 2010. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/25746220>>.

ZINN, Maxine Baca; DILL, Bonnie Thornton (orgs.). *Women of Color in U.S. Society*. Filadélfia: Temple University Press, 1994.

REFERÊNCIAS DE PODCASTS

[Mulheres e Política: a conquista de espaços no poder](#)

[Mulheres e Política: conquistas, obstáculos e retrocessos](#)

[Violência Política Contra as Mulheres](#)

[CBN Entrevistas - Na política, "mulheres todas as dificuldades quando querem ter voz"](#)

[Entreaberta, Nexo - Que diferença faz ter mais mulheres na política?](#)

[LiderA Podcast - Reforma Política e os Direitos Políticos das Mulheres](#)

[Mano a Mano - Mano Brown recebe Dilma Rousseff](#)
[Mano a Mano - Mano Brown recebe Sueli Carneiro](#)
[Maria vai com as outras - #5 Mulheres na política](#)
[Mulheres e Negros: nova regra eleitoral vai ampliar a representação?](#)
[Mulheres Negras Decidem: O cenário político para as candidaturas de mulheres negras no sudeste](#)
[Mulheres Negras Decidem: Os desafios das mulheres negras nortistas na representatividade política nacional](#)
[Mulheres Públicas - #26 Entrevista com Vilma Aguiar](#)
[Novo Normal - A democracia das mulheres](#)
[PodCast EconomistAs - Raphael Bruce: mulheres da política](#)
[Redação Tabajara - #30 - Mulheres na política](#)

REFERÊNCIAS DE FILME

[A juíza](#) (Telecine)
[As Sufragistas](#)
[Anjos Rebeldes](#) (Prime vídeo e Google Play)
[Democracia em Vertigem](#)
[Estrelas além do Tempo](#) (Telecine)
Excelentíssimos
[Feministas: O que elas estavam pensando?](#) (Netflix)
[Mulher](#) (Telecine)
[Mulheres Divinas](#) (Youtube)
[O Pessoal é Político](#) (Tamanduá)
[O Processo](#)
[Revolução em Dagenham](#) (Youtube)
Torre das donzelas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Encontros de formação e capacitação política para as mulheres [livro eletrônico] : experiências, resistências e estratégias de ação / organização Mariana Barsted. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : CEPIA, 2022.
PDF.

Vários colaboradores.
ISBN 978-85-88222-17-5

1. Direitos humanos 2. Mulheres - Direitos
3. Mulheres - Vítimas de violência 4. Violência contra as mulheres I. Barsted, Mariana.

22-126195

CDD-305.4

Índice para catálogo sistemático:

1. Mulheres : Direitos humanos : Sociologia 305.4

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

